SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
(Organizadores)



Atena Editora
Ano 2021

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
iStock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

Atena Editora
Ano 2021

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Serviço social: aplicação da ciência e seus antagonismos

Bibliotecária:	Janaina Ramos
Diagramação:	Camila Alves de Cremo
Correção:	Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte:	Luiza Alves Batista
Revisão:	Os autores
Organizadores:	Eduardo José da Silva Tomé Marques Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social: aplicação da ciência e seus antagonismos / Organizadores Eduardo José da Silva Tomé Marques, Adriana Regina Vettorazzi Schmitt. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-299-6
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.996211607

1. Serviço social. I. Marques, Eduardo José Da Silva Tomé (Organizador). II. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). III. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

Atena Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Atena Editora
Ano 2021

APRESENTAÇÃO

O e-book “Serviço Social: Aplicação da Ciência e seus Antagonismos” é uma obra que tem como foco principal sistematizar a relação entre as teorias que fundamentam o Serviço Social e a discussão científica da Aplicação da Ciência no cotidiano profissional. O volume abordará de forma ordenada trabalhos, pesquisas, relatos de casos e/ou revisões que refletem os vários caminhos da práxis dos(as) assistentes sociais, estudantes e pesquisadores(as).

O objetivo central é apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos por diversos(as) pesquisadores(as), tendo como linha condutora a diversidade na apresentação de temas de serviço social orientados para a ciência, os antagonismos e enfrentamentos da profissão na contemporaneidade. Em cada capítulo são apresentados os resultados de diversas pesquisas e reflexões com abordagens atuais de temáticas relevantes.

Nesse contexto, o primeiro capítulo da obra apresenta um tema novo ao serviço social brasileiro e de Portugal. O escrito aborda os desafios contemporâneos do serviço social ambiental, com foco nas potencialidades das intervenções assistidas por animais e, também, a necessidade de uma reflexão epistemológica sobre a construção de conhecimentos nesta área, para o bem estar social e animal.

O segundo capítulo aborda as tendências da política de ensino superior brasileira nas últimas décadas, buscando compreender as racionalidades desta política na contemporaneidade, bem como, a complexidade desses processos na formação profissional.

No terceiro capítulo, apresenta-se a relação entre a teoria social marxista e o serviço social, que marca o movimento de renovação crítica do serviço social brasileiro e determina os contornos do atual projeto ético e político da profissão e seus desafios.

O quarto capítulo trata da historicidade e complexidade marxista, refletindo-se sobre o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, para o desenvolvimento de uma práxis política e profissional de democratização da vida social.

O quinto capítulo apresenta uma análise das questões do serviço social na saúde e as relações familiares e de gênero nos atendimentos do serviço social na saúde e hospitalar.

O sexto capítulo tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da importância do olhar crítico do(as) assistente social nas ações preventivas e socioeducativas na perspetiva da proteção integral de crianças e adolescentes.

O sétimo capítulo analisa o trabalho do(a) assistente social com usuários de álcool e drogas, e os aspectos teóricos e metodológicos, na materialização no contexto da reabilitação de pessoas dependentes de álcool e drogas e as questões socais.

No oitavo capítulo, apresenta-se os resultados da pesquisa sobre a família e o

projeto terapêutico com vistas à desconstrução de uma cultura manicomial.

No nono capítulo, discute-se um problema de saúde pública por meio de uma revisão bibliográfica sobre o processo do envelhecimento e sua relação com o suicídio na pessoa idosa.

O décimo capítulo, dando sequência ao tema sobre idosos, trata do trabalho educativo do serviço social em uma universidade de terceira idade.

Na sequência, versando sobre um tema fundamental nos dias atuais, o estudo debate sobre feminização da pobreza e a resistência das mulheres, como sujeito de classe na luta contra o patriarcado e contra o racismo".

No décimo segundo capítulo, apresenta-se apontamentos sobre o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), esse que é uma das principais portas de atendimento do Serviço Social no Brasil.

Para concluir, registra-se a análise da experiência de estágio realizado no DEINFRA.

Deste modo o "Serviço Social: Aplicação da Ciência e seus Antagonismos" apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui estão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, para a geração de novos saberes em todas as áreas do Serviço Social, enquanto fomentadora de novas pesquisa e aprimoramento intelectual e profissional.

Boa leitura a todos e a todas.

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO SERVIÇO SOCIAL AMBIENTAL: CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA SOBRE AS POTENCIALIDADES DAS INTERVENÇÕES ASSISTIDAS COM ANIMAIS

Data de aceite: 01/07/2021

Joana Filipa Peres Gomes
Faculdade de Sociologia e Políticas Públicas
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Mestranda em Serviço Social
Horta-Açores-Portugal
https://orcid.org/0000-0001-8831-1169

Eduardo José da Silva Tomé Marques
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Faculty of Social and Human Sciences
Universidade dos Açores (UAc) / University of Azores, Professor
Embaixador do Pacto Europeu para o Clima da Comissão Europeia. PhD in Social Work – Assistant Professor
Ponta Delgada-Açores-Portugal
https://orcid.org/0000-0001-9697-3381

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Doutoranda em Educação do PPGEDU na Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Assistente social IFSC-SMO
https://orcid.org/0000-0003-2734-069X

Este artigo está escrito na língua portuguesa de Portugal.

RESUMO: O serviço social ambiental é uma abordagem profissional holística e integradora cujo foco se centra na relação humana – natureza numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, bem-estar e de direitos humanos. O serviço social ambiental é hoje uma realidade que se vai consolidando em muitos países, mas é necessário aprofundar a sua discussão, seja ao nível da formação académica, seja ao nível das suas práticas na intervenção social. Assistimos à transição entre um paradigma antropocêntrico para um outro ecocêntrico que reconhece a interconexão entre a natureza e o humano numa dimensão de bem-estar, equação fundamental para garantir o equilíbrio entre o mundo humano e o mundo natural. Partindo de uma reflexão epistemológica sobre a construção de conhecimento em serviço social ambiental no Brasil e em Portugal, reflete-se sobre as possibilidades de elaboração de novos conhecimentos a partir da sistematização de experiências e práticas que permitam o desenvolvimento de um conhecimento baseado em evidências. As práticas de intervenção social assistidas por animais, são um campo emergente no Serviço Social ambiental, e factor de desenvolvimento da profissão através da construção de novos conhecimentos que melhoram e complementam as práticas mais tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social Ambiental. Serviço Social Veterinário. Intervenção Assistida por Animais. Epistemologia do Serviço Social

1 I INTRODUÇÃO

Na visão do senso comum, e por vezes até dos(as)[1] próprios(as) assistentes sociais, a dimensão ecológica do serviço social, e em

1 Optamos por utilizar linguagem de gênero, adotando forma feminina e masculina: "o/a; os/as; trabalhadores/as objetivando desconstruir o machismo e o sexismo que consideram o homem como ser humano generalista. Conforme orienta a RESOLUÇÃO

especial, a intervenção assistida por animais no serviço social é quase uma utopia nos países lusófonos. No entanto, o serviço social nasce enquanto profissão alicerçada numa perspetiva 'Pessoa no Ambiente', que nos remete para a importância de os(as) profissionais de serviço social terem uma sólida compreensão dos seres humanos à luz dos contextos ambientais em que vivem, agem e reagem para com os(as) outros(as) (Rambaree, K., 2020). Muitos(as) assistentes sociais ficaram presos(as) a um paradigma assente no antropocentrismo, mantendo-se silenciosos(as) face às ameaças e destruição ambiental e alheando-se do seu impacto destrutivo no bem-estar humano. O compromisso dos(as) assistentes sociais com os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável devem moldar as suas práticas de modo a superarem as limitações à inclusão da natureza, e de toda a biodiversidade enquanto ferramentas de trabalho com valor acrescentado para o serviço social.

Existe cada vez maior abertura ao desenvolvimento de práticas integradoras da dimensão social, cultural, económica, ambiental e animal. Podemos assim afirmar que no serviço social contemporâneo assistimos a uma mudança de paradigma que já não se centra apenas nos seres humanos, mas sim na ecosfera que os envolve (Pinto, 2021).

Em Portugal e no Brasil presenciamos uma escassa produção de conhecimento sistematizado sobre a intervenção com animais em serviço social, que advém não só do quadro antropocêntrico dos(as) assistentes sociais, mas que também é resultante da escassa oferta formativa e da falta de produção de conhecimento científico nesta área temática. Comparativamente aos EUA, Portugal e Brasil necessitam de se abrir à intervenção social com animais, sendo necessário fazer uma atualização de conhecimentos, para capacitar os(as) assistentes sociais a intervir nos contextos ambientais e em particular na interação humana - animal. Nos EUA já existe uma substancial produção científica na área do serviço social veterinário e animal, bem como já existe oferta formativa, nomeadamente na Universidade de Tennessee que oferece um "*Master of Science in Social Work/Veterinary Social Work Certificate Program*" e uma pós-graduação "*The Postgraduate Veterinary Social Work Certificate Program*".

2 I SERVIÇO SOCIAL VETERINÁRIO

Como contributo para o debate e reflexão que se coloca ao serviço social ambiental, e em particular, no que diz respeito à intervenção assistida por animais, passaremos a analisar os conceitos mais relevantes para o tema. Para conceptualizar o papel e a importância dos animais no serviço social, partimos de três conceitos gerais:

O serviço social veterinário resulta da transdisciplinariedade entre o campo veterinário e o campo do serviço social (Strand, 2021) e pode ser implementado em qualquer "ambiente onde os(as) assistentes sociais e os(as) veterinários(as) trabalhem em

CFESS Nº 594 De 21 de janeiro de 2011.

conjunto para promover a saúde pública" (Holcombe et al., 2016, p. 70).

O serviço social veterinário intervém: 1) no apoio e acompanhamento ao luto e aconselhamento nas decisões de fim de vida dos animais; 2) na advocacia e mediação de recursos; 3) na produção de informação escrita e recursos educativos; 4) na intervenção em crise; 5) na avaliação de tendências suicidas, questões de saúde mental e questões de violência doméstica; 6) na animação de grupos de apoio para pessoas que perderam seus animais de estimação, destinada para utentes[2] de clínicas veterinárias e à comunidade; 7) em sessões de *debriefing* com profissionais; 8) nas consultas e seguimento de utentes; 9) em apresentações para técnicos; 10) na referenciação de serviços de saúde mental para profissionais; 11) nas recomendações/consultorias aos diretores de instituições, veterinárias e hospitais; 12) nas melhorias nas condições dos serviços (Arkow, 2020, p. 576).

O serviço social veterinário divide-se em quatro áreas, conforme segue:

a) O luto e a tristeza relacionada com a perda ou morte dos animais

Podrazik et al. (2000, p. 389) afirma que "o luto pela perda de um animal de estimação é semelhante ao luto pela perda de um amigo querido ou de um membro da família". Neste sentido, os(as) assistentes sociais podem desempenhar papéis importantes na validação dos sentimentos, memorialização do animal, resolução de potenciais sentimento de culpa, e superação do processo de luto (Arkow 2020). Segundo Chur-Hansen (2010) é importante compreender as razões da morte do animal, dado que a reação emocional pode ser mediada em relação à causa da morte e ajudar o utente a lidar com o seu sofrimento. É importante estar atento a sinais de angústia psicológica porque pode-se desenvolver um luto patológico. É necessário desenvolver uma prática reflexiva, reconhecendo os seus próprios valores sobre os animais de companhia a fim de criar alguma distância ou evitar fenómenos de contratransferência por parte do(a) assistente social. As experiências, vivências, pensamentos e sentimentos do(a) profissional, não devem interferir no trabalho de atendimento e seguimento do caso pelo(a) assistente social. Em suma, deve-se abordar a perda de um animal de companhia como qualquer outra perda significativa implementando estratégias que ajudem a pessoa a gerir o luto.

b) A gestão do esgotamento resultante da compaixão

É a condição resultante do esgotamento de recursos emocionais dos(as) profissionais envolvidos no trabalho direto com os animais, como por exemplo os(as) veterinários. Durante vários incidentes críticos o veterinário ou membro de equipa fornece empatia ao cliente, o que por vezes pode gerar um esgotamento motivado por preocupações organizacionais, políticas, procedimentos e burocracia (Mitchener & Ogilvie, 2002). É defendido por Holcombe et al. (2016) que a prática do autocuidado é importante para a prevenção e tratamento do esgotamento resultante da compaixão em veterinários e sua equipe. Especificamente Mitchener & Ogilvie, (2002) apresentam um

2 Em Portugal são nominados utentes aqueles usuários dos serviços sócio assistências.

conjunto de orientações e estratégias a adotar nos casos de esgotamento por compaixão. Como orientações é recomendado o reconhecimento pelos veterinários e equipa do risco de esgotamento por compaixão, permitindo a estes profissionais reconhecerem situações que os coloquem em risco, e consequentemente, prevenir resultados devastadores. É sempre importante celebrar a sensação de conquista, valorizando o ato de cuidar como a síntese do sucesso independentemente da natureza emocional da situação ou do resultado médico. Para tal, podem ser adotadas as seguintes orientações, 1) Desenvolver e manter o autocuidado e alcançar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, 2) Técnicas de relaxamento dentro e fora do local de trabalho, 3) Entrar em contacto com a natureza e o ar livre, 4) Realizar exercício aeróbico 5) Implementar políticas de gestão que permitam a avaliação após incidentes críticos. Todavia, independentemente de qualquer esforço, não há como evitar completamente o esgotamento resultante da compaixão, mas sim, utilizar essas estratégias para amenizá-las.

c) O ser humano e a violência para contra os animais

Luísa Savala (2018, p. 1) descreve as características psicológicas comuns dos(as) agressores(as) de animais, sejam animais selvagens, domésticos ou de rua, como: "agressividade, impulsividade, pouca inteligência emocional, necessidade de poder, egoísmo, desafiador". Savala afirma ainda que, o aspecto de maus tratos aos animais está muito ligado à educação, assim, a ideia de que os animais merecem respeito deve ser passada desde os primeiros anos de vida das crianças, quando iniciam sua integração social.

Os animais não podem defender-se sozinhos e ficam reféns da crueldade dos humanos, assim, a violência contra animais deve ser sempre censurável. Diante disso, a intervenção precoce pode prevenir incidentes graves dirigidos contra animais e pessoas (Arkow, 1992). Nesta vertente do serviço social veterinário os assistentes sociais devem não só considerar o animal na avaliação de risco e nas intervenções, bem como apoiar as vítimas de várias tipologias. Como por exemplo temos os casos de violência doméstica, onde há separação entre a família e o animal doméstico, auxiliando na procura de opções alternativas quando as vítimas não se sentem confortáveis em estar separadas dos seus animais (Walsh, 2014). Segundo Arkow (2020), nesses casos os assistentes Sociais devem recolher informações sobre o estado dos animais e o seu (mau) tratamento, coordenar e fazer o encaminhamento para serviços relacionados com animais de estimação, obter toda a informação e documentação sobre os animais e inserir no processo do utente. Deve incluir informação sobre atos de agressão e de crueldade contra animais em avaliações de saúde mental e reabilitação de abusadores, na avaliação de risco de violência contra crianças, etc. É recomendado a recolha de informações junto das organizações locais de bem-estar animal.

d) As intervenções assistidas com animais

Estas intervenções podem ser definidas como qualquer processo que

intencionalmente inclua ou incorpore animais como parte ou ferramenta de intervenção ou como um meio terapêutico de melhoria do bem-estar individual ou comunitário (Kruger & Serpell, 2006). Para Hanrahan (2013), este tipo de intervenções incluem um enfoque particular nas interações entre animal e o ser humano, realçando não só a pragmática da nossa interdependência com ecossistemas partilhados, como também considera preocupações epistêmicas e espirituais mais vastas, intrinsecamente relevantes para uma abordagem holística e sustentável da saúde.

As intervenções assistidas com animais estão subdivididas em três sub-áreas:

1. **As terapias assistidas por animais**, são orientadas por objetivos no qual o animal deve cumprir critérios específicos como parte integrante do processo de tratamento. As terapias são dirigidas e/ou conduzidas por um profissional de saúde/serviço social com conhecimentos especializados, e podem ser organizadas em grupo ou individualmente (Busch et al., 2016).

2. **As atividades assistidas por animais** são informais, não são sistematizadas e não são necessariamente personalizadas. Os seus objetivos focam-se essencialmente no bem-estar das pessoas e no seu desenvolvimento pessoal. Estas atividades não precisam necessariamente ser realizadas por um especialista (Pinto, 2021). De acordo com Altschiller (2011) as atividades assistidas por animais podem ser realizadas em lares, prisões, instalações psiquiátricas e em outros contextos institucionais.

3. **A Educação assistida por animais,** têm como objetivo central o desenvolvimento de atitudes e comportamentos a favor dos animais, sendo particularmente eficazes na redução global da violência contra os animais e entre seres humanos (Arbour et al., 2009). Segundo Taylor (et al., 2016, p. 141) esta educação "foca-se nos animais, mas não os envolvem diretamente no ambiente de ensino".

e) O serviço social animal

Um outro conceito relacionado com o de serviço social veterinário é o de serviço social animal. Gonçalves (2021) explica que no serviço social animal, é necessário adequar a intervenção às necessidades dos animais e que a prática profissional pode abranger diversas dimensões. Como exemplo de atividades de intervenção neste contexto, podemos apontar a resolução de problemas de carência alimentar dos animais, apoio a famílias que são despejadas e não conseguem aceder a estruturas de apoio que aceitem os animais, apoio na vacinação e registo dos animais, acesso a cuidados veterinários mais baratos, a bancos de alimentação animal, castração, etc. Estes exemplos demonstram a necessidade de apoio social aos utentes economicamente mais vulneráveis, pelo que se deve considerar a integração de uma dimensão de apoio e orientação na relação com os seus animais de estimação. Pinto (2014) recomenda que nesta área do serviço social se deve discutir com o utente os benefícios e as responsabilidades de possuir um animal de estimação. Em Portugal um bom exemplo neste contexto é desenvolvido pela Animalife[3],

3 A Animalife – Associação de Sensibilização e Apoio Social e Ambiental, fundada em outubro de 2011, estrutura-se em

que para além do apoio alimentar, também disponibiliza respostas como as FATS (famílias de acolhimento temporário) que são um grupo de voluntários que recebem animais de famílias que atravessam um período de instabilidade e risco social (Gonçalves, 2021).

f) Avaliação diagnóstica no serviço social com animais

Na prática da avaliação diagnóstica em serviço social, pode-se socorrer do suporte de animais para aprofundamento do diagnóstico, em diferentes áreas tais como como a intervenção familiar, violência doméstica, saúde, reinserção social, etc. (Pinto 2021). Para ilustrar esta prática, Gonçalves (2021) afirma que na Animalife os animais são considerados como parte integrante do agregado familiar, sendo que é a partir desta realidade que é feito o diagnóstico dos utentes. Muitas vezes após o diagnóstico é necessário encaminhar os utentes para outras estruturas de apoio que ajudem a suprir outras necessidades identificadas tendo como objectivo garantir o bem-estar dos animais que vivem com o indivíduo ou a família apoiada.

Face ao exposto anteriormente, torna-se claro que se colocam grandes desafios ao serviço social ambiental, na sua relação com o serviço social animal e veterinário, pelo que é necessário refletir e produzir novos conhecimentos, aprofundando a epistemologia do serviço social na sua relação com as intervenções assistidas com animais.

3 I EPISTEMOLOGIA DO SERVIÇO SOCIAL VINCULADO À PRODUÇÃO DE NOVOS CONHECIMENTOS

Em Portugal o serviço social é uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica sustentada nas teorias do serviço social nas ciências sociais (Associação de Profissionais de Serviço Social, 2018). Enquanto no Brasil, a Lei 8662 de 1993 dispõe sobre a profissão de serviço social conforme consta:

> Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:I – Os(as) possuidores(as) de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente; II – os(as) possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil (Brasil, 1993).

Independentemente da associação da profissão ao domínio científico, este nem sempre é reconhecido, sendo argumentado que o serviço social é apenas uma atividade profissional. Contrariamente a esta lógica surgem evidências que provam que o serviço social produz conhecimento através de publicações científicas, nos formatos de revistas,

3 núcleos Lisboa, Porto e Margem Sul, sendo uma associação nacional privada que prossegue fins não lucrativos de interesse geral, assente num modelo de voluntariado ((artigo 1.º- estatutos Animalife).
Para saber mais sobre a Animalife: https://animalife.pt/pt/home

livros, conferências, entre outros (Carvalho, 2016). Em Portugal, esta desacreditação do serviço social é agravada pelo elevado desinteresse dos(as) assistentes sociais na produção de conhecimento científico na área do serviço social ambiental (Amaro, 2017).

Numa rápida pesquisa no dia 27 de junho de 2021, no portal de periódicos da Capes utilizando o descritor serviço social ambiental com apenas dois refinamentos sendo: o período entre 2015 e 2021, e na Área Conhecimento as três opções específicas do serviço social: 1 - fundamentos do serviço social, 2 - serviço social e 3 - serviço social aplicado, obtivemos como resultado um total de 1668 trabalhos realizados. Contudo, quando a mesma pesquisa é feita com o mesmo descritor com as aspas "serviço social ambiental" e com os mesmos refinamentos, não obtivemos nenhum trabalho. Verificamos também que, após selecionada a área de conhecimento do serviço social, pesquisando na área de concentração, encontramos ali vinte e seis opções de pesquisa, mas não existe nenhuma dentre essas com a descrição serviço social ambiental ou animal.

O desinteresse dos(as) assistentes sociais na produção de conhecimento em algumas áreas específicas, como a área de serviço social ambiental, traduz-se num atraso do desenvolvimento de oferta formativa importantíssima na atualidade. A área da intervenção social assistida e centrada nos animais é um exemplo disso (Gonçalves & Silva, 2021). A investigação em Portugal neste domínio é muito incipiente, existindo apenas duas teses no ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa sobre a correlação entre os animais e o serviço social (Pinto, 2021).

3.1 Metodologia do serviço social veterinário

A metodologia serviço social enquanto ciência social emergiu a partir da acumulação e da sistematização de experiências práticas e a partir de contribuições fornecidas por diversas ciências sociais designadamente da sociologia, psicologia, psicossociologia, e mais recentemente geografia, economia, etnologia e antropologia (Robertis, 2011).

O objeto do serviço social consiste em "dotar conhecimento à intervenção social" (Ferreira & Díez, 2015, p. 21) e este é construído a partir de uma dimensão subjetiva do problema ou da necessidade social, sendo necessário que o(a) profissional tenha um saber teórico que lhe permite fazer a distinção entre evidência e inferência. A inferência é uma etapa decisiva no diagnóstico para uma análise adequada ao problema social, e uma etapa definitiva do raciocínio científico, proporcionando a construção de conceitos e definição de teorias. Em contraste, a evidência aproxima-se do que nomeamos de senso comum, ou seja, observa e analisa o conjunto de dados e de conhecimento ou resultados obtidos pela ação imediata, bem como estatísticas (Ferreira, 2011).

No que diz respeito à teoria, esta é uma espécie de sistema de construções conceptuais através dos quais se tenta explicar a realidade (Restrepo. 2003). Contrariamente "a prática é o real, o que se faz, o que as pessoas sentem, as dificuldades, as barreiras" (Ferreira, 2011, p. 72), pelo que o serviço social se constrói na articulação entre a teoria

e a prática (Ferreira, 2014). A teoria pode influenciar a prática, nomeadamente em cinco dimensões, na observação, descrição, explicação, predição e intervenção (Garro, 2014). Assim existem dois tipos de conhecimento científico: os 1) "proposicionais respeitantes aos factos, teorias, leis e normas sociais" e os 2) "operacionais, respetivos às atividades que podem ser realizadas sobre diferentes coisas" (Ferreira, 2011, p. 75). Assim como, a prática propicia novas reflexões sobre as teorias e motiva-as para a renovação.

O conjunto das ciências sociais foi construído a partir do paradigma positivista tal como no serviço social mais clássico. Nas críticas ao positivismo surgem outros dois paradigmas que influenciam o serviço social moderno. A que se focaliza sobre o fazer, sobre os conhecimentos produzidos pela ação e sobre as finalidades em jogo e o construtivismo que defende que o conhecimento, e sua representação estão ligados e que os conhecimentos são construídos pelo ator num contexto sociocultural preciso (Robertis, 2011).

Do paradigma positivista emerge o modelo "*evidence based practice*" "apesar de salientar a indispensabilidade da fundamentação da prática na investigação, preconiza uma lógica de separação entre o domínio da investigação e o domínio profissional" (Amaro, 2017, p. 8-9). O modelo "*evidence based knowledge*", é o conhecimento baseado em evidências que deve ser capaz de produzir um histórico de dados, generalizações empíricas e ideias que afetam a maneira como os(as) formuladores(as) de políticas e profissionais do bem-estar social pensam sobre os problemas (Weiss, 1982).

Respetivamente aos valores teóricos, o serviço social utiliza os quadros teóricos das ciências sociais e humanas, orientados por quatro valores. "Os valores humanistas que se centram no humano e no respeito de si mesmo, os valores democráticos que se centram no desenvolvimento da personalidade e participação social e cívica na sociedade, os valores políticos e económicos que se centram no princípio da subsidiariedade e da igualdade de oportunidades e de direitos sociais, e os valores educativos, que se centram no saber onde o profissional se apoia e fundamenta o seu plano de intervenção" (Ferreira, 2011, p. 74).

3.1.1 A importância da ligação entre o ser humano e o animal de estimação

Mcclaskey, (2019) discorre sobre as relações e interações entre os animais e humanos:

> Os animais têm desempenhado um papel importante na vida humana durante séculos. Inicialmente o papel dos animais teria sido principalmente para o transporte, usos agrícolas, ou como alimento, contudo apesar de os seres humanos se tornarem menos dependentes dos animais para estas necessidades, os animais continuaram nas suas vidas (Mcclaskey, 2019, p. 335).

Segundo o estudo realizado pelo Growth from Knowledge (2015) em Portugal, 54% das pessoas do estudo possuem pelo menos um animal de estimação, das quais 47% consideravam o cão como membro da família, e 49% consideraram o gato como um membro da família.

Em todo o mundo os animais são importantes para as pessoas, pelo que Cohen (2002) afirma que o elo entre os donos e os animais de companhia é muito forte. Inclusivamente a legislação de muitos países está a ser modificada e melhorada tendo como objectivo a defesa dos direitos dos animais. O Reino Unido desde cedo foi pioneiro na defesa dos animais e atualmente elaborou o documento "*Our action plan for animal welfare*" que visa reconhecer e consagrar explicitamente os animais como seres sencientes na lei (Department for Environment Food & Rural Affairs, 2021).

No Brasil a primeira Lei que trata de punições e sanções ao meio ambiente foi a Lei Nº 9.605, 1998 (BRASIL, 2020), conhecida como Lei dos Crimes Ambientais, cita em seu artigo 15: "com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais" subentendidos aqui os animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos. Em 2018 foi reconhecido os direitos dos animais não humanos e a sua proteção integral. Além disso, firmou-se no direito que os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional e são seres sencientes, passíveis de sofrimento (BRASIL, 2018). A última alteração ocorreu em 2020, pela Lei 14.064/2020, que veio para aumentar as penas cominadas ao crime para quem maltratar cães e gatos. Essa passou a registrar o(a) agressor(a) com "registro de antecedente criminal quando em flagrante e a prisão", e a reclusão de 2 a 5 anos (BRASIL, 2020, p. 1).

Do mesmo modo, em Portugal a proteção dos direitos dos animais tem evoluído, existindo diferentes normativos legais sobre a matéria, estando expresso no Artigo 201.º-B da da Lei n.º 8/2017, que estabelece o estatuto jurídico dos animais e que altera o Código Civil, afirmando que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.

Atualmente verifica-se uma maior preocupação com os direitos dos animais, sendo que cinquenta países integram o índice de proteção animal. No índice, países como o Reino Unido, Suécia, Dinamarca, Áustria, Países Baixos e Suíça têm-se destacado positivamente nas suas políticas e legislação em matéria de bem-estar animal. O Brasil está no meio da escala, porque os animais ainda usados na agricultura, necessitando evoluir neste quesito. O Brasil tem piorado o seu índice desde 2014. No que concerne a Portugal não existem dados relativos ao mesmo, dado que o país não consta do conjunto dos cinquenta países deste índice (Animal protection index, 2020).

A relação entre os seres humanos e os cães têm sido várias vezes notícia, em particular no contexto pandémico em que vivemos, onde se assiste ao aumento exponencial de mortos, vítimas do covid-19. Sobre essa temática, observou-se a publicação de várias notícias relatando a situação de cães que se encontravam por longo tempo esperando

seus(as) donos(as) em frente a hospitais. Em muitos desses casos, os(as) donos(as) já haviam falecido de Covid-19 e o animal de estimação ali continuava à espera, "Cadela espera mais de um mês em porta de hospital por dono que morreu de Covid-19 e é adotada em Nerópolis, diz funcionária" (G1, 2021, p.1). Este é um fenômeno sentido a nível mundial, "cachorro espera dono morto por Covid em porta de hospital no México" (CNN, 2021, p. 1). Existem histórias entre humanos e animais tão marcantes que lembram a Akita no filme "Sempre a seu lado" de 2009. Em Santa Catarina "o cão, Negão, 'espera' **há 8 meses** em pátio de hospital pelo dono que morreu em Balneário Camboriú" (G1, 2016, p.1). Ainda em Santa Catarina, um caso de 2013 noticiado amplamente, mostrou a dependência e a afetividade dos animais por seus donos, "cachorro que esperou dono por 14 anos morre no Rio Tavares, em Florianópolis, Lobão, com sua pelagem de neve e cara de boa praça, comovia a todos pela lealdade com seu dono que morreu em um acidente naquele lugar" (ND, 2013, p.1).

3.1.2 Serviço social ambiental e a sua interseção com os animais

O reconhecimento da importância do serviço social face aos benefícios da relação entre pessoas e animais de estimação, iniciou-se com a publicação intitulada "O Cão como Outro Significativo", que documentou a ligação entre uma mulher idosa e o seu companheiro canino (Bikales, 1975). Partindo desta investigação surgiram novos estudos e intervenções em serviço social e na sua relação com animais, nomeadamente nos EUA. Em contrapartida, em Portugal e no Brasil esta vertente do serviço social é pouco explorada no âmbito do trabalho com animais, seja na oferta formativa, seja na produção de conhecimento científico. A missão global do(a) assistente social é a garantia dos direitos inerentes à pessoa humana, contribuir para a melhora do bem-estar social, este objectivo pode ser facilitado no serviço social através do contacto com a natureza e em particular com os animais. É reconhecido por diversa literatura que os animais são fonte de satisfação e bem-estar tanto para os humanos como para os animais. Besthorn (2014) afirma que os quadros ecológico/sistemas convencionais do serviço social estão inseridos em diferentes campos do serviço social como é exemplo do serviço social ambiental, serviço social ecológico profundo, serviço social eco-espiritual. Com a emergência deste novo foco do serviço social sobre o ambiente natural a profissão impulsionou-se na adoção da ligação homem-animal como parte integrante dos processos de intervenção e tratamento.

O afastamento de uma prática holística assente na natureza é motivado por uma conceção antropocêntrica, sustentado na ideia da superioridade dos homens face aos animais, visto que o serviço social está em permanente evolução este precisa de examinar o seu quadro antropocêntrico, independentemente das exigências que isto coloca à profissão. Os animais são importantes para utentes independentemente da idade (Evans & Gray, 2012; Garrity et al., 1989). Com a emergência da pandemia COVID-19, a importância

dos laços humanos e animais ainda são mais valiosos, designadamente no caso dos(as) idosos(as) que vivem isolados ou em contexto de solidão. A consideração dos laços humanos e animais pode ajudar a compensar os efeitos negativos da pandemia (Rauktis, & Hoy-Gerlach, 2020).

O serviço social com animais, surge no contexto do serviço social ambiental e em particular do serviço social veterinário (Veterinary Social work - VSW) em que as intervenções assistidas por animais têm particular relevo.

As intervenções assistidas por animais, podem resumir-se em três tipos essenciais, designadamente as terapias assistidas por animais; as atividades assistidas por animais e a educação assistida por animais.

Neste contexto, é particularmente útil para o serviço social, conhecer e aprofundar o conhecimento face às intervenções com animais. Boris Levinson foi um pioneiro na percepção dos benefícios da utilização dos animais em terapia (Mallon & Levinson, 1969). Contudo a terminologia relativa às intervenções assistidas por animais, ainda é inconsistente na literatura, lutando na demonstração da sua eficácia e validade. O termo terapia assistida por animais (subárea da intervenção assistida por animal) continua a ser aplicado em programas que não se qualificam teoricamente como terapias assistidas por animais (Kruger & Serpell, 2006).

Paralelamente "as intervenções assistidas por animais, tendem a focar-se nas relações entre humanos e animais, e no seu respectivo vínculo em ambientes clínicos e sociais" (Legge, 2016, p. 1928). Embora seja necessário um maior investimento científico na produção de mais literatura, está comprovado que as intervenções assistidas por animais, beneficiam tanto a saúde como o bem-estar do ser humano, reduzindo a ansiedade, facilitando as interações sociais (Kruger and Serpell, 2006) reduzindo a solidão e a depressão e melhoria do humor (Palley et al. , 2010).

As intervenções assistidas por animais, têm aplicações bastante diversas dependendo do programa e dos participantes envolvidos. Nas atividades assistidas por animais Holcombe et al. (2016) dá o exemplo da integração de animais em ambiente hospitalar consistindo no simples movimento de escovar um cão. Nas terapias assistidas por animais Altschiller (2011) dá o exemplo das terapias assistidas por animais junto de crianças com problemas de leitura. Na educação assistida por animais Arbour (et al., 2009) dá o exemplo da aplicação deste programa dentro de escolas no qual eram realizadas aulas sobre temas como a criação e tratamento de animais (por exemplo, lidar com cães em segurança e informações sobre as suas necessidades nutricionais) e maus tratos aos animais.

Normalmente os animais mais empregados nessa abordagem são os cães, dado seu potencial de treinamento e natureza tipicamente social, todavia também são incluídos gatos e animais de quinta (Jofre, 2005). Como público-alvo destas intervenções frequentemente são "crianças, adolescentes e adultos(as), envolvendo com menos frequência idosos(as),

nomeadamente com transtornos mentais" (Bernabei et al., 2013, p.763). As intervenções assistidas por animais, podem intervir em inúmeros domínios, como doença mental (Bernabei et al., 2013), abuso sexual (Reichert, 1998), solidão (Banks & Banks, 2002), entre outros.

Consequentemente, os animais integram a intervenção e o conhecimento científico do serviço social e ignorá-los não é legítimo. Eticamente, também não podemos promover intervenções com utentes, usando simplesmente os animais como 'ferramentas' sem considerar as suas necessidades ou direitos (Tedeschi et al., 2005).

3.1.3 Relação entre a epistemologia do serviço social e a Intervenção Assistida por Animais

A literatura nas intervenções assistidas por animais procura capacitar os(as) assistentes sociais para saber intervir com animais junto dos grupos mais vulneráveis na sociedade, através da transmissão de ferramentas para que os(as) assistentes sociais aperfeiçoem as suas práticas e as adequem aos utentes de modo a responder às suas necessidades e/ou motivações. A compreensão da importância do elo de ligação entre o animal e a pessoa foi constatado pelos veterinários, demonstrando que as intervenções assistidas por animais são uma prática que abrange inúmeras ciências sociais tais como a medicina veterinária, serviço social, psicologia, sociologia, antropologia, biologia, entre outros. Neste contexto, o ideal nesta vertente é que o serviço social possa intervir e investigar de forma transdisciplinar.

Não obstante não é usual encontrar literatura ou relatos de intervenções que envolvam a relação do ser-humano com o animal, ligando a teoria à prática do serviço social, porém isto não significa que a teoria não sustente as intervenções assistidas por animais. Estas intervenções são apoiadas pela teoria ecológica e dos sistemas, o modelo centrado na família, a teoria do apoio social e a teoria das forças (Arkow, 2007, citado em Risley- Curtiss et al., 2013). Estes modelos e teorias estão contemplados nos conhecimentos proposicionais, ainda assim é imprescindível haver uma articulação entre estes conhecimentos e os conhecimentos operacionais.

Serpell et al., (2017) referem outro modelo como importante, intitulado de biopsicossocial, (Chapa et al., 2014), que representa uma perspectiva ampla assente entre três factores, o biológico (genético, gravidade da doença), o psicológico (personalidade, depressão, angústia) e o social (cultura, solidão), sendo que caso haja mudanças positivas ou negativas que afetem um dos três factores, todos os factores irão sofrer consequências dessa mudança. Este é um modelo conceitual mais abrangente dos mecanismos subjacentes aos efeitos das intervenções assistidas por animais sobre uma gama de resultados biológicos, psicológicos e sociais. Contudo, o campo de pesquisa das intervenções assistidas por animais atualmente carece de teorias explicativas, particularmente na questão da distinção das intervenções assistidas por animais face a outros tipos de intervenção (Marino, 2012).

Os estudos de intervenções assistidas por animais dispõem de limitações por efeito de produção de resultados mistos e falta de provas de validade e eficácia. (Holcombe et al., 2016). Alguns dos problemas identificados foram pequenas amostras e inexistência de grupos de controle adequados (Kruger & Serpell, 2006).

As intervenções assistidas por animais têm que adotar uma perspetiva mais focalizada na inferência, contudo devem-se distanciar do método "evidence based practice", dada a sua associação com o serviço social clássico e paradigma positivista que direcionam o seu olhar para a objetividade e operação de métodos quantitativos. Dado que o serviço social é uma disciplina e uma profissão subjetiva é necessário que o serviço social seja objetivo nesta extensão, que possa evoluir e adote modelos mais contemporâneos, como é o caso do modelo "evidence-based knowledge". O serviço social pode adotar este modelo sendo capaz de fornecer provas através de explicações assentes na correlação entre as teorias práticas adaptáveis a as narrativas cognitivas dos assistentes sociais (Otto et al., 2009).

Complementarmente Palley et al. (2010) fazem uma proposta para aperfeiçoar a pesquisa e consequentemente a intervenção profissional nas intervenções assistidas por animais, defendendo a utilização de diretrizes face a diversas situações e tipo de animais como também na definição de limites de frequência e duração para intervenção. Estes parâmetros são necessários dado que incorporam uma ampla gama de campos, organizações, instalações, espécies e requisitos. A autora afirma que, a definição de um conjunto de normas face às intervenções assistidas por animais facilitaria não só a execução e reprodutibilidade de estudos clínicos, como também permitiria a interpretação dos resultados através de estudos e eventual integração da intervenção assistida por animais na prática médica. A mesma autora recomenda similarmente a criação de uma base de dados nacional no âmbito das terapias assistidas por animais, para assegurar tanto a protecção de participantes humanos como dos animais, promovendo assim uma abordagem baseada na complementaridade da teoria e da prática. No qual a teoria irá definir proposições explicativas e interpretativas da realidade em complementaridade com prática sendo esta influenciadora/ influenciada.

Em matéria de valores teóricos, a investigação em serviço social adota na sua maioria valores humanos devido à forte presença do quadro antropocentrista na investigação e prática do serviço social. Todavia o serviço social deve dar enfâse a todos os valores, e não priorizar o valor humano face aos outros. Esta elevação dos valores humanos sobre os animais pode ser prejudicial à postura ética do assistente social para com a investigação científica.

Porém se o serviço social desenvolver uma maior prática no âmbito das intervenções assistidas por animais, considerando igualmente os direitos ambientais, à defesa dos ecossistemas, aos desafios da sustentabilidade e ao valor de todas as formas de vida no planeta, não priorizando o valor humano face aos outros. Esta concepção de equilíbrio e respeito entre o mundo humano e não humano assume-se fundamental para assegurar

que a espécie humana tem futuro no nosso planeta, cada vez mais ameaçado e em risco de colapso. A defesa dos direitos dos animais é um desiderato civilizacional ao qual os assistentes sociais não podem ficar indiferentes. O serviço social ambiental legitima a intervenção assistida por animais, enquanto prática holística promotora de bem-estar e de bem-viver em harmonia com a natureza.

4 I CONCLUSÃO

O desenvolvimento sustentável é um importante e atual conceito no serviço social que nos remete para a relação humano-natureza. A intervenção assistida por animais sendo uma das vertentes do serviço social é evidentemente sustentada pela epistemologia e pela construção do saber nesta área. Contudo, o conhecimento científico referente ao serviço social e, muitas vezes, as práticas de intervenção social não dominantes, têm dificuldades em se afirmarem, designadamente as intervenções assistidas por animais. Neste contexto, é necessário uma evolução da literatura do serviço social referente às intervenções assistidas por animais, tanto a nível da teoria como das diretrizes necessárias para a compreensão e intervenção do serviço social enquanto profissão e ciência. É necessário que o serviço social afirme de forma clara a relação de complementaridade entre a teoria e a prática centrando-se essencialmente no método "*evidence based knowledge*" para promover um equilíbrio hierárquico entre estas duas dimensões.

O serviço social deve ser capaz de afirmar de forma unívoca os seus valores humanistas e abranger holisticamente os quatro valores teóricos para um quadro teórico complementar e adequado que sustente a produção de conhecimento científico. O serviço social no futuro deve criar as condições para aprofundar e cruzar as questões ambientais e ecológicas como os aspetos sociais do desenvolvimento, demonstrando a importância e os benefícios diretos e indiretos de integrar as intervenções assistidas por animais como parte das "ferramentas" de intervenção social, sendo que para isso, é necessário avaliar sistematicamente as práticas profissionais para confirmar ou refutar resultados e explicações. Os investigadores devem esforçar-se para obter um alto rigor metodológico nos procedimentos de pesquisa, incluindo a heterogeneidade não só dos fenótipos das pessoas, mas incluir na pesquisa os do próprio animal.

Diante deste trabalho luso-portugués, observou-se que é necessário aprofundar os conhecimentos na área do serviço social ambiental, com particular destaque para o serviço social veterinário, como uma dimensão importante na pratica dos(as) assistentes sociais para a promoção do bem-estar humano e animal.

REFERÊNCIAS

ALTSCHILLER., D. (2011). **Animal-Assisted Therapy**. Greenwood

AMARO, M. I. (2017), **Conhecimento, acção e investigação em Serviço Social: questões de um campo em construção**, Prelo

ARKOW, P. (1992). **The correlations between cruelty to animals and child abuse and the implications for veterinary medicine**. Canadian Veterinary Journal, Vol. 33 No. 8

ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. (2018). Código Deontológico dos Assistentes Socais em Portugal

BIKALES, G. (1975). **The dog as "significant other.** Social Work . Vol. 20 No. 2

CARVALHO, M. I. (2016). **Ética Aplicada ao Serviço Social**, Lisboa. Pactor

EVANS, N. & GRAY, C. (2012). **The practice and ethics of animal-assisted therapy with children and young people: Is it enough that we don't eat our co-workers?.** British Journal of Social Work. Vol. 42 No. 4

DEPARTMENT FOR ENVIRONMENT FOOD & RURAL AFFAIRS, D. for E. F. & R. (2021). Our action plan for animal welfare.

FERREIRA, M. L. F., & DÍEZ, R. E. (2015). **El objeto de estudio en trabajo social: dimensión científica**. Em. Civera, C. N., & Díez, R. E. (Ed.) Métodos Y Técnicas de Investigación En Trabajo Social. Grupo 5

GARRO, J. J. V. (2014). **Modelos y métodos de intervención en Trabajo Social**. In Alianza Editorial.

KRUGER, K. A., & SERPELL, J. A. (2006). **Animal-assisted interventions in mental health: Definitions and theoretical foundations.** Em A. Fine (Ed.), Handbook on animal-assisted therapy: Theoretical foundations and guidelines for practice. CA: Academic Press.

MALLON, G. P., & LEVINSON, B. M. (1969). **Pet-oriented child Psychotherapy**. Charles C Thomas • Publisher, LTD

MCCLASKEY, B. (2019). **Companion Animals and their Impact on Human Lives**. The Midwest Quarterly, Vol. 60 No. 3.

PINTO, C. (2014). **Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: Missões Encruzadas**. Em Carvalho, M. I. L. B. (Ed), Serviço Social Teorias e Práticas. Pactor

REICHERT, E. (1998). **Individual counseling for sexually abused children: A role for animals and storytelling**. Child and Adolescent Social Work Journal. Vol. 15 No. 3. Human Sciences Press

RESTREPO, O. L. V. (2003). **Reconfigurando el Trabajo Social:Perspectivas y tendencias contemporáneas**. Espacio Editorial

ROBERTIS, Cristina. (2011). **Metodologia da intervenção em trabalho social**, Porto editora.

Webgrafia

ANIMAL PROTECTION INDEX, (2020). Methodology. Disponível em: https://api.worldanimalprotection.org/methodology. Acesso em: 26 jun. 2021.

ANIMALIFE, https://www.animalife.pt/pt/home

ARBOUR, R., Signal, T., & Taylor, N. (2009). **Teaching kindness: The promise of humane , education.** Society and Animals.Vol.17 No. 2. Koninklijke Brill NV https://doi.org/10.1163/156853009X418073

ARKOW, P. (2020). Human–Animal Relationships and Social Work: Opportunities Beyond the Veterinary Environment. Child and Adolescent Social Work Journal.Vol.37 No. (6). Springer

https://doi.org/10.1007/s10560-020-00697-x

AZEVEDO, F. (2015) Portugal é um país Pet-Friendly. Disponível em: https://bit.ly/371Er9v. Acesso em: 26 jun. 2021.

BANKS, M.R., & BANKS, W.A. (2002). **The effects of animal-assisted therapy on loneli- ness in an elderly population in long-term care facilities**. Journal of Gerontology: Medical Sciences Vol. 57A No. 7. Public Domain 010201MS (silverchair.com)

Bernabei, V., Ronchi, D. D., Ferla, T. L., Moretti, F., Tonelli, L., Ferrari, B., Forlani, M., & Atti, A. R. (2013). **Animal-assisted interventions for elderly patients affected by dementia or psychiatric disorders**: A review. Journal of Psychiatric Research. Vol. 47 No. 6.

https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2012.12.014

BESTHORN, H. F. (2014). **Deep Ecological Insectification: Integrating Small Friends with Social Work**. Em Ryan, T. (Ed.) (1th ed.). Animals in Social Work Why and How They Matter.Palgrave Macmilla Disponível em: https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/f4868d460de3e47cf36f9bcbf3b30193/Animals_in_Social_Work_Why_and_How_They_Matter_by_2689443_(z-lib.org).pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

Busch, C., Tucha, L., Talarovicova, A., Fuermaier, A. B. M., Lewis-Evans, B., & Tucha, O. (2016). **Animal-assisted interventions for children with attention deficit/ hyperactivity disorder: A theoretical review and consideration of future research directions**. Psychological Reports. Vol.118 No. 1. Sage

https://doi.org/10.1177/0033294115626633

BRASIL a. Constituição de 1998. Lei Nº 9.605, DE 12 de fevereiro de 1998. Capítulo 15. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL b. Constituição de 1998. LEI Nº 14.064, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL c. LEI Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 26 jun. 2021.

CHUR-HANSEN, A. (2010). Grief and bereavement issues and the loss of a companion animal: People living with a companion animal, owners of livestock, and animal support workers. Clinical Psychologist. Vol. 14. No. 1. Taylor & Francis

https//doi.org/10.1080/13284201003662800

CNN-BRASIL. **Cachorro espera dono morto por Covid em porta de hospital no México.** Anna Gabriela Costa. 04 de janeiro de 2021 às 19:40. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/01/04/cachorro-dono-covid.Acesso em: 26 jun. 2021.

COHEN, S. P. (2002). **Can pets function as family members?**. Western Journal of Nursing Research. Vol. 24 No. 6. Sage

DOI:10.1177/019394502320555386

DC. **Cachorro que esperou dono por 14 anos morre no Rio Tavares, em Florianópolis**. Aline Torres, Florianópolis, 20/12/2013 às 11h10. Disponível em: https://ndmais.com.br/noticias/cachorro-que-esperou-dono-por-14-anos-morre-no-rio-tavares-em-florianopolis/. Acesso em: 26 jun. 2021.

FERREIRA, M. L. F. (2011). **Contributos para o debate da epistemologia em serviço social. Trabajo Social Global**. Revista de Investigaciones En Intervención Social. Vol. 2 No. 3

https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v2i3.919Geralllll

FERREIRA, M. L. F. (2014). **Serviço Social: profissão e ciência. Contributos para o debate científico nas ciências sociais**. Cuadernos de Trabajo Social. Vol. 27 No. 2.

https://doi.org/10.5209/rev_cuts.2014.v27.n2.44782

G1. **Cadela espera mais de 1 mês em porta de hospital por dono que morreu de Covid-19 e é adotada em Nerópolis, diz funcionária**. Rafael Oliveira e Danielle Oliveira. Goias, 03/04/2021 15h50. Disponível em: https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/04/03/cadela-espera-mais-de-1-mes-em-porta-de-hospital-por-dono-que-morreu-de-covid-19-e-e-adotada-em-neropolis-diz-funcionaria.ghtml. Acesso em: Acesso em: 26 jun. 2021.

G1. **Cão 'espera' há 8 meses em pátio de hospital pelo dono que morreu em SC.** Florianópolis. Douglas Márcio, 28/07/2016 19h38 - Atualizado em 28/07/2016 20h07. Disponível em: http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2016/07/cao-espera-ha-9-meses-em-patio-de-hospital-pelo-dono-que-morreu-em-sc.html. Acesso em: 26 jun. 2021.

GARRITY, T. F., STALLONES, L., Marx, M. B., & Johnson, T. P. (1989) **Pet ownership and attachment as supportive factors in the health of the elderly**. Anthrozoos A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals. Vol.3 No. 1

GONÇALVES, R., & SILVA, M. (2021, maio 20). **Serviço Social animal** [Sessão de conferência]. Intervenção com animais em Serviço Social, online. Disponível em: https://www.facebook.com/83443519980/videos/192684666040864. Acesso: 10 jun. 2021.

HANRAHAN, C. (2013). **Social Work and Human Animal Bonds and Benefits in Health Research: A Provincial Study**. Critical Social Work, Vol. 14 No. 1. Disponível em: http://www1.uwindsor.ca/criticalsocialwork/system/files/Hanrahan.pdf. Acesso: 10 jun. 2021.

HOLCOMBE, M. T., STRAND, E. B., NUGENT, W. R., & Ng, Z. Y. (2016). **Veterinary social work: Practice within veterinary settings**. Journal of Human Behavior in the Social Environment. Vol. 26 No. 1. Routledge

https://doi.org/10.1080/10911359.2015.1059170

JOFRE, M. L. (2005). **Animal-assisted therapy in health care facilities**. Revista Chilena de Infectologia. Vol. 22 No. 3. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/rci/v22n3/art07.pdf~. Acesso em: 11 jun. 2021.

LEGGE, M. M. (2016). **The role of animal-assisted interventions in anti-oppressive social work practice**. British Journal of Social Work. Vol. 46 No. 7. Oxford University
https://doi.org/10.1093/bjsw/bcv133

MARINO, L (2012). **Construct Validity of Animal-Assisted Therapy and Activities: How Important Is the Animal in AAT?**. Anthrozoös. Vol. 25 No. 1 Routledge
DOI: 10.2752/175303712X13353430377219

MITCHENER, K. L., & Ogilvie, G. K. (2002). **Understanding compassion fatigue: Keys for the caring veterinary healthcare team**. Journal of the American Animal Hospital Association. Vol. 38 No. 4. Guest Editorial
DOI:10.5326/0380307

OTTO, H. U., Polutta, A., & Ziegler, H. (2009). **Reflexive Professionalism as a Second Generation of Evidence-Based Practice**. Research on Social Work Practice. Vol. 19 No. 4. Sage
https://doi.org/10.1177/1049731509333200

PALLEY, L. S., O'Rourke, P. P., & Niemi, S. M. (2010). **Mainstreaming animal-assisted therapy**. ILAR Journal. Vol. 51 No. 3.
doi:10.1093/ilar.51.3.199

PINTO, C., (2021, maio 20). Conceptualização dos vários tipos de intervenção com animais em Serviço Social [Sessão de conferência]. **Intervenção com animais em Serviço Social**. Disponível em: https://www.facebook.com/83443519980/videos/192684666040864. Acesso: 10 jun. 2021.

PODRAZIK, D., SHACKFORD S., BECKER, L., & HECKERT, T. (2000). **The death of a pet: Implications for loss and bereavement across the lifespan**. Journal of personal and interpersonal loss. Vol. 5 No. 4, Routledge. Disponível em: https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/a95c73d1f0863d869916d0481bb562c3/10811440008407852.pdf. Acesso: 10 jun. 2021.

RAMBAREE, K. (2020) **Environmental social work Implications for accelerating the implementation of sustainable development in social work curricula**. International Journal of Sustainability in Higher Education. Vol. 21 No. 3, 2020. Emerald Publishing Limited
DOI 10.1108/IJSHE-09-2019-027

RAUKTIS, E. M., & HOY-GERLACH, J. (2020). **Animal (Non-human) Companionship for Adults Aging in Place during COVID-19**: A Critical Support, a Source of Concern and Potential for Social Work Responses, Journal of Gerontological Social Work. Vol. 63 No. 6-7 Routledge. DOI: 10.1080/01634372.2020.1766631

RISLEY-CURTISS, C., ROGGE, M. E., & KAWAM, E. (2013). **Factors affecting social workers' inclusion of animals in practice**. Social Work. Vol. 58 No. 2. PubMed https://doi.org/10.1093/sw/swt009

SAVALA, Luisa. **Perfil psicológico de pessoas que maltratam animais.** Blog Perito animal. 28 novembro 2018. Disponível em: https://www.peritoanimal.com.br/perfil-psicologico-de-pessoas-que-maltratam-animais-22858.html. Acesso em: 27 jun. 2021.

SERPELL, J., McCune, S., Gee, N., & Griffin, J. A. (2017). **Current challenges to research on animal-assisted interventions**. Applied Developmental Science. Vol. 21 No. 3.

https://doi.org/10.1080/10888691.2016.1262775

STRAND, B, E., (2021, maio 20). **Veterinary Social Work** [Sessão de conferência]. Intervenção com animais em Serviço Social. Disponível em: https://www.facebook.com/83443519980/videos/192684666040864. Acesso em: 20 maio 2021.

TAYLOR, N., FRASER, H., SIGNAL, T., & PRENTICE, K. (2016). **Social Work, Animal-Assisted Therapies and Ethical Considerations**: A Programme Example from Central Queensland. British Journal of Social Work. Vol. 46 No. 1. Oxford University Press

https://doi.org/10.1093/bjsw/bcu115

TEDESCHI, P., FITCHETT, J., & MOLIDOR, C. E. (2005). **The incorporation of animal-assisted interventions in social work education.** Journal of Family Social Work. Vol. 9 No. 4. Routledge

https://doi.org/10.1300/J039v09n04_05

WALSH, D. (2014). **Domestic Violence and Companion Animal Welfare: The Issues, Risks and Implications for Practice**. Em Ryan.T. (Ed.) (1th ed.). Animals in Social Work Why and How They Matter. Palgrave Macmillan. Disponível em: https://pdf.zlibcdn.com/dtoken/f4868d460de3e47cf36f9bcbf3b30193/Animals_in_Social_Work_Why_and_How_They_Matter_by_2689443_(z-lib.org).pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

WEISS, C. H. (1982). **Policy research in the context of diffuse decision making.** The Journal of Higher Education, Vol. 53 No. 6. Ohio State University Press

https://doi.org/10.2307/1981522

CAPÍTULO 2

CONTRAREFORMA EDUCACIONAL: AS TENSÕES ENTRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Carla do Nascimento Santos Morani
Rio de Janeiro – RJ
https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=8C9C90416AF0EB3D83BA396945A41252#

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisa, reflexões e discussões teóricas realizadas sobre o ensino Superior e formação profissional em Serviço Social no Brasil sistematizadas no processo de construção da minha tese de doutorado sobre “A Supervisão de estágio como atividade constitutiva do trabalho do Assistente Social” que foi defendida no ano de 2018, que trouxe a abordagem sobre a formação profissional do Assistente social na atualidade. Portanto, visa apresentar as tendências da política de ensino superior brasileira nas últimas décadas, buscando compreender as racionalidades desta política na contemporaneidade bem como, a complexidade desses processos na formação profissional do assistente social. O entendimento sobre os impactos na educação superior é necessário para a compreensão dos desafios apresentados na formação profissional do assistente social na totalidade histórica dos processos sociais a partir das formas assumidas pelo capital na dinâmica da acumulação no cenário de crise e contrarreforma do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Contrarreforma do Estado, Política de ensino superior, Serviço Social e Formação profissional.

EDUCATIONAL COUNTERREFORM: THE TENSIONS BETWEEN HIGHER EDUCATION POLICY AND THE SOCIAL SERVICE PROFESSIONAL QUALIFICATION PROJECT

ABSTRACT: This article is the result of research, reflections and theoretical discussions about higher education and professional training in Social Work in Brazil, systematized in the process of building my doctoral thesis on “Internship supervision as a constitutive activity of the work of the Social Worker” which was defended in 2018, which brought the approach to the professional training of Social Workers today. Therefore, it aims to present the trends of Brazilian higher education policy in recent decades, seeking to understand the rationales of this policy in contemporary times as well as the complexity of these processes in the professional training of social workers. Understanding the impacts on higher education is necessary to understand the challenges presented in the professional training of social workers in the historical totality of social processes based on the forms assumed by capital in the dynamics of accumulation in the scenario of crisis and counter-reform of the State.
KEYWORDS: State Counter-Reformation, Higher Education Policy, Social Work and Professional Qualification.

1 I INTRODUÇÃO

A Educação Superior pública, especialmente desde o final do século XX, vêm sofrendo crises e desafios que afetam não só a universidade, como também os direitos e as políticas sociais conquistados pela classe trabalhadora. A "Reforma" da Educação Superior, que vem sendo implementada desde 1995 (com mais ênfase a partir do governo Lula da Silva) pelo Ministério da Educação segue a dinâmica dos organismos multilaterais, que impõe uma nova racionalidade para a Educação e, consequentemente para a formação profissional. Esta relação não está desassociada das condições políticas que caracterizam a realidade brasileira, dentre as quais destacamos a relação entre o Estado e a sociedade civil que, embora tenha ampliado, subordina as relações sociais à lógica do mercado, sem nenhum sentido de coisa pública.

O projeto de formação profissional do Serviço Social instituído pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, parte de uma teoria social crítica para a leitura da realidade, acompanhada da dimensão investigativa e interventiva da profissão. Este projeto engloba aspectos que se referem à compreensão de que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social do trabalho, determinada socialmente, incorporando três dimensões que a formação profissional deve proporcionar que são: a teórico-metodológica, ético-politica e técnico-operativa.

O estudo sobre a formação profissional na contemporaneidade nos revela grandes desafios frente às modificações do mundo do trabalho, no papel do Estado, da sociedade civil e na organização das políticas sociais, que trazem grandes repercussões na formação e exercício profissional do assistente social. Portanto, no que se refere à formação profissional em serviço Social, precisamos compreendê-lafrente aos interesses de classes e a possibilidade de reafirmação de um projeto profissional prioritário aos interesses da classe trabalhadora.

Nesta direção é importante considerar alguns aspectos que podem contribuir para a análise crítica deste processo, que, neste artigo, foi organizado em dois momentos, a saber: Contrareforma Educacional e a Política de Educação Superior brasileira na contemporaneidade e a Política de Educação Superior e projeto de formação profissional do Serviço Social.

2 I CONTRAREFORMA EDUCACIONAL E A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

Nos marcos da reestruturação dos mecanismos de acumulação do capitalismo mundializado[1], os anos de 1980 e 1990 foram anos adversos para as políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para a entrada do ideário neoliberal no Brasil

1 A expressão 'mundialização do capital' é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês 'globalização', que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista voltado à produção manufatureira ou às principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta globais (CHESNAIS, 1996, p. 17).

que trouxe grandes rebatimentos para a organização política de ensino superior, devido à ação do Banco Mundial (BM) que passa a elaborar, monitorar e condicionar aos países periféricos contrarreformas[2] educacionais condizentes voltadas para o ajuste estrutural das economias destes países. Sendo assim o BM parte em defesa do ensino fundamental reforçando o discurso de universidade pública como lócus dos privilegiados. Neste contexto, a autora afirma que o Banco Mundial passa a preconizar a educação básica como forma essencial (PEREIRA, 2008).

Segundo Lima (2006), esses organismos buscam um consenso de forma estratégica visando à supressão das fronteiras entre os Estados nacionais e com isso a homogeneização dos espaços. Sob a direção política do ideário neoliberal, os processos de diversificação de fontes de financiamento são incentivados pelos organismos internacionais, com o discurso de que ao ensino superior é destinado um montante de verbas superior ao ensino básico e que deveria ocorrer uma transferência destas para a educação fundamental.

Se referenciando nos estudos de Lima (2006) sobre a Reforma da educação superior, Pereira (2008) expõe que o discurso de defesa da abertura do ensino superior para outras fontes de financiamento utiliza-se de duas estratégias: (1) a liberação dos serviços educacionais e a expansão de instituições privadas; (2) o estabelecimento de parcerias com fundações de direito privado, cobranças de mensalidades e taxas e corte no investimento do que se refere a novas contratações de trabalhadores no âmbito público educacional, além da falta de manutenção e aperfeiçoamento da infra-estrutura pública.

Diante do exposto, percebe-se que o lugar da política de ensino superior no Brasil, se encontra atrelada há uma perspectiva de formação profissional voltada estritamente para o mercado de trabalho e como espaço utilizado também para a exploração capitalista, no qual se encontra o discurso da educação inclusiva, como forma de acesso para os segmentos mais pauperizados a educação superior e contribuição para a empregabilidade através de sua capacitação, com a criação de programas de acesso à educação superior pelo governo, mas que se expressam no âmbito privado e, portanto, se configurando como uma via lucrativa para a expansão capitalista.

No Brasil vem aumentando o número de instituições de ensino superior e os dados do Censo da Educação superior de 2016 elaborado pelo Instituto *Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (INEP), demonstram que do ano 2003 à 2016 esse crescimento se deu consideravelmente no âmbito privado e especificamente com proliferação de faculdades, conforme dados abaixo apresentados na tabela 1 a seguir.

---

2 A expressão contrarreforma é utilizada por Behring (2003, p. 213), em seu livro "Brasil em contrarreforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos", no qual a autora, com base em Mattoso (1999), expõe que a contrarreforma concretiza-se em alguns aspectos: na perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha como perspectiva a retomada do emprego e do crescimento, em função da destruição dos mecanismos de intervenção neste sentido, o que implica uma profunda desestruturação produtiva e no desemprego; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

Ano	INSTITUIÇÕES								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	**1.859**	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	**2.013**	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	**2.165**	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	**2.270**	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	**2.281**	96	87	4	116	116	1.829	33	-
2008	**2.252**	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	**2.314**	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	**2.378**	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	**2.365**	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	**2.416**	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	**2.391**	111	84	10	130	140	1.876	40	-
2014	**2.368**	111	84	11	136	136	1.850	40	-
2015	**2.364**	111	84	11	138	130	1.850	40	
2016	**2.407**	108	89	10	156	138	1.866	40	-

Tabela 1 – Número de Instituições de educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa – Brasil – 2003-2016.

Fonte: MEC/Censo Inep, 2003-2016, construída por Morani (2018).

Desta forma com os dados apresentados na tabela 1, é perceptível a proliferação de instituições de ensino superior no âmbito privado, a distinção da organização administrativa desse espaço e, portanto, perspectivas distintas de formação profissional.

Portanto, verifica-se que o sistema educacional vem se modificando significativamente, tendo em vista atender às exigências dos organismos internacionais e/ou a lógica do capital. O discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, e deixa claro que, para garantia do acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da expansão do ensino privado. Essa redução da contribuição do Estado no financiamento da educação superior também busca acentuar a responsabilidade das instituições de ensino superior para prover seus próprios recursos, através de uma proposta de autonomia para as universidades que atribui uma lógica empresarial à universidade brasileira.

Lima (2012) destaca que o processo crescente de privatização da educação superior vem acompanhado de um discurso de "democratização" deste nível de ensino, mas, evidencia uma ruptura com o princípio da universalidade ao acesso da educação, defendido historicamente pelos movimentos sindicais e sociais latino-americanos. A defesa da expansão da educação superior faz parte das lutas históricas da Campanha em defesa da Escola Pública, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e, hoje, a retomada das ações políticas pelo Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública no Rio de Janeiro reafirma a necessidade urgente de uma política de expansão do ensino superior pautada na defesa intransigente da educação pública e gratuita e do financiamento público exclusivo para as universidades públicas.

Cumpre ressaltar que o crescimento de unidades de ensino superior, sobretudo privadas, aparece articulado com o movimento do Estado brasileiro de incentivo à expansão do ensino superior, via setor privado e não confessional, que dentre outras formas, acontece através de iniciativas que ampliam o papel do mercado na comercialização da educação superior no setor de serviços. Outro aspecto importante sobre o empresariamento da educação diz respeito à privatização interna nas universidades públicas, que se expressam através de cursos pagos, fundações de direito privado e Lei de Inovação Tecnológica. A condução dessa privatização pelo Governo Federal (de Fernando Henrique Cardoso a Lula da Silva) se materializa através da criação de um arcabouço jurídico que compreende:

> (O Decreto Presidencial 5.205/04 que regulamenta a ação das fundações de direito privado nas universidades públicas e a Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04 – são importantes referências desta privatização interna). Estas ações demonstram, portanto, a configuração de um determinado "perfil" de trabalhador docente: os empreendedores. Um docente que, na condição de *empresário de si mesmo*, capta recursos públicos e privados no lucrativo "mercado educacional" criado no interior da universidade pública (LIMA, 2012, p.16, grifos da autora).

No que se refere ao produtivismo que condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação, Lima (2012) faz referência a Bosi (2005, 2007 e 2009) e traz elementos centrais para compreender os rebatimentos da política de pós-graduação e pesquisa no Brasil na intensificação do trabalho docente e para a expansão da educação superior na primeira década deste século.

Dentre os rebatimentos da política de pós-graduação e pesquisa no Brasil na intensificação do trabalho docente, destaco: a questão do produtivismo materializado no padrão mercantil de produção do conhecimento, que compreende o próprio ato produtivo; a redefinição das atribuições e a privatização dos meios de produção do trabalho docente (livros, laboratórios, computadores) que não são mais viabilizados em sua maioria pela universidade, mas pelos docentes que concorrem a bolsas de produtividade.

Soma-se a isso, a estratégia utilizada para a difusão dessa "cultura de produtividade/ desempenho" que é a política de avaliação difundida e monitorada pelos órgãos de

fomento: na graduação, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); na pós-graduação, pelas notas atribuídas aos programas de pós-graduação pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na produção docente conduzido pelo sistema Qualis da CAPES, o que evidencia a competitividade entre instituições, programas e docentes, representando perda de autonomia e a subsunção do trabalho intelectual à lógica mercantil.

Desta forma, ressalto o campo educacional como um espaço de interesses das distintas forças sociais a partir da dimensão estratégica da educação no âmbito cultural e produtivo. A luta pela educação constituiu-se em uma das expressões da questão social exatamente por encerrar um processo de politização em torno do reconhecimento de certas necessidades que deixaram de pertencer exclusivamente à esfera da reprodução privada e ingressaram nas agendas da esfera pública.

Atualmente apresenta-se o aumento nos cortes no investimento nos programas de pós-graduação, sendo anunciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) em 04 de junho de 2019, que ocorrerá o corte de mais 2,7 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Embora, os cortes se apliquem especificamente para cursos com conceito nota 3, esse bloqueio de verbas representa uma redução de R$ 4 milhões em 2019 e, até 2020, deve representar R$ 35 milhões.

Essa realidade significa uma redução expressiva nos recursos destinados ao programa que garante materiais de consumo, a participação de professores e estudantes de pós-graduação em eventos para apresentação de trabalhos de pesquisa, bancas de doutorado e mestrado e a realização de doutorado "sanduíche". Inclusive, torna-se contraditório, na medida em que a própria Capes exige dos alunos (as) e professores (as) da pós-graduação, uma alta produção que é traduzida em trabalhos apresentados em eventos qualificados, publicações em revistas e participação dos professores (as) em bancas de apresentação e avaliação de teses e dissertações.

Encontra-se, portanto, na atual conjuntura, a presença da lógica da expansão universitária, da precarização das formas de contratação de assistentes sociais; da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos de graduação de pouca qualidade e a distância; das dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais, seja no âmbito público ou privado, diante das mudanças advindas da LDB/1996.

Além disso, a utilização do fundo público para financiamento da educação superior no âmbito público com a ampliação do acesso via políticas de cotas, das ações afirmativas, que conta com a Lei Estadual nº 6.433 e nº 6.434, de 15/04/2013, no qual é garantida a reserva de cinquenta por cento das vagas em seu processo seletivo a alunos (as) que tenham cursado integralmente a educação básica em rede pública de ensino e, no âmbito privado através de programas de governo para acesso ao ensino superior, como PROUNI

(Programa Universidade para todos)[3] e FIES[4], seguido pela lógica da privatização.

Em contraposição a essa realidade que vem atravessando a educação superior, no dia 30 de maio e 14 de junho de 2019, docentes de todo o país aderiram à greve nacional dos professores federais, contra os cortes no orçamento da educação púbica, em defesa do caráter público da universidade, por melhores condições de trabalho, garantia de autonomia, reestruturação da carreira e pela valorização salarial de ativos e aposentados, bem como para derrubar a PEC 6/2019 sobre a reforma da previdência. Segundo os dados publicados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), no dia 14 junho, 45 milhões de trabalhadores participaram ou foram impactados pelos atos e paralisações, com greve aderida em 380 cidades, o que significa um grande avanço de resistência as propostas do governo vigente.

3 I A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

Conforme ressaltado no item anterior, a incidência das políticas neoliberais tem determinado fortemente as políticas educacionais no Brasil, como em outros países, que vem apresentando o sistema de privatização do ensino e da exclusão cada vez mais rápida do Estado e de suas obrigações com a Educação e seu financiamento. Tal posicionamento, portanto, traz a exigência de olharmos para os desafios da formação profissional, uma vez que a formação dos professores, a avaliação institucional, a definição conceitual em relação à educação para a pesquisa ou para o mero ensinar, são discussões que perpassam tanto o processo de formação quanto o cotidiano profissional do docente em Serviço Social.

A atual Lei Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) trouxe como finalidade

---

3 O Programa Universidade para Todos (Prouni) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Podem se inscrever no Prouni 2º/2015, os candidatos que não possuam diploma de curso superior que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2014 e tenham obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. É preciso, ainda, que tenham obtido nota acima de zero na redação. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda bruta familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Além disso, o candidato deve satisfazer a pelo menos uma das condições das seguintes condições: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos não há requisitos de renda (In: site http://siteprouni.mec.gov.br/o_prouni.php).

4 O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Pode se inscrever no processo seletivo do Fies, o estudante que: Não tenha concluído curso superior; tenha renda familiar mensal bruta, por pessoa, de até dois e meio salários mínimos; Tenha participado de alguma das edições do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e obtido nota mínima de 450 pontos na média das provas e nota na redação que não seja zero. Podem se inscrever ainda, independentemente de terem participado do Enem: Os estudantes que tenham tenham concluído o ensino médio antes de 2010; Os professores do quadro permanente da rede pública de ensino, em efetivo exercício na educação básica, desde que se inscrevam em cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia na sua área de atuação. Nesse caso, podem participar também os professores que já tenham concluído curso superior (In: site http://fiesselecao.mec.gov.br/).

da Universidade a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através da junção entre ensino, pesquisa e extensão, levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações, num mundo em constantes mudanças. No entanto, é importante distinguir ensino de Educação, para que o direcionamento da Educação não seja um mero treinamento, capacitação ou reciclagem, desconsiderando-a enquanto espaço de construção de conhecimento, o saber pensar; o aprender a aprender; a reconstrução constante; a aprendizagem emancipatória e a pesquisa.

No que se refere à formação e atuação profissional do Serviço Social na realidade brasileira, ao fazermos um resgate sobre a sua trajetória, veremos que as mesmas passaram por processos ideológicos e ajustes aos processos sociais, no qual nem sempre possuíram um mesmo direcionamento, ficando inclusive por muito tempo sem ter um projeto de profissão e de formação profissional, servindo única e exclusivamente aos interesses do sistema capitalista.

O movimento realizado pela categoria, que seria contrário a esse posicionamento da formação e exercício profissional do assistente social só ocorreu nos anos de 1990, a partir de um amplo movimento da categoria profissional na década de 1980, que deu origem a nova Lei de regulamentação da profissão de 19993 (8.662), ao Código de Ética de 1993 e as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999, que traz consigo conhecimentos para uma reflexão ética, com base na democracia e na liberdade como pressuposto fundamental para a construção de uma nova ordem societária que se oponha à discriminação e à exploração do próprio sistema capitalista, bem como do processo de socialização.

Essa posição das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresenta elementos para o reconhecimento por parte dos assistentes sociais, do produto do seu trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeopolíticas e econômicas. Considera que o trabalho do assistente social se dá como qualquer trabalho, em um processo, que pressupõe matéria-prima, os meios de trabalho e o produto final, tendo como foco central a questão social. Além do entendimento do Serviço Social, nas suas determinações sócio-históricas e ideopolíticas, e da sua necessidade de inovar as respostas profissionais no enfrentamento da questão social, o que exige segundo as diretrizes curriculares, capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. E, também, da valorização da sistematização e da dimensão investigativa como parte da formação exercício profissional do assistente social.

A organização do ensino superior e dos cursos de Serviço Social sinalizam aspectos que podem levar a formação profissional a seguir lógicas diferenciadas, no que diz respeito à perspectiva de formação defendida pela ABEPSS e a sua organização nos cursos apresentados nas diversas classificações administrativas e modalidades de ensino superior. Soma-se a isso, a perspectiva de formação profissional que atravessa esses espaços, pois nem sempre vêm se voltando a formação de intelectuais críticos, seguido de uma formação profissional subsidiada pela articulação entre ensino, pesquisa e extensão,

voltada não somente para adquirir conhecimentos.

Tal realidade pode se apresentar, mediante as modificações ocorridas no âmbito da educação superior no Brasil, pois o Ministério da Educação vem tecendo classificações para as unidades de ensino superior como: Universidade, faculdade ou Centro Universitário[5] e também cria o decreto que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, como é o caso do Decreto 5.773 de 09 de maio de 2006[6].

Entendo, portanto, que ao mesmo tempo em que esses espaços guardam particularidades em relação ao exercício efetivo da formação profissional, pela diversidade de sua organização administrativa e pedagógica, podem levar a formação profissional do assistente social a ser seguida por práticas e procedimentos dirigidos à sua própria regulação em relação aos processos sociais, trazendo assim rebatimentos na formação e exercício profissional do assistente social.

Outra questão é a precarização das condições de trabalho dos docentes e assistentes sociais, que vêm sendo contratados temporariamente ou parcialmente, por tempo determinado ou por programas, sofrendo redução da jornada de trabalho e de salário, possuindo muitas das vezes um duplo vinculo, por conta do baixo salário, o trabalho em regime de plantão dentre outras formas, bem como a lógica produtivista, sob a exigência de metas de atendimento, seguida da operacionalização e administração de políticas sociais setoriais que não tem a demanda do usuário como prioridade e nem muito menos do Projeto Ético-político defendido pelo Serviço Social.

Essa realidade nos leva a refletir sobre os valores e objetivos dessas instituições e em que medida os mesmos podem influenciar na condução na formação em Serviço Social, tendo em vista a sua autonomia administrativa.

No ano de 2014 foi publicado o segundo volume do documento pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) sobre a incompatibilidade entre graduação à distância

5 A LDB de 1996, em seu Capítulo IV, Da Educação Superior, apresenta a definição de Universidade em seu Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A mesma não faz referência as demais classificações das unidades de ensino superior.

6 O decreto 5.773 de 09 de maio de 2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, na parte de diz sobre as Disposições Gerais, em seu Art. 12, expõe que as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I - faculdades; II - centros universitários e III - universidades. Na atual classificação adotada pelo Ministério da Educação, *Universidades* são instituições cujas atividades-fim são o ensino, a pesquisa e a extensão em todas as áreas do conhecimento humano; *Centros universitários* são instituições de ensino em todas as áreas do conhecimento humano, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas; *Institutos* são instituições de ensino e pesquisa que não cobrem todas as áreas do conhecimento humano; *Faculdades Integradas* são instituições de ensino com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, não sendo obrigadas a desenvolver pesquisas e *Escolas* são instituições que oferecem um ou mais Cursos de Graduação em uma área específica, não precisando fazer pesquisa.

e Serviço Social, com seu primeiro volume divulgado em 2011, que busca dar visibilidade a dados e informações acerca de irregularidades verificadas pela fiscalização dos CRESS de todo o Brasil nas instituições que oferecem essa modalidade de ensino.

Em maio de 2019, o Fórum Nacional em defesa da formação e do trabalho com qualidade em Serviço Social lançou a campanha em defesa da formação com qualidade e educação com direitos, cuja chamada é *"Graduação em Serviço Social: só se for legal, crítica e ética*". A ação tem como objetivo alertar quem pretende cursar e quem já cursa graduação em Serviço Social, apresentando informações fundamentais a serem seguidas na escolha da instituição de ensino e do curso de graduação, são elas: Escolher uma instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC); O curso deve seguir as diretrizes pedagógicas das Resoluções CNE/CES nº 15/2002 e nº2/2007; O projeto pedagógico precisa garantir ensino, pesquisa e extensão e o Código de Ética do/a Assistente Social tem que ser um instrumento para embasar sua formação.

Com base nos princípios da formação profissional do assistente social podemos apontar cinco exigências para a qualidade da formação profissional em Serviço Social: A primeira é sobre a estrutura e lógica da instituição educacional; a segunda é a estrutura do projeto pedagógico do curso; a terceira é o perfil do docente e seu entendimento sobre a profissão, tendo em vista que pela diversificação de conteúdos exigidos na Diretriz curricular da ABEPSS de 1996, nem sempre serão ministrados por assistentes sociais; a quarta é sobre a concepção de educação dos docentes e a quinta é referente à linguagem e as didáticas pedagógicas utilizadas por eles, pois nem todos os cursos de mestrado e doutorado possuem o viés acadêmico e, estes também não se apresentam como um critério para ministrar em cursos de Serviço Social.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das questões que atravessam a Política de Educação superior e que vem trazendo rebatimentos na formação profissional do assistente social apresentadas no presente artigo, se encontra a exigência cotidiana de apreensão crítica sobre a organização socioeconômica e política da realidade brasileira, suas relações sociais, o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social do trabalho e as demandas postas para a sua formação e atuação profissional, frente às novas racionalidades das políticas sociais Almeida e Alencar (2011).

O processo de formação profissional em Serviço Social deve levar em consideração a finalidade estabelecida nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e 1999 e não seguir uma posição fragmentada sob o discurso de que na teoria é uma coisa e na prática é outra. O que se faz necessário a consolidação do projeto de formação profissional crítica, que frente aos interesses de classes, possibilita a reafirmação de um projeto profissional, que se volta para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS, nº 07,** São Paulo: Cortez, 1997.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de & Alencar, Mônica Maria Torres de Alencar. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti**. Brasil em contra-reforma. Desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. Grasmsci e as Ciências Sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, V. 9, nº 34, dez. 1990ª.

COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES. **Assistente Social: Ética e direitos**. 5ª. ed.Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região,Volume I, 2008.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Ed. Xamã, 1996. (17 de dezembro)

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social** (Volume 2), Brasília, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. Censo 2016. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 29 de julho de 2017.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior e educação à distância: democratização do acesso ou subordinação das instituições públicas de ensino superior à ordem do capital?** In: Cadernos Especiais. Caderno Especial nº 33. Edição 08 de maio a 05 de junho de 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br, acesso em 12/09/2015.

LIMA, K. R. de S. **Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo Século**. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L (Org.). Serviço Social e Educação**.** Editora Lumen Juris, 2012, pp. 1-26.

Leis de Diretrizes de Base da Educação Brasileira (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social- do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo, Editora Xamã, 2008.

CAPÍTULO 3

SERVIÇO SOCIAL E MARXISMO: FUNDAMENTOS E DESAFIOS AO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 24/05/2021

Daniela Neves
UFRN/DESSO
Natal/RN
http://lattes.cnpq.br/4099076360010449

Janaiky Almeida
UFRN/DESSO
Natal/RN
http://lattes.cnpq.br/0887860321591851

RESUMO: O objetivo do artigo é sistematizar a relação entre a teoria social marxista e o serviço social, que marca o movimento de renovação crítica do serviço social brasileiro e determina os contornos do atual projeto ético e político da profissão, e seus desafios. Sustenta-se a ideia central de que o projeto ético e político profissional representa, na atualidade, o espraiamento e amadurecimento da herança da vertente de *intenção de ruptura*, e que é necessário um diálogo constante entre a profissão e o marxismo para alimentar, com radicalidade, a *batalha das ideias* e o trabalho profissional cotidiano.
PALAVRAS-CHAVE: Marxismo, Serviço Social, Projeto ético-político.

SOCIAL WORK AND MARXISM: FUNDAMENTALS AND CHALLENGES TO THE ETHICAL-POLITICAL PROJECT OF THE BRAZILIAN SOCIAL WORK

ABSTRACT: The purpose of this article is to systematize the relationship between Marxist social theory and social work, which marks the movement of critical renewal of the Brazilian social work and determines the contours of what is the current political ethical design profession and its challenges. It is argued that the central idea of the professional politician ethical project is, in actuality, the spreading and maturing heirloom strand of intent to break, and that a constant dialogue between the profession and Marxism is necessary to combat with radicalism, in the battle of ideas and everyday professional practice.
KEYWORDS: Marxism, Social Work, Ethical-political Project.

1 I INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro tem com o marxismo uma relação teórica e política relativamente recente, e que nos demanda uma sistemática e continuada reflexão da importância da influência dessa teoria social para a renovação e rupturas da/na profissão nos últimos 50 anos.

Entendemos que para analisar o Serviço Social na atualidade, tanto na sua produção teórica quanto no exercício profissional cotidiano, é necessário tematizar a fecunda relação do serviço social com o marxismo,

considerando que é no bojo dessa relação que são produzidas as experiências mais críticas e progressistas para a profissão. Desde o *Movimento de Reconceituação* até a vertente profissional nominada por J.P. Netto em 1992 de *Intenção de Ruptura*, que a aproximação e apropriação do marxismo pelos assistentes sociais vêm permitindo um duplo movimento. Ao renovar-se como profissão, e situar seus significado e função social no marco da formação social brasileira, com a seminal análise produzida por M. Iamamoto em 1982, o Serviço Social também vem colaborando na produção de uma interpretação crítica do capitalismo no Brasil, que desvela a sua estrutura de classes sociais, as formas de expressão da questão social, a organização do Estado, as respostas por meio dos serviços e políticas sociais e os movimentos sociais.

Interessa-nos também contribuir na análise dos desafios que o projeto profissional chamado de *projeto ético-político do serviço social brasileiro,* vem se confrontando na atualidade. O projeto ético-político tem na pluralidade importante diretriz que fortalece e oxigena sua vitalidade teórica e política. Os segmentos profissionais desse projeto, que têm clara fundamentação marxista, vêm dando grandes contribuições para fortalecer o trabalho profissional, a formação e, especialmente, a reflexão na *batalha das ideias.*

Dessa forma, é importante compreender o solo histórico em que a tradição marxista e o serviço social elaboram essa interlocução, com destaque para o desenvolvimento da autocracia burguesa no Brasil. Mas também analisar a ruptura teórica e política do serviço social e a aproximação ao marxismo e, finalmente, o projeto ético-político como produto amadurecido da herança da vertente de intenção de ruptura com o serviço social tradicional.

2 | A AUTOCRACIA BURGUESA E SUAS INFLEXÕES NO SERVIÇO SOCIAL

Compreendemos que para analisar o desenvolvimento da teoria social marxista e sua influência no serviço social brasileiro, é preciso compreender a processualidade da vertente profissional de *intenção de ruptura* com o conservadorismo na profissão, e precisamos situá-la inicialmente condicionada, e posteriormente alargada, pelas inflexões da autocracia burguesa. É no desenvolvimento, consolidação e erosão da autocracia burguesa que se explicam, no plano geral, as peculiaridades assumidas pelos rebatimentos do Movimento de Reconceituação no Brasil, como também o que aqui chamamos de *processualidade da intenção de ruptura* – na medida em que ela manifesta a intenção de romper, por meio de uma crítica sistemática, com o Serviço Social tradicional em seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos – numa conjuntura nacional e profissional extremamente fechada a vetores progressistas e críticos.

No Brasil, desenvolve-se um tipo peculiar de acumulação capitalista, designada por capitalismo selvagem. Esse modelo, hegemônico no continente latino-americano[1], cria as

1 Apesar das nações latino-americanas caracterizarem-se por uma incorporação dependente ao mercado mundial, elas apresentam diferenciações quanto à sua composição interna, resultado das singulares formações heterônomas. Segundo Fernandes (2009), apenas alguns países – como Argentina, Brasil, Uruguai, México, Chile – conheceram

bases que dão sustentáculo ao sentido pleno da expressão “subdesenvolvimento”, através da coexistência simbiótica entre a preservação/reatualização de mecanismos do antigo sistema colonial e a subordinação estrutural do país ao imperialismo. O que se desenvolveu no país não foi um capitalismo moderno e desenvolvido em sua totalidade econômica, sociocultural e política. Tendo por nascedouro o antigo sistema de colonização latino-americano, ele apenas poderia produzir o reverso, demarcando como seus fenômenos iniciais e precursores as combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza ordenada e praticada por meios político-econômicos internos e externos.

Dada à condição dependente de sua existência, o Brasil não poderia “assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias” (FERNANDES, 2009, p. 86). A absorção desse padrão liberal se deu tanto pela saturação de seus elementos característicos, como pela apropriação de determinadas facilidades econômicas e culturais de expansão do mercado interno. Em outras palavras, não tivemos aqui nem o desencadear de uma revolução burguesa de cariz democrático-popular, a superar o “antigo regime” e estabelecer novas bases de relações sociais; e tampouco o terreno material que lhe diz respeito - uma dita “revolução industrial” - sob a emergência de um setor produtivo fabril como sustentáculo da economia nacional.

A construção do Brasil “moderno”, portador de status próprio na organização econômica mundial, erigiu-se a partir de dois aspectos, coexistentes e complementares: o aparelhamento do país pelos ‘de fora’, na esfera das transações comerciais e de interesses econômicos; e a nacionalização ao nível dos interesses políticos internos, através de um Estado nacional controlado administrativa e politicamente pelas elites dominantes. Considerando que para o agente econômico externo delegar “o controle administrativo e político nas mãos da aristocracia agrária, com completa segurança quanto à estabilidade do status quo ante, do ponto de vista econômico, equivalia a transferir custos do importador para o produtor de produtos tropicais’” (Ibidem, p. 96).

Em tais circunstâncias, a posse da estrutura estatal pelas elites nativas teve um significado essencialmente contrarrevolucionário. A interiorização do poder político com a passagem da autoridade patrimonial local para a sua integração territorial no nível da nação apenas se constitui a partir de um viés autocrático, enquanto poder endógeno de classe, autoproclamado, como uma herança herdada do passado e improvisada no presente.

A extremada concentração político-econômica estamental torna-se, nesse sentido, o elemento característico dessa transição. As classes sociais já nascem no Brasil

sucessivamente todas as formas de dominação externa (colonial, neocolonial, imperialista restrita e imperialista total). Outros, a exemplo do Haiti, Honduras, Bolívia, Nicarágua, experimentaram a primeira e a segunda formas típicas de dominação externa, tornando-se economias de enclave e versões modernizadas do antigo sistema colonial ou neocolonial. O autor pondera ainda, que os países que atingiram condições para atingir os dois tipos diferentes de dominação imperialista somente o fizeram graças a um considerável crescimento econômico interno e à existência de estruturas de poder nacionais eficientes, capazes de criar uma posição de barganha na economia mundial e na organização internacional de poder.

como a negação da sua contradição – o assalariamento e a exploração do trabalho livre – resignificadas sob a condição de "castas" e "estamentos sociais" e envoltas pelo que se designa por paradoxo da situação latino-americana, em que "o aparecimento e a consolidação das classes (e do próprio regime de classes) intensifica as distâncias e as barreiras sociais, em vez de atenuá-las ou de criar um 'campo neutro comum' de comportamentos mais ou menos homogêneos" (Idem, p. 80).

Diante da incompletude da ordem social competitiva, a dominação e burocratização aristocrática do Estado passam a configurar e dar sentido a uma concepção de cidadania própria, convertida em privilégio estamental, dada a ausência da possibilidade de pensá-la no plano da universalização de direitos e conquistas sociais, ainda que restritas aos direitos civis e políticos. A burguesia, limitada aos interesses e as formas de solidariedade dos estamentos oligárquicos e dos seus iguais - os setores intermediários que possuíssem o direito do privilégio, do estilo de vida e da dominação autocrática - "volta ao centro do palco, transfigurada em 'cidadão' e convertida para fins de organização do poder político, pela ordem legal vigente" (Idem, p. 55). Essa concepção de cidadania, tida como o "valimento social" e o "valimento político" necessário à reduzida sociedade civil para a sua própria hegemonia em tempos de capitalismo dependente, neutralizou a viabilidade de outra cidadania ampliada e fundamentada no padrão societário democrático-burguês. Em termos de gênese histórica, aqui os direitos – civis, políticos e sociais – nasceram enquanto um privilégio aos que são gente.

Desta forma, o caráter que aqui assumem as classes sociais – na essência da relação entre capital e trabalho – está condicionado à maneira com que vamos preservar, sob diferentes "roupagens", o passado colonial, transformando e potencializando as suas disparidades econômicas, políticas, culturais, regionais e étnico-raciais em bases capitalistas de dominação. A manutenção da dominação externa nos conduziu a um capitalismo dependente, "e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, é incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que deveria preencher no estádio correspondente do capitalismo" (Idem, p. 290).

É nessa configuração da sociedade burguesa e do capitalismo dependente brasileiro que foram criadas a condições para a ruptura teórica e política do serviço social tradicional e a aproximação do serviço social ao marxismo.

3 | A RUPTURA TEÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL E A INCORPORAÇÃO DO MARXISMO

As questões tratadas até aqui nos permitem chegar a um ponto extremamente importante para o encaminhamento desse texto, qual seja: o contexto em que se realiza a interação entre o Serviço Social e a tradição marxista – posto que é no bojo da emersão e desenvolvimento da intenção de ruptura que podemos demarcar esta aproximação.

O marco inaugural da emersão da intenção de ruptura, o "Método BH", o é também para pensar a relação entre Serviço Social e marxismo. Bem como aquela que poderemos considerar a problemática central dessa interação, qual seja: o viés da tradição marxista a que ela está vinculada. Esta é uma característica presente no desenvolvimento dessa relação, posteriormente superada quando o recurso ao legado marxiano se efetiva, mas que contém um elemento que se contemporaneiza - o fato de se efetivar por meio de um hiato que se realiza entre a elaboração teórico-metodológica e política e sua instrumentação técnico-operativa.

Este hiato, ainda que idealmente pareça marcar o horizonte profissional, mesmo sob a lente marxista, acaba reafirmando uma séria dicotomia entre a teoria e prática, na medida em que desde seus primeiros ímpetos no Serviço Social o marxismo serviu para justificar um forte traço de militantismo, caucionado no que seria a aposta em uma prática transformadora. Ao mesmo tempo, *esta perspectiva marxista no Serviço Social* só ganha substratos profissionais quando o conservadorismo é colocado em questão, pela conjuntura histórico-social, refletida no interior da profissão.

Santos (2007) nos apresenta interessante categorização para pensarmos as nuances das aproximações sucessivas entre o Serviço Social e o marxismo. O primeiro momento dessa aproximação, chamado pela autora de *apropriação ideológica do marxismo*, é aquele que diz respeito, naquilo que já está consagrado na bibliografia[2], com o período fortemente marcado pelo peso das necessidades ídeo-políticas, com reduzida exigência teórica e por isso fortemente instrumental.

Nesse momento, a obra de Marx aparece como "uma sociologia científica que desvenda o mecanismo da evolução social a partir da análise da situação econômica" (NETTO, 1998, p. 268). Neste processo, a obra de Marx aparece totalmente destituída de sua relação contraditória e dialética com a filosofia. A unilateralidade desta apreensão encontra uma base fértil, num momento profissional em que se tencionava efetuar uma ruptura com a neutralidade técnica.

No dizer de Quiroga,

> É interessante notar que esse processo não rompeu radicalmente com uma herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, predominante, historicamente no Serviço Social, o que vai constituir-se num dos fatores explicativos da aproximação tardia da profissão ao debate do marxismo e à sua incorporação, por via de um marxismo positivista, suavizado nos moldes de Althusser e Harnecker. Pode-se, portanto, concluir que a reconceituação levou a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com essa herança conservadora (1991, p. 88).

O segundo momento dessa aproximação é o que Santos (2007) chama de *apropriação epistemológica,* marcado pelas elaborações que passam a recorrer às fontes mais originais. Neste, abrem-se as condições efetivas para fissuras na tônica dominante

2 Conferir Iamamoto e Carvalho (1995), Netto (1998) e Silva e Silva (2002).

na profissão. Então, o quadro da transição democrática repõe a política e a história como objetos práticos inelimináveis e possíveis de reflexão e, ao mesmo tempo, a elaboração passa a incorrer as fontes mais originais.

O caráter inaugural desta perspectiva vai se dá na obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982; que reside na justa compreensão que tem da postura teórico-metodológica marxiana. O eixo central da obra é a recusa a uma leitura interna do Serviço Social – que buscava a sua especificidade no seu objeto, objetivos, procedimentos e técnicas – e que passa a uma abordagem da profissão como instituição própria da ordem social burguesa.

Nesta obra, constitui-se uma perspectiva que pensa a profissão em sua totalidade, abrindo a via para o debate crítico acerca do positivismo e do conservadorismo no seio profissional. Neste sentido, tal obra expressa uma afirmação e aprofundamento da perspectiva da ruptura, mas efetivamente esta só conseguirá se materializar numa hegemonia em processos profissionais posteriores; ao mesmo tempo, os pontos expressivos deste debate vão ser verificados em torno das disputas que articularam o Código de Ética Profissional de 1986, e na formação profissional, mais precisamente no currículo de 1982·.

Contudo, os setores que tinham interlocução com o marxismo, neste período, acabaram por apropriar-se dele como um “modelo”, de modo que a profissão foi, predominantemente, pensada a partir de seus componentes constitutivos “em si”. Neste sentido é que a forte marca desse processo vai ser uma discussão em torno da “metodologia”. Esta aparece nas diversas posições expressivamente postuladas no Caderno ABESS número 03.

Para Santos (2007), a superação deste segundo momento vai se dá no que a autora denominou de *apropriação ontológica da vertente crítico-dialética.* Esta apropriação muito recente no debate profissional, datando da década de 1990 e que pode ser, segundo a autora, constatado em pelo menos três debates centrais: a formulação do Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e a Revisão Curricular de 1996. Do ponto de vista da relação com o marxismo, vai animar aquilo que em 1989 Netto já pontuava em seus estudos sobre o Serviço Social brasileiro e o marxismo, acerca da fecundidade dessa relação. Segundo Netto, a relação Serviço Social e marxismo contribuiu para: a ampliação do universo temático do debate profissional; o desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social; o reconhecimento da necessidade de explicitar, com máxima clareza, as determinações sociopolíticas das práticas profissionais; a ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país (1989, p.90).

Assim, é neste momento que se colocam as bases para a compreensão das questões genéticas para a ruptura com o conservadorismo, pois se extrapola a endogenia da década de 1980, permitindo que se situe a sociedade como o centro do debate profissional. Captam-se as mediações que estavam, em grande parte, ausentes no momento anterior e que passam a ser sistematizadas nos valores, princípios e direção política que balizam o projeto ético-político profissional.

4 I O AMADURECIMENTO DO MARXISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

Os elementos acima mencionados apresentam-nos, porém, uma questão. É verdade que existe no Serviço Social brasileiro, especialmente nos setores acadêmicos, um acúmulo teórico e político crítico e comprometido com um projeto profissional que rompe com o conservadorismo e aponta para uma luta em defesa das classes mais subalternizadas. O corpo heterogêneo de profissionais que formam a nossa categoria apresenta, como tendência, também tal compromisso com as classes trabalhadoras. Tanto existe que um projeto profissional de ruptura, conhecido como "projeto ético-político", faz parte do discurso e das atuações dos profissionais de serviço social. Entretanto, como os profissionais lançam mão do arcabouço teórico e político do marxismo e das referências deste cristalizadas no "projeto ético-político" para mediar o seu trabalho profissional? E ainda, como são possíveis intervenções profissionais que apontem para uma prática transformadora, uma vez que entendemos que essas são possibilidades que se situam para além da relação do exercício profissional do assistente social com o marxismo?

No dizer de Iamamoto,

> É re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional, traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (1998, p. 75).

Assumir uma postura em defesa das classes alijadas nas suas condições de vida e de trabalho levou o serviço social na década de 1990 a consolidar uma orientação ética e política expressa no Código de Ética profissional de 1993, e uma formulação política que se destaca na atuação do conjunto dos profissionais, em especial, nas entidades representativas como o Conjunto CFESS/CRESS (Conselhos Federal e Regional de Serviço Social).

Dessa forma, uma das condições de um exercício profissional mais crítico é buscar captar os reais interesses dos sujeitos atendidos e, com base no projeto "ético-político", alterar as condições de vida, satisfazer necessidades e colaborar com a organização política desses indivíduos. Surge assim, no horizonte do trabalho profissional a questão da melhoria das condições de vida e luta efetiva de classes. Estas possibilitam ao serviço social se imbuir de um grande aparato teórico e político na medida em que se avançou no debate sobre a sociedade, suas relações de classe e os projetos políticos em disputa.

Considerando essas perspectivas políticas e éticas podemos elencar uma série de princípios que estão presentes em orientações normatizadoras do trabalho profissional, como também na prática política que derivam da captação do pensamento marxiano e marxista não como um modelo de intervenção do profissional na realidade, mas um

referencial que possibilita que esse sujeito profissional possa, nas suas condições objetivas, dar respostas profissionais qualificadas. Assim, torna-se central para a atuação profissional:

A democracia como uma forma privilegiada de entender e tratar as relações profissionais e as relações em sociedade; A liberdade como um valor ético central, posta a necessidade de fortalecer e socializar informação aos usuários dos serviços e dos sujeitos sociais; A defesa intransigente dos direitos humanos, o que gera por sua vez a recusa a todas as formas de autoritarismo e arbítrio; Luta em defesa dos direitos de cidadania, em particular os direitos sociais e toda a proteção social que é gerada da efetivação desse direito.

Este panorama, esboçado em largos traços, corrobora uma perspectiva cada vez mais difundida no meio profissional que é construída da seguinte forma: o trabalho profissional aparece como uma forma efetiva de luta para transformação das relações sociais impostas por esse tipo de sociedade. Não queremos aqui afirmar que perdura, de modo dogmático, a perspectiva "messiânica", nem muito menos o militantismo assim denominados por Iamamoto (1982), do "fazer" profissional, mas demarca que a possibilidade de transformação das relações em sociedade quando é posta prioritariamente como uma mediação fundamental do trabalho profissional menospreza, ou no mínimo, desconhece as particularidades constantes no cotidiano do exercício profissional. Assim, o que por sua vez são considerados desafios postos na materialização dos princípios éticos e políticos na cotidianidade do trabalho, são em sua essência preceitos que podem vir a nortear o horizonte da ação profissional sem, contudo, ser uma estratégia com tal efetividade de alteração no padrão societário vigente.

Nestes termos, a luta que o serviço social deve operar para transformação da sociedade tem como universo privilegiado o campo da política e da teoria. O trabalho profissional tem sua parcela no combate, mas este no limite determinado da estrutura da sociedade burguesa. É na luta aberta no campo da política, com a organização da categoria comprometida e consciente, e no embate teórico contra os ideólogos burgueses, que se ampliam o nosso leque de possibilidades na arena da luta de classes. Segundo Chico de Oliveira, no prefácio de Behring (2003):

> O Serviço Social há muito foi retirado do registro assistencialista pelos seus estudiosos e militantes, que o colocaram, acertadamente, no terreno da política. Aliás, esse foi um movimento teórico-prático da maior importância: os que ainda são chamados assistentes sociais constituem-se numa das categorias mais combativas e, por isso criativa, na política brasileira do último quartel de século (p. 15).

Essa afirmação do autor só corrobora o nosso argumento em defesa da "vocação" do serviço social brasileiro no campo aberto da luta política.

No nosso entendimento, essa afirmativa não nos permite arrefecer no constante exercício de problematizar a realidade social, que o serviço social brasileiro vem construindo

na sua relação com o marxismo, em particular o campo do projeto ético-político. Pelo contrário, tal compreensão aponta a necessidade de mais análises e reflexões sobre o serviço social e seu exercício profissional, para consolidarmos cada vez mais o nosso processo de renovação e romper com práticas mistificadas e mistificadoras no âmbito da profissão. Assim, o intuito desse artigo é destacar o espaço de luta real da forma de organização social, que é própria às profissões, e em particular o serviço social brasileiro, buscando apontar possibilidades efetivas de contribuição na luta de classes.

Assim como Netto (1996), entendemos que a questão fundamental que se põe na ordem do dia fomentando a polêmica no interior do corpo profissional é manter, consolidar e aprofundar a atual direção social estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la. Essa tensão revela os enormes desafios que são postos para o projeto ético-político do serviço social brasileiro na atualidade.

Nas respostas dadas pela profissão às necessidades sociais oriundas do capital e do trabalho, as vertentes teórico-profissionais interpelam um confronto ídeo-político, que foi sinalizado por Netto, em suas notas prospectivas, e que sinalizam para as seguintes linhas de desenvolvimento;

> **1.** manter a continuidade da vertente que se iniciou com a intenção de ruptura com influência da tradição marxista e no marco da direção social estratégica explicitada na abertura dos anos 90; **2.** registrar um novo alento de uma vertente de cariz tecnocrático, herdeira daquela que foi a "perspectiva modernizadora" dos anos sessenta e setenta, mas renovada pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacional... **3.** a persistência (...) da vertente do conservadorismo tradicional, que recorreu, nos anos setenta e oitenta, à fenomenologia; **4.** o desenvolvimento de uma vertente neoconservadora, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da nova moda das chamadas ciências sociais e tendo seu gume crítico apontado para a revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos 80, muito provavelmente promovendo, por um lado uma retronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimado de natureza cultural, e por, outro, estimulará, respaldando o apelo à sociedade civil e a cidadania ações focais de no marco de petições solidárias e parcerias de todos os níveis; **5.** o florescimento de vertentes aparentemente radicais, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa fundada num anticapitalismo romântico de inspiração católica, seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade, seja no irracionalismo aberto, seja no relativismo mais primário (NETTO, 1996, p. 126-7).

Neste sentido, se o horizonte profissional for reduzido ao atendimento imediato destas demandas, estará mobilizado um suporte teórico bastante elementar, que permite apenas a elaboração de respostas restritas ao empírico, postas na imediaticidade cotidiana. E "esse campo de imediaticidade cotidiana em que se movem as ações do serviço social constitui um foco aberto para o distanciamento de reflexões postas pelos paradigmas totalizantes, e para a aproximação com o empirismo e fragmentação entre teoria e prática,

de acordo com as tendências da pós-modernidade" (SIMIONATO, 1999, p. 88).

5 | APONTAMENTOS FINAIS

Para concluir, gostaríamos de apontar e reforçar três aspectos que indicamos no texto, mas cabe destacá-los. Primeiro, a importância de investigar constantemente a relação da tradição marxista e o serviço social, para reforçar seus fundamentos e os desafios que são sempre confrontados com a realidade social. Todavia essa relação requer, num primeiro momento um enfrentamento no campo político e ideológico, no qual os assistentes sociais vêm contribuindo sobremaneira na batalha das ideias.

Um segundo aspecto, é que os desafios postos ao trabalho de assistentes sociais requerem uma reflexão também das formas atualizadas das *variáveis empíricas* que os profissionais precisam *manipular cotidianamente.* As competências e atribuições do serviço social problematizam o exercício profissional, e podem ser desveladas a partir de uma proposta criativa de análise a partir da relação com o marxismo.

E por fim, mesmo sendo imprescindível compreender e valorizar a importância da relação do marxismo e o serviço social, devemos ficar atentas que dessa articulação, tanto no campo da formação, quanto no espaço do trabalho, não surgiu e não surgirá um serviço social marxista, como já indicava Netto (1989). Uma apropriação rigorosa, sistemática e qualificada da teoria social de Marx pelo serviço social brasileiro nos permite avançar, cada vez mais, na difícil tarefa de construir uma profissão que rompa com práticas tradicionais e conservadoras. Também nos permite reforçar a construção do projeto de profissão aliado a um projeto de sociedade diferente da ordem social burguesa. Mas não há, dessa forma, um universo profissional homogêneo e pasteurizado, pelo contrário.

A diversidade que constitui essa profissão, como vários outros segmentos de uma sociedade de classes, apresenta também projetos profissionais distintos e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas e políticas que colidem com o serviço social que constrói cotidianamente o projeto ético-político. Assim, enfatizamos a necessidade de fortalecer e aprofundar a relação do serviço social com o marxismo, não para suspender essa diversidade, pois entendemos o pluralismo como um princípio democrático. Mas para permitir que essa profissão possa se renovar, cada vez mais, nos rumos de constituir conhecimentos e práticas profissionais que favoreçam a liberdade dos trabalhadores, práticas sociais mais democráticas nessa sociedade.

REFERÊNCIAS

ABESS. **Formação Profissional:** Trajetórias e Desafios. Cadernos ABESS, nº 07, São Paulo: Cortez, 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa e CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDER-EGG, Ezequiel e KRUSE, Herman. **Del paternalismo a la conciencia de cambio***,* Montevidéo: Guillaumet, 1970.

BEHRING, Elaine Rossetti. **O Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. 4º Ed. São Paulo: Globo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

_________________& CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil***:* esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10ª Ed., São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

LUKÁCS, György. **História y Consciencia de Classe**. 2ª Ed, México: Grijalbo, 1969.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-politico do Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete *et al* (orgs). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez/OPAS/OMS/MS, 2006.

________________. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, 4ª edição, São Paulo: Cortez, 1998.

________________. Transformações Societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade,** nº 50, Ano XVII, Abril. São Paulo: Cortez, 1996.

________________. O Serviço Social e a tradição marxista. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 30, Ano X, Maio. São Paulo: Cortez, 1989.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão Positivista no Marxismo**: manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez. 1991.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo Pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. Coleção Questões da Nossa Época, nº 132, São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. IN: Capacitação em Serviço Social. Módulo I: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social**. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

CAPÍTULO 4

CONVERGÊNCIAS HISTÓRICAS ENTRE GRAMSCI E LUKACS: REFLEXÕES SOBRE O INTELECTUAL ORGÂNICO E O SERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Luci Faria Pinheiro
Universidade Federal Fluminense (UFF), Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários (LASSAL/UFF)
Niterói – RJ
http://orcid.org/0000-0001-9112-0670

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo (USP), Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação em Regimes de Privação da Liberdade (GEPÊPrivação)
São Paulo - SP
https://orcid.org/0000-0002-1949-3488

RESUMO: Gramsci e Lukács são dois renovadores do marxismo no século XX. Ao resgatarem o método de Marx à luz das contradições do capitalismo, numa perspectiva de emancipação humana, eles oferecem ao Serviço Social contribuições, dentre as quais o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, para o desenvolvimento de uma práxis política e profissional de democratização da vida social. Nos anos 90 a convergência entre ambos será observada na elaboração em torno do projeto ético-político.
PALAVRAS-CHAVE: Gramsci, intelectuais orgânicos, Lukács, emancipação humana, Serviço Social.

HISTORICAL CONVERGENCES BETWEEN GRAMSCI AND LUKACS: REFLECTIONS ON THE ORGANIC INTELLECTUAL AND SOCIAL SERVICE

ABSTRACT: Gramsci and Lukács are two renewers of Marxism in the 20th century. When rescuing Marx method in light of the contradictions of capitalism, in a perspective of human emancipation, they offer contributions to Social Service, among which the concept of organic intellectual in Gramsci, for the development of a political and professional praxis of democratization of social life. In the 90s, the convergence between both will be observed in the elaboration around the ethical-political project.
KEYWORDS: Gramsci, organic intellectuals, Lukács, human emancipation, Social Service.

1 | INTRODUÇÃO

A questão dos intelectuais orgânicos já foi objeto de debate por vastos setores da esquerda no Brasil durante os anos de ditadura militar e no período de redemocratização, a partir de 1980. Esse contexto proporcionou grande interesse pela tradição marxista, mas, na década seguinte, devido à crise do socialismo no leste-europeu e às mudanças no mundo do trabalho, definidas pelo avanço da informatização e da crise do capital, o projeto de recuperação da lucratividade levou às maiores taxas de desemprego, de informalidade e de mudanças culturais de apreensão do real que simplificavam a interpretação da sociedade, que

se complexificava ainda mais, determinada pelos efeitos do desenvolvimento tecnológico no marco da hegemonia do grande capital e o fim da guerra fria. A despeito de tal simplificação dos modos de interpretação da sociedade, vemos uma tentativa convergente entre a desistorização da capacidade de transformação da classe trabalhadora.

Houve uma perda da importância do pensamento de Marx. Os movimentos sociais foram enfraquecidos e o neoliberalismo se consolidou num contexto de democratização sem garantias sociais básicas. O pensamento político de Gramsci, que foi importante no período de mobilização pela democracia e de resistência ao regime ditatorial, no Brasil, sofre igualmente uma perda de interesse. Na medida em que avançam os valores da competitividade e a racionalidade instrumental ao capital, como a difusão da normalidade dentro da crise social, a militarização da polícia e a perseguição às lideranças sociais.

Abordar o pensamento de Gramsci e alguns pontos afins com Lukács foi uma escolha direcionada pela necessidade de alternativas sociais pensadas mediante o método de Marx. Apontamos a força do primeiro autor, mediante o conceito de intelectual orgânico, para contribuir com sua utilização na organização da classe trabalhada e na recuperação do projeto socialista, para fazer frente ao pensamento ultraconservador. Ao final, realizamos algumas reflexões através da aproximação de tais autores. Utilizamos a experiência do projeto ético-político profissional do Serviço Social como uma força de resistência que se mobiliza a partir do conhecimento e da ação política.

Pelos elementos de identificação política como membros do Partido Comunista na Europa, o pensamento de Gramsci, contemporâneo de Lukács e admirado por Lênin, sofre uma evolução essencial durante o período de prisão, superando o radicalismo romântico e centrando-se na dialética marxista como método necessário ao conhecimento e a luta dos trabalhadores contra a ofensiva conservadora da ordem burguesa. Os intelectuais orgânicos ocupam uma posição de destaque nos escritos do autor enquanto agentes políticos com uma função determinante na construção de uma nova forma de domínio e direção política na sociedade.

Para Gramsci, o intelectual possui três direções: o intelectual tradicional, que desconsidera o sentimento popular; o intelectual orgânico ao projeto do Estado burguês e o intelectual orgânico aos interesses da classe trabalhadora (VIEIRA, 2008). A temática foi tratada pelo autor tanto nos textos de juventude quanto naqueles da maturidade. Aqui procuramos enfocar reflexões sobre os Intelectuais, nos *Cadernos do Cárcere*.

O objetivo deste texto é recuperar a importância do pensamento de Antônio Gramsci na atualidade, propondo uma reflexão sobre o conceito de intelectuais orgânicos da classe trabalhadora para pensar um projeto de emancipação humana. Tais reflexões culminam com uma identificação do projeto ético-político profissional do Serviço Social no Brasil, como parte de um movimento que se apropriou dos legados gramsciano e lukasciano para chegar a elaborações onde são intrínsecas e dialeticamente articuladas a ética e a política, onde a função de intelectual é fundamental para a qualificação e o direcionamento de um

projeto inspirado nos interesses dos trabalhadores.

Essa exposição sugere caminhos para um aprofundamento do debate, a partir dos avanços teóricos obtidos nesse campo específico do conhecimento e da práxis política por uma nova sociedade. As reflexões culminam com uma identificação do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais como um processo de formação da consciência crítica de trabalhadores que aspira para si os direitos de toda a classe trabalhadora, articulando dialeticamente, ética, política e economia ou o trabalho. A função de intelectual é fundamental para a qualificação e direcionamento de um tal projeto, que parte de uma escolha e adota o conhecimento como método da política e da ação profissional.

2 I O CONTEXTO HISTÓRICO DO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI (1891-1937)

O pensamento de Antonio Gramsci sofre grande influência dos acontecimentos históricos da primeira metade do século XX, na Itália. A compreensão de seus textos como fontes históricas nos permite identificar as circunstâncias e o contexto intelectual e político de seu pensamento. Contudo, é preciso alertar dos riscos que tem uma análise onde filosofia e política são indissociáveis e estão vinculadas a um tempo histórico contido nas ideias de Gramsci, assim como nos problemas teóricos dos quais elas se levantam (VIEIRA, 2005, p. 64). Entre as consequências se situa a crítica que relaciona o pensamento do filósofo ao liberalismo sem levar em conta o contexto histórico de sua produção (DEL ROIO, 2007).

Analisar a produção de Gramsci antes e depois de sua prisão implica num grau considerável de complexidade, pois suas ideias foram concebidas em meio ao calor de disputas políticas de esquerda e diante de inúmeros acontecimentos históricos, como a ascensão do Fascismo na Itália, a I Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e a crise econômica de 1929.

Os diversos temas tratados por Gramsci, considerados como a sua contribuição para o desenvolvimento e a renovação do marxismo, tendem a privilegiar a compreensão histórica. Isso se deu porque Gramsci era adepto a corrente marxista historicista que se diferencia das demais pela importância dada aos fatos sociais e sua disposição em aplicar o materialismo histórico a si mesma. Lukács foi um dos precursores dessa corrente.

Entende Gramsci que o materialismo histórico se constitui como um instrumento de conhecimento e, ao mesmo tempo, de ação. Assim, justifica-se a compreensão de que o proletariado busca a transformação revolucionária da realidade social, sendo ele o sujeito e o objeto do conhecimento e da história, onde, ao combater o capitalismo, reconhece sua posição na sociedade (LOWY, 1987, p. 122). Em defesa da dialética, o autor italiano sofre a influência de Hegel e de Marx e combate a visão de história defendida por Bukharin, principal teórico do partido comunista, para quem a história é comparada à sociologia, por sua vez positivista e vulgar. Ele defende uma filosofia da práxis, como síntese da

necessidade de mudança histórica onde o homem tenha maior espaço de liberdade no processo histórico. Para isso, entende que é necessário considerar a passagem da quantidade a qualidade em Hegel, processo no qual as mudanças na economia tinham que produzir mudanças também na consciência do homem, diferentemente da dialética mecânica de Croce, fonte do pensamento do autor. Mas contrastando à Croce, Gramsci adota a visão de Marx, Engels e Lenin, onde a leitura mais presente é o texto da "crítica da economia política" (JOLL, 1977). Esses são elementos em comum entre Gramsci e Lukács, sem jamais terem se conhecido. O período histórico e o fato de viverem ambos na Europa e apegarem-se ao método marxista contra o positivismo identificavam os mesmos dentro do movimento comunista europeu.

O papel do intelectual orgânico deriva de uma percepção que Gramsci atribui necessária ao homem como condição preliminar para realizar mudanças revolucionárias, à compreensão da sociedade em que vive e das condições historicamente determinadas. Isto contudo, não hierarquiza o conhecimento e a consciência revolucionária, subordinando a cultura popular e a cultura erudita, porque em sua visão histórica e dialética a consciência revolucionária não é exclusiva ao intelectual orgânico. De acordo com Gramsci (2004), o homem, diferente da natureza é criação histórica, resultado de um longo processo de evolução e conquista do valor e do "direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmaram historicamente num momento anterior" (GRAMSCI, 2004, p. 58).

E essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda a classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, de ocasião de vassalagem em bandeira de rebelião e de reconstrução social (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Gramsci discute a hegemonia desde a juventude, mas desenvolve tal conceito de forma mais ampla nos *Cadernos do Cárcere*, aprofundando as reflexões iniciadas por Lênin (1870-1924), grande líder da Revolução Russa de 1917, sucessor de Marx e Engels na condução do partido comunista. Originado do grego *eghestai*, o termo significa "conduzir", ou "ser guia". Significa o domínio de uma classe social sobre outras, caracterizando-se pela "capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário", realizando na sociedade civil, a hegemonia ou ditadura do proletariado. (GRUPPI, 1978, p. 1-5). A primeira formulação do referido conceito surge antes de ser preso – no ensaio *La questione meridionale*, onde menciona que o proletariado precisa "criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora" (GRAMSCI, 1966, p. 13). Nos *Cadernos do Cárcere* o papel do intelectual orgânico das classes subalternas seria o de instrumento dessa hegemonia.

Ademais, nos escritos sobre a hegemonia, Gramsci amplia o conceito de bloco histórico, de Georges Sorel, utilizando-se do sentido marxista de estrutura e superestrutura

de forma articulada. Especificamente na questão meridional o bloco histórico é empregado na interpretação do bloco agrário-industrial, enquanto nos Cadernos "o conceito é enriquecido com os "intelectuais, o partido, o Estado, bem como o nexo filosófico entre estrutura e superestrutura". Para Simionatto (2011, p. 47) a relação de reciprocidade que existe entre a estrutura (forças materiais) e a superestrutura (forças ideológicas) em Marx, é absorvida por Gramsci nas relações de hegemonia.

3 | O CONCEITO DE INTELECTUAL ORGÂNICO EM GRAMSCI

Na concepção de Antonio Gramsci, analisar a temática dos intelectuais na sociedade é um problema complexo, devido às inúmeras formas que assumiu o processo histórico de formação de suas categorias (GRAMSCI, 1982, p. 03). Para Sibilei (2003, p. 232) "a história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que (...) é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural".

Os intelectuais para Gramsci são agentes políticos que exercem função determinante na sociedade, de domínio e de direção cultural (VIEIRA, 2008, p. 76). Ha dois tipos principais de intelectuais na obra gramsciana: o intelectual tradicional e o intelectual orgânico. O tradicional é aquele ligado aos grupos sociais dominantes, mas de forma idealista se julga autônomo e independente, dado uma tradição preexistente, apesar de "mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (…)". O poder de domínio da religião sobre sobreo conhecimento, a filosofia, a moral, a justiça e a assistência social, etc. é assegurado por intelectuais tradicionais (GRAMSCI, 1982, p. 05).

Em contrapartida, todo grupo social necessita da criação de uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e "consciência da própria função". Assim surgem os intelectuais orgânicos que, pertencentes a uma classe, são criados para defenderem os interesses econômicos, sociais e políticos do grupo social ao qual se vinculam. Todo grupo social, nascendo no terreno originário de sua função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 1982, p. 03-04).

Coutinho (1990) entende que podem existir para Gramsci intelectuais tradicionais, tanto conservadores quanto revolucionários. E mesmo o intelectual orgânico, que é elaborado pela classe no seu desenvolvimento, pode ser burguês e não necessariamente, revolucionário. Na verdade, o que define o caráter orgânico do intelectual é a classe social à qual ele pertence e seu lugar na sociedade. Para Gramsci (1982, p. 07) "todos os homens são intelectuais, (...) mas nem todos os homens desempenham na sociedade, a função

de intelectuais". Não existem atividades humanas que excluam totalmente a intervenção intelectual, mas sim graus diversos de atividades que sejam especificamente intelectuais.

Desta forma, a diferença entre intelectuais e não intelectuais está diretamente relacionada a função social de suas categorias profissionais, levando em consideração se o peso maior da atividade profissional está na elaboração intelectual ou no esforço muscular-nervoso. Assim, criar uma nova camada de intelectuais exige uma análise crítica do grau de desenvolvimento da atividade intelectual presente em cada um. O "novo tipo de intelectual" tem sua base construída no mundo moderno, através da educação técnica para o trabalho industrial. A escola é muito importante porque ao longo da história, se desenvolveu e aperfeiçoou as categorias e as funções intelectuais. Ela é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização, que quanto mais extensa a "área" escolar e os "graus" "verticais", mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado (GRAMSCI, 1982, p. 08-09).

A elaboração das camadas intelectuais não ocorre num terreno democrático abstrato, mas em processos históricos concretos. Os diversos tipos de escola, junto com as diferentes aspirações de categorias destas camadas, determinam ou dão forma a inúmeros ramos de especialização intelectual. Neste sentido, os intelectuais não se relacionam com o mundo da produção de forma imediata, mas de forma "mediatizada, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários" (GRAMSCI, 1982, p. 10).

A crítica de Gramsci sobre a sociedade burguesa passa pela transformação dos intelectuais em burocratas. Sua análise é refinada, ele identifica hierarquias na lógica das escolas que geram poderes contraditórios e obviamente que isso tem impacto sobre os resultados e a qualidade da educação, seja básica ou profissional. Essa lógica se configura totalmente instrumentalizada pelo conhecimento especializado, absorvendo o sentido político da democracia e do parlamento, onde a escolha do corpo profissional ocorre de forma alheia a identificação com a política, que deve orientar para a qualidade dos serviços, que constituído pela "burocracia de carreira" tem o poder de "controlar os regimes democráticos". São burocratas oriundos da experiência privada e falsamente desinteressados, que controlam os regimes e as burocracias. Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, qualquer tendência de separar a integração requerida entre trabalho especializado e trabalho técnico político nas atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, não produz como resultado senão pregações moralistas e gemidos retóricos. (GRAMSCI, 1989, p. 119).

Duriguetto (2014, p. 285) explica que em Gramsci "os elementos definidores da extensão e das gradações das funções organizativas e conectivas dos diversos grupos intelectuais com os grupos sociais fundamentais podem ser definidos (...) da estrutura

para a superestrutura". A superestrutura é dividida em dois grandes planos, nos quais a sociedade civil é o conjunto de organismos privados e a sociedade política ou Estado, corresponde à hegemonia exercida pelo grupo dominante. Dentre tais planos há os intelectuais que atuam como "'comissários' do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político". A hegemonia tem duas dimensões: trata do consenso popular sobre a atuação das lideranças, do prestígio conquistado por elas "historicamente" sobre a produção; e do controle estatal, meio de poder institucional e coercitivo para imprimir a disciplina necessária e o consenso das vozes discordantes, de forma ativa ou passiva, antevendo-se à crise de um tal nível de consenso assegurado, provisoriamente, em artifícios legais-formais (GRAMSCI, 1982, p. 11).

Com a ampliação das funções dos intelectuais foi necessário fazer uma distinção em graus da atividade intelectual, onde, num grau superior colocava-se os criadores das ciências e, no inferior, os "administradores" e divulgadores da riqueza intelectual. No mundo moderno, muitas massas de intelectuais foram criadas pelo sistema social democrático-burguês, justificadas pelas necessidades políticas do grupo dominante. Desta forma, com a ampliação da categoria dos intelectuais, surgiu a concorrência, o desemprego, a superprodução escolar, etc. (GRAMSCI, 1982, p. 12).

Nos *Cadernos do Cárcere*, os intelectuais se diferenciam, tanto na condição orgânica de cada grupo social, quanto na tradicional; distinção esta que decorre da questão dos partidos políticos, por exemplo. O partido político seria para alguns grupos sociais, um modo de elaborar sua própria categoria de intelectuais orgânicos. E para todos os grupos sociais, o partido político é a representação na sociedade civil, exercendo a mesma função que o Estado na sociedade política, proporcionando assim, "a fusão entre os intelectuais orgânicos de um dado grupo - o grupo dominante - e os intelectuais tradicionais" (GRAMSCI, 1982, p. 14). Segundo Coutinho (2003), tanto os intelectuais orgânicos quanto os tradicionais intelectuais exercem funções semelhantes àquelas dos partidos políticos, pois dão forma à consciência da classe a que pertencem (ou a que deu sua adesão), preparando a hegemonia dessa classe sobre o grupo dos seus aliados.

Para Baratta (2004, p. 184) Gramsci traduz a sociedade democrática em "sociedade do conhecimento", e o fio condutor é a sociedade civil, onde "os governados (…) se aproximam dos governantes, os não-intelectuais dos intelectuais profissionais (…), os trabalhadores dos técnicos e dos dirigentes industriais e, em geral, econômicos".

Gramsci tem uma preocupação fundamental com o domínio do método, enquanto ferramenta que conduz à descoberta da verdade de todos em relação às suas potencialidades para a busca do novo. Sua pedagogia e seu humanismo guardam um traço particular: a necessidade de compatibilizar o velho e o novo, tradição e modernidade, humanismo e ciência, cultura geral e especialização, totalidade e particularidade, saber e o saber-fazer, pontos estratégicos na luta entre 'sociedade da informação' e 'sociedade do conhecimento' (BARATTA, 2004, p. 191).

4 I OS INTELECTUAIS ORGÂNICOS NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Na concepção de Gramsci os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político. Ele propõe então uma ampliação da formação e da ação dos intelectuais orgânicos com o objetivo de construírem uma sociedade pautada nos interesses dos trabalhadores, possibilitando assim, a emancipação humana (GRAMSCI, 1982, p. 11). Corrobora o que observa Losurdo (2004, p. 162) a propósito da polêmica função dos partidos políticos mediante o grau de descaracterização democrática a que foram induzidos na ordem burguesa, onde “as classes subalternas” tem o papel de empreender uma luta persistente e organizada no sentido de formar uma “cultura e uma visão política autônomas” e então (nas palavras de Gramsci), “constituir o próprio grupo de intelectuais independentes’ (...), ‘no curso de um processo que frequentemente é interrompido pela iniciativa (política e ideológica) dos grupos dominantes” (GRAMSCI apud LOSURDO, 2004, p. 162). Contudo, para entender o pano de fundo e o alcance do conceito de intelectual orgânico é necessário resgatar o contexto do debate ao qual se opõe Gramsci, propondo uma alternativa autêntica. Tal contexto é de hegemonia do pensamento elitista liberal, protagonizado tanto por Croce e Gentile, como também por Gaetano Mosca, Pareto, Roberto Michels, teóricos da democracia dominante: “da definição desse regime político está excluída toda idéia de emancipação e de participação popular no poder” (LOSURDO, 2000, p. 66).

O intelectual orgânico da classe trabalhadora é fundamental no processo de conquista da hegemonia proletária, entretanto, para atingir tal objetivo é necessário primeiramente, que haja mudanças nas relações e mecanismos envolvidos no processo de dominação. Segundo Mochcovitch (1988), Gramsci divide em dois momentos o processo de dominação de classe, o econômico, de subordinação do trabalho ao capital, na lógica da divisão de classes, onde há uma disputa político-ideológica pela hegemonia, tendo o Estado defensor do poder de classe, o eixo principal. Essa dominação ocorre por meios repressivos, utilizando “o exército, a polícia, as prisões, a dominação pela força, que só deve ser acionada explicitamente em períodos de crise – e pela dominação ideológica – a produção de um consenso social que aceita a direção que a classe dominante dá à sociedade” (MOCHCOVITCH, 1988, p. 13).

Para Oliveira (2013), Gramsci defendeu a necessidade de formação dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora para a organização da cultura das massas, com o intuito de promover um desligamento da ideologia dos intelectuais burgueses e assim construírem sua própria emancipação. Nesse sentido, a conquista da hegemonia proletária está pautada na destruição da dominação ideológica que a classe dominante exerce e na criação de uma nova concepção de mundo pela classe trabalhadora.

A preocupação de Gramsci com a educação estava diretamente ligada à questão da

emancipação humana da classe trabalhadora. Antes mesmo de ser preso o autor pensava na "educação política das massas, passando pelos *Cadernos do Cárcere*, onde se percebe a maturidade da reflexão do sardo até as cartas dirigidas aos familiares", inserindo estes em um projeto de educação da classe trabalhadora (OLIVEIRA, 2013, p. 89).

Baseando-se na filosofia de Marx sobre a práxis, Gramsci vê na educação a possibilidade dos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora criarem sua própria cultura, unindo teoria e prática, com o intuito de superar as inúmeras divisões sociais existentes e conquistar a emancipação humana.

5 I OBSERVAÇÕES SOBRE O LEGADO DE GRAMSCI E LUKÁCS NO SERVIÇO SOCIAL

As ideias de Gramsci tiveram uma importante recepção no Brasil, a partir dos anos 1970, servindo de referência para os movimentos de resistência à ditadura civil-militar (1964-1986) e no processo de redemocratização. O Serviço Social teve uma contribuição fundamental do marxismo para inscrever-se num debate que colocava em questão a sociedade capitalista, como também a neutralidade do fazer profissional, através do movimento de reconceituação (1965-1975) na América Latina.

A busca dos fundamentos de uma democratização da sociedade exigiu uma postura crítica, culminando em uma prática política que incluía em sua escolha o coletivo-profissional, resultando na formulação do projeto ético-político profissional dos assistentes sociais, a partir da década de 80. A natureza ético-política do projeto profissional se define na elaboração de uma consciência da necessidade de superação do conservadorismo no Serviço Social, adotando o referencial marxista como base, com destaque para Gramsci nos anos 80 e Lukács nos anos 90. Representa o impulso de uma vontade coletiva na direção de construção de uma formação teórico-prática pautada no método de Marx, como nuclear ao conhecimento da realidade social com a qual atuam os assistentes sociais, para interação entre sujeito e objeto, conforme a dimensão ontológico-social da práxis humana, que tem o trabalho como base e ponto de partida. A contribuição dos autores reforça o método crítico para superar o positivismo, que impregnou o socialismo europeu e tomou toda uma geração de intelectuais marxistas no Brasil. Essas contradições serão aprofundadas na profissão, como princípio da disputa de hegemonia do pensamento crítico, a partir das tendências neoconservadoras identificadas por (NETTO, 1992) no processo de renovação do Serviço Social.

Durante o período de guerra fria o movimento da Internacional Comunista sob a liderança de Stalin, o pensamento de Marx foi subordinado às decisões táticas, legitimando uma tendência positivista que negligenciava a dialética e a importância do legado de Lênin na condução do socialismo (LUKACS, 2011). Gramsci e Lukács reconhecem na sociedade burguesa uma crise da filosofia, que em detrimento da emergência do movimento revolucionário, no século XIX, provoca uma reação do pensamento conservador (LUKACS,

1986).

Os autores não se contradizem em nenhum aspecto que possa levar à concorrência de projeto entre ambos. Gramsci e Lukács não se conheceram pessoalmente, mas através de textos que publicavam nas revistas do partido comunista, do qual foram membros ativos na Itália e na Hungria, respectivamente.

Em 1960, segundo Lowy (1975), foi publicado por Lukács um texto onde ele reconhece Gramsci como o mais inovador crítico do marxismo da Segunda Internacional Comunista. Outro elemento mencionado pelo autor é que, embora Gramsci tenha sido crítico da dialética de Lukács no texto “História e Consciência de Classe”, na maturidade ele revelou ter sido influenciado pelo autor, como inúmeros intelectuais de esquerda. Lukács, admitiu seus equívocos no referido texto muitos anos depois do sucesso obtido, atestando afinidade com a crítica de Gramsci. Ambos autores foram sectários em suas propostas originais, a exemplo das Teses de Lyon que Gramsci apresenta por ocasião do Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI), na cidade francesa Lyon, baseadas nas experiências dos conselhos operários de Turin. Lukács, por sua vez, apresenta as Teses de Blum, por ocasião do Congresso do Partido Comunista Hungaro (PCH). As teses se sustentam na experiência dos conselhos operários em Budapeste, entre 1919 e 1920, nos quais o filósofo participa e adota até a maturidade, como base de sua visão de democracia (LUKACS, 2014).

Mas enquanto Lukács amadurece seu pensamento no período de “efervescência revolucionária”, entre 1922-1925, o mesmo ocorrerá com Gramsci tão somente nos *Cadernos do Cárcere*, no período de reclusão entre os anos de 1929 e 1935. Além da crítica a Boukharin, os dois autores apresentam uma visão radicalmente nova do marxismo, vendo na revolução proletária a chave de toda concepção teórica e o elemento unificador do conjunto de suas reflexões filosóficas (LOWY, 1975, p. 82-86; 2017).

Entendemos que a visão política de Lukács encontrou no pensamento de Gramsci uma abertura para compreensão do seu pensamento político-filosófico da maturidade ao primar pela dialética marxista e pela importância do conhecimento na práxis política do partido, como instrumento de renovação e democratização. Outro ponto original e renovador entre ambos são as ideias de Lênin e de Rosa Luxemburgo para sustentar a práxis das massas, onde se realiza a figura do intelectual orgânico.

A entrada destes autores no debate do Serviço Social converge com a necessidade de aprofundar o método em Marx para fundamentar um projeto profissional contra o conservadorismo que se renova no período democrático após 1988, dando sequência ao projeto da “intenção de ruptura” uma das vertentes de renovação da profissão (NETTO, 1991). Algumas obras são peculiares dessa influência de Gramsci no Serviço Social, ainda nos anos 70, destacando-se autores como Faleiros e Boris Lima, abordados por Carvalho (1986) com rigor metodológico.

Gramsci fornece categorias adequadas às necessidades históricas de emancipação

dos trabalhadores e em nome de uma nova hegemonia. Nessa construção, a experiência longa da ditadura e dos processos de resistência nos quais os estudantes e jovens professores participaram, constituíram a gênese de uma práxis coletiva. As ideias de Gramsci auxiliaram na compreensão do significado da prática profissional na estrutura do Estado, enquanto intelectuais a serviço da população.

A "questão meridional" é outra contribuição que permite interpretar o desenvolvimento desigual, dos anos 70 aos dias atuais. A evolução do capitalismo na América Latina, definido em forma de crise permanente, culmina em ameaça à democracia. A partir de 2019, no Brasil, além da redução de direitos sociais, a violência, o ódio e as falsificações contra o recurso da ciência, a burguesia revitaliza o populismo conservador, radicalizando o método por meio de governos com vocação ditatorial. (LOSURDO, 2020). A "questão meridional" auxilia na compreensão da realidade desigual no Brasil, exigindo maior compreensão dos complexos do real, onde a pobreza é negada e os assistentes sociais sofrem os maiores desafios pela sobrevivência. Dominadas pelas antigas oligarquias, os militares e setores reacionários da sociedade civil buscam lutar contra os valores do socialismo que se ascendem num movimento paradoxal de diversas frentes de trabalhadores em defesa dos direitos sociais. Para Gramsci, na Carta 1 (1929-1930), o fascismo na Itália era uma "forma particular de la reacción burguesa, que está en relación con las condiciones históricas especificas de la clase burguesa en general y con las de nuestro país en particular" (BUCI-GLUCKSMANN, 1979, p. 39).

Na década de 1990, o movimento de desmonte do Estado democrático conquistado pela sociedade civil organizada, significou um marco de reformas regressivas, sob impacto do neoliberalismo e a restruturação produtiva, que trazia em seu bojo o desemprego estrutural. No mesmo período se desenvolve um processo particular de revisão do código de ética dos assistentes sociais.

Afirmam-se novos valores e princípios do trabalho profissional, inspirados no conhecimento baseado no método de Marx. As ideias de Lukács imprimem um novo rigor no trato da ontologia social marxiana. A importância do trabalho e da interação entre sujeito e objeto, aprofunda a base ontológica de formação do ser social na sociedade burguesa.

Lukács (2014, p. 54) reconhece outra contribuição de Gramsci como referência de um duplo sentido identificado no significado da palavra "ideologia" - enquanto parte da realidade e do tempo histórico em que se vive e do qual reproduzimos uma concepção: "não pode haver nenhum conteúdo de consciência que não seja determinado pelo *hic et nunc* da situação atual", o que seriam apenas deformações na consciência originária de tal condição. Conclui Lukács que "Isto significa que o homem constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade" (LUKACS, 2014, p. 54).

A importância da catarse em Gramsci na interpretação do processo que leva a conquista de uma nova moralidade profissional é preliminar para se entender a consciência ético-política que vemos nascer na história recente do Serviço Social. Para Gramsci e

Lukács, a cotidianidade determina a consciência, seja ela a que emana da arte ou de ações revolucionárias, duas esferas com níveis de complexidade diferentes, mas que produzem mudança de qualidade no pensar e agir das conquistas históricas. A catarse para Dutra (2019, p. 12) é, no plano ontológico, "o elo de mediação entre o homem meramente particular e o homem que almeja ser, de modo inseparável, simultaneamente individualidade e ser genérico" (Apud LUKACS, 2013, p. 546). Também para Gramsci a catarse faz a mediação da subjetividade à objetividade, superando o "momento puramente econômico" (do trabalho) para o "momento ético-político", da "necessidade à liberdade" (GRAMSCI apud DUTRA, 2019, p. 12). Essa visão, deve ser identificada por meio do conhecimento, como expressão de uma consciência profissional, a qual se manifesta no "projeto ético-político profissional, da necessidade de interpretar a realidade social a partir da práxis político-profissional" (BARROCO, 2001, p. 206).

O conhecimento verdadeiro é um instrumento imprescindível para um projeto de emancipação humana, que direciona o projeto profissional, em sua particularidade e universalidade. A consciência ético-política deflagra e se manifesta no consenso coletivo-profissional, e o projeto ético-político torna-se referência para posicionamentos contra o capitalismo, em especial o neoliberalismo e os seus efeitos sociais nefastos. Isso é "referendado nas conquistas dos dois códigos (1986 e 1993), nas revisões curriculares de 1982 e 1996 e no conjunto de seus avanços teórico-práticos construídos no processo de renovação profissional, a partir da década de 60". (BARROCO, 2001, p. 206). Sua materialização só tem alcance social se articulada ao sentido de comunidade e à dimensão política e ideológica do trabalho coletivo.

A dimensão do intelectual orgânico qualifica e coloca em novos patamares a práxis política, não colidindo com a concepção de democratização em Lukács (2008), resgatada por Pinheiro (2019). Em Gramsci o intelectual orgânico personifica, politiza e instrumentaliza a consciência, socializando e construindo novos conhecimentos no cotidiano, onde as necessidades definem os meios e as respostas, sempre universalizadas pela natureza coletiva das escolhas prévias. Os intelectuais são mediadores deste processo de relação orgânica entre o indivíduo profissional portador de uma moral e o coletivo profissional, portador de uma ética, que se eleva da imediaticidade à ação política de compromisso com toda a classe que vive do trabalho.

6 | CONCLUSÕES

A práxis política ganha força no projeto ético-político dos Assistentes Sociais, no sentido de que sua perspectiva de formação supera os instrumentos estritamente técnicos e se manifesta na capacidade de apreensão das contradições sociais no capitalismo, na formação cultural e política dos trabalhadores. As contradições se manifestam como expressão da "questão social", mas elas são entendidas como instrumento de hegemonia

da classe dominante para submeter os trabalhadores às condições de superexploração, superando os limites dos direitos conquistados coletivamente. Ou seja, os assistentes sociais operam nos limites de uma desconstrução das reformas antidemocráticas do Estado moderno, que para Gramsci compõem uma reforma intelectual, moral e ética, na medida em que são conquistas oriundas da vontade e da ação humana. Essa reforma moral se apresenta na compreensão coletiva que os profissionais unidos elaboram, enquanto indivíduo e ser social.

O combate do Estado democrático afeta diretamente o trabalho dos Assistentes Sociais, esvaziando os valores universais nos quais pauta o seu referencial ético-político. Contudo, parece-nos que o arcabouço em que se justapõem a curta, mas persistente tradição dos Assistentes sociais no movimento popular, no partido político e na produção de conhecimento, sem perda da totalidade, aproxima-os das funções atribuídas aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, em Gramsci. São potenciais tais funções e nem sempre culminam em mediações efetivas ao encaminhamento coletivo dos grandes desafios contra a hegemonia do capital. É nesse contexto de avançadas ofensivas do capital sobre o trabalho, que os autores contribuem para o avanço da profissão, na interpretação da sociedade, com vistas a desenvolverem o projeto ético-político dos Assistentes Sociais.

REFERÊNCIAS

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos: O pensamento dialógico de Antonio Gramsci.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2004.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos.** São Paulo: Editora Cortez, 2001.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci y el Estado. (Hacia una teoría materialista de la filosofía**). Siglo XXI Editores: México, 1979.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A Questao da Transformação e o Trabalho Social. Uma analise gramsciana**. Cortez Editora: São Paulo, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci e as ciências sociais**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 9, n. 34, 1990.

_____________. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a Emancipação do Subalterno**. Curitiba: Revista Sociologia Política, 29, p.63-78, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A questão dos intelectuais em Gramsci.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 118, p. 265-293, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **La questione meridionale**. Roma, Editori Riuniti: 1966.

_____________. **Quaderni del carcere.** Turim: Einaudi, 1975.

_____________. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____________. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 7a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____________. **Escritos Políticos.** vol. 1. Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____________. **Cadernos do Cárcere**. vol.2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

JOLL, James. **As ideias de Gramsci**. São Paulo: Mestres da Modernidade/Cultrix, 1977.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal LTDA, 1978.

LOWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.** São Paulo: Busca Vida, 1987.

_____________. **Notes sur Lukács et Gramsci.** In: L'Homme et la société, N. 35-36, 1975. Marxisme critique et idéologie. pp. 79-87. http://www.persee.fr/doc/homso_0018-4306_1975_num_35_1_1574. Acesso em 16 out. 2015.

_____________. **Gramsci e Lukács: em direção a um marxismo antipositivista.** O Social em Questão, Ano XX, n° 39, Set a Dez, 2017, pp. 71-86.

LUKACS, Georg. **Conversando com Lukács. Entrevistas a Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz.** São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

_____________. **Socialismo e Democratização.** Escritos políticos 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.

_____________. **La destruction de la raison.** Nietzsche. Paris: Editions Dela, 2012.

_____________. **Tesis de Blum**. In: Táctica y Ética. Escritos tempranos (1919-1929). Buenos Aires: Herramienta Ediciones, 2014. p. 263-286.

LOSURDO, Domenico. **Com Gramsci, além de Marx e além de Gramsci.** In Gramsci 100 anos, Revista Educação em Foco, vol. 5, n° 2, Juiz de Fora: UFJF, 2000, pp. 63-79.

_____________. **Democracia ou bonapartismo.** Rio de Janeiro: Editora UNESP/UFRJ, 2004.

_____________. **Colonialismo e Luta Anti-colonial. Desafios da revolução no século XXI.** Editora Boitempo: São Paulo, 2020.

MOCHCOVITCH, Luna Galeno. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, Daniele Kelly Lima de. **Gramsci e os intelectuais orgânicos da classe trabalhadora: contribuição à educação na perspectiva da emancipação humana.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.

PINHEIRO, Luci Faria. **A democratização na evolução do pensamento político de Georges Lukács**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 18(2), 2019. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/ view/30103. Acesso em 23 mai. 2021.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **Conhecimento histórico e arte política no pensamento de Antonio Gramsci.** In: FILHO, Luciano Mendes Faria (org.). Pensadores sociais e História da Educação. Velo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____________. **Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a História Intelectual.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 1, p. 63-85, 2008.

CAPÍTULO 5

FAMÍLIA, GÊNERO, NEGLIGÊNCIA E CUIDADO NA ATENÇÃO À SAÚDE DACRIANÇA. BREVE REFLEXÃO SOBRE AS DEMANDAS DIRECIONADAS PELA EQUIPE DE SAÚDE AOSERVIÇO SOCIAL

Data de aceite: 01/07/2021

Tereza Cristina Ferreira da Silva
Universidade Veiga de Almeida
Departamento de Serviço Social
http://lattes.cnpq.br/9091138971175443

Ivaneide Ledo Lobato
UERJ, Faculdade de Serviço Social
http://lattes.cnpq.br/5987321659841710 ;

Luciana da Silva Catete
UFRJ, Escola de Serviço Social

Débora dos Santos de Menezes
UFRJ, Escola de Serviço Social
http://lattes.cnpq.br/4064665536965412

Lorena Gama de Almeida
UFF, Escola de Serviço Social
http://lattes.cnpq.br/1054221215036747

Anastácia Emanuele Araújo Coutinho
Universidade Veiga de Almeida
Departamento de Serviço Social
http://lattes.cnpq.br/9355790400881285

RESUMO: O texto que se apresenta é fruto da identificação de convergência entre objetos de pesquisa de assistentes sociais e acadêmicas de Serviço Social atuantes no Serviço de Pediatria de uma unidade hospitalar de média e alta complexidade, relacionados à análise das perspectivas profissionais das demandas encaminhadas ao Serviço Social pela equipe de saúde. Percebe-se que a expectativa dessa equipe a respeito da forma como as famílias organizam o cuidado com as crianças usuárias culpabilizam as famílias sobre sua própria condição social. Trata-se de problematizar as categorias "família", "gênero", "cuidado" e "negligência" e analisar criticamente a concepção predominante sobre o ideal de família, que a coloca como um modelo único, no qual a mulher é a figura central na responsabilidade sobre o cuidado, em detrimento da co-responsabilização doEstado.

PALAVRAS-CHAVE: Família; gênero; cuidado; negligência; saúde da criança.

ABSTRACT: The present text is the result of the identification of convergence between research objects of social workers and Social Service academics working in the Pediatric Service of a hospital unit of medium and high complexity, related to the analysis of the professional perspectives of the demands sent to Social Work by the health team. It is noticed that the expectation of this team regarding the way in which the families organize the care with the children users blame the families on their own social condition. It is a matter of problematizing the categories "family", "gender", "care" and "neglect", to critically analyze the predominant conception about the family ideal, which places it as a unique model in which the woman is the central figure responsibility over care, to the detriment of the State's co-responsibility.

KEYWORDS: Family; genre; care; negligence; child health.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em um esforço das assistentes sociais e acadêmicas de Serviço Social atuando no Serviço de Pediatria de uma unidade hospitalar de média e alta complexidade, as quais estão inseridas nos diferentes setores que oferecem atendimento na enfermaria e no ambulatório. Trata-se de inquietações referentes às perspectiva subjacentes às demandas encaminhadas ao Serviço Social pela equipe de saúde.

O artigo surge da identificação da intersecção nos objetos de estudos das autoras[1] e reflexão sobre a vivência profissional, as quais debruçam seus olhares sobre às expectativas da equipe de saúde em relação a forma como as famílias organizam o cuidado com as crianças internadas e em acompanhamento ambulatorial. Percebe-se que a frustração dessas expectativas levam à suspeição de negligência das famílias, consequentemente, sobre o papel atribuído à mulher como a figura central nesses cuidados.

É possível observar, em ambos os setores, que as expectativas das equipes não coadunam com a realidade das famílias, o que nos leva a perceber a existência de um padrão de cuidado esperado, assim como um padrão de família e de gênero.

Consideramos que a problematização sobre as categorias "família", "gênero", "cuidado" e "negligência", bem como a articulação entre elas, apresenta-se como fundamental para superar leituras de realidade que tendem a reproduzir a concepção ideal de família, que a coloca como um modelo único, no qual a mulher é a figura central na responsabilidade sobre o cuidado, em detrimento da co-responsabilização do Estado sobre seu papel de proteção social, conforme a atual legislação em vigor.

O intuito é o de refletir sobre os conceitos predominantes na compreensão dos profissionais que compõem a equipe, os quais parecem culpabilizar as famílias pelos resultados não satisfatórios, restringindo assim o cuidado à responsabilidade individual. Esperamos assim, contribuir no resgate da concepção ampliada de saúde para além do modelo médico biologizante, de forma a favorecer a democratização dos serviços e melhor acolhimento das famílias inseridas nesse processo.

Para isso, o texto será estruturado em duas partes. Na primeira, discutiremos os principais aspectos presentes no cotidiano da atenção à saúde de crianças cronicamente adoecidas e com deficiências. Na segunda parte, deverão ser problematizadas as categorias "família", "gênero", "negligência" e "cuidado". Por fim, nas considerações finais apontamos os desafios para uma agenda profissional e política de defesa da co-responsabilização do Estado sobre o cuidado e contra as desigualdades de gênero.

2 | COTIDIANO DA ATENÇÃO À SAÚDE DE CRIANÇAS COM DOENÇAS CRÔNICAS E COMDEFICIÊNCIAS

O lócus da presente análise é o Serviço de Pediatria de uma unidade hospitalar de

1 Projetos de Trabalho de conclusão de curso e de dissertação de mestrado.

média e alta complexidade, na qual são assistidas crianças de zero a 13 anos no setor de ambulatório e na enfermaria. Predominantemente, são crianças apresentando deficiências e/ou doenças crônicas, exigindo cuidados contínuos no lar e acompanhamento médico ambulatorial, na maioria dos casos, em várias especialidades. Em outros casos, necessitam ainda de terapias regularmente, como: hemodiálise; fisioterapia; fonoaudiología; terapia ocupacional e psicologia.

A presença de crianças com tais quadros de saúde no interior das famílias constitui o eixo central das mesmas, mobilizando todos os esforços, onerando o orçamento familiar e interferindo substancialmente nas relações familiares. Além de impactar na vida afetiva e no abandono dos projetos individuais dos cuidadores. Tal quadro, tem o agravante de não contarem com a assistência adequada do poder público, nas diversas esferas, nos aspectos referentes ao tratamento, tais como: próteses; órteses; insumos; assistência farmacêutica; assistência de reabilitação; entre outras, retrato de uma rede assistencial e de saúde ineficaz.

Considera-se ainda os impactos do envolvimento com esses cuidados sobre o trabalho dos responsáveis, visto a ausência de legislação trabalhista que reconheça a necessidade de presença dos mesmos no processo de tratamento da criança, seja no lar ou durante a hospitalização. No caso do trabalho informal, a situação social das famílias torna-se agravada pela necessidade de interrupção temporária ou permanente dos responsáveis, restringindo ainda mais a renda familiar, sobretudo nos casos das família monoparentais.

No cotidiano da Enfermaria de Pediatria, é comum haver responsabilização das famílias nos cuidados de saúde, seja durante a internação hospitalar, com a requisição de participação do acompanhante em etapas do tratamento, ou no pós alta. Algumas vezes, os familiares recebem inclusive treinamento para ações que devem ser feitas durante a hospitalização ou no lar. A relação entre as famílias e os profissionais de saúde é permeada por complexidades, tendo em vista que a condição material, social ou cultural, no geral, relacionadas à desigualdade social, pode não ser compatível com as atribuições referentes aos cuidados à elas direcionadas.

São crianças acompanhadas em diferentes especialidades médicas, algumas chegando a cinco ou mais, que demandam ainda por terapias de reabilitação em outros equipamentos fora do complexo hospitalar, com reinternações frequentes, resultantes da complexidade da doença ou das dificuldades de acesso aos insumos\políticas públicas, o que impactam no quadro de saúde\adoecimento das mesmas.

As condições clínicas associadas aos determinantes sociais envolvidos no processo saúde doença destas, constitui-se fator complicador no tratamento de saúde das mesmas, pois impactam diretamente na adesão e consequentemente nos resultados do tratamento proposto pela equipe médica.

3 I FAMÍLIA, GÊNERO, NEGLIGÊNCIA E CUIDADO. CATEGORIAS FUNDAMENTAIS NA ATENÇÃO ÀSAÚDE DA CRIANÇA

3.1 A família e proteção social

O debate sobre o papel da família enquanto instância de proteção social coloca-se como central na definição de políticas públicas pelo Estado brasileiro, sobretudo a partir do final do século XX. Diferente da lógica dos direitos sociais, conforme rege a Constituição Federal de 1988, trata-se de um processo de responsabilização e culpabilização das famílias por suas contradições sociais em suas várias expressões (objetivas ou subjetivas) (MIOTO et all. 2015).

Mioto (2015) denomina de "*familismo*" a forma de responsabilização excessiva da família no cuidadouma centralidade sobre a concepção de família nuclear burguesa, desconsiderando-se as mudanças estrutu de seus membros em detrimento da participação societária e Estatal. Para a autora, existe rais e históricas no padrão familiar convencional, tanto no que se refere a sua composição, quanto na dinâmica interna de definição dos papéis sociais.

Gelinski e Moser (2015: 126), fazendo referência à Mioto, ressaltam que o papel da família sobre os cuidados de seus membros já se cumpria desde a Idade Média. Porém, o repasse formal de ações que eram desempenhadas pelo Estado, surge com a crise do Estado de Bem estar. Com a justificativa sobre vantagens para a família e para o doente, as propostas de cuidados familiares obscurecem o fato de serem uma estratégia de redução de custos para o Estado.

Por outro lado, as mudanças no mundo do trabalho e a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho provocaram transformações no âmbito familiar, que intensificaram as desigualdades sociais, em particular, as desigualdades de gênero, já que as mulheres passam a acumular novas atribuições, com os papéis sociais tradicionais. Enquanto que *"o modelo tradicional e naturalizado de proteção familiar ainda é mantido nas representações sociais e nas expectativas que norteiam as políticas sociais"* (ZOLA, 2015: 87).

O modelo patriarcal de família tem importante influência na formação social brasileira desde o período de colonização, tendo impactos sobre o marco jurídico; sobre políticas públicas e sobre toda a organização da vida social.

As mudanças estruturais e históricas ocorridas na sociedade no decorrer do século XX, afetam o âmbito dos costumes resultando na alteração do padrão familiar convencional. O modelo de família estável, de elevada fertilidade, constituída de pai, mãe e filhos do mesmo casamento e vivendo sob o mesmo teto, sustentada por um provedor masculino, dão lugar a uma pluralidade de arranjos familiares e a desnaturalização da ideia de família única. A influência de movimentos sociais como o feminismo e LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) também repercutiram sobre os modelos familiares, favorecendo a expressão das individualidades restringidas

pela sociedade tradicional. A busca da realização profissional da mulher, o adiamento ou não realização da maternidade, a configuração de laços homoafetivos, entre outros, são características que contribuíram com novas configurações familiares.

No que se refere à assistência à saúde, a família assume encargos que exigem disponibilidade de tempo e de recursos, considerando-se as ações necessárias no âmbito doméstico e as que se exigem a peregrinação e frequências às consultas das especialidades médicas e de reabilitação. A forma como a família se organiza para efetuar tais atribuições de modo geral se dá com a intensa sobrecarga das mulheres. Ou seja, a divisão do trabalho familiar tendo à frente as mulheres tem sido o recurso fundamental das políticas sociais.

3.2 Gênero, raça e classe: A relevância da análise interseccional

Na Enfermaria de Pediatria, a maior parte das demandas são trazidas por mulheres negras, sendo estas mães, avós, tias, entre outras, que são responsáveis pelo cuidado no lar, com a família e, além disso, exercem atividade remunerada no lar ou fora para garantir o sustento da família. Sendo assim, ficaram evidentes questões geracionais, de raça e de classe social que tem como ponto em comum a questão de gênero. Em um país marcado pelo racismo é imprescindível destacar a questão racial, para nos aproximarmos da realidade vivenciada por essas famílias.

As demandas apresentadas pelas usuárias são sempre relacionadas às necessidades das crianças sob seus cuidados. Quando questionadas sobre seus desejos e perspectivas para o futuro relataram as dificuldades para retomar seus projetos por serem as únicas responsáveis pelo cuidado da família. Há uma naturalização dessa realidade por parte da sociedade que considera ser da mulher o dever de cuidar da família de modo que os questionamentos quanto à responsabilidade paterna são raros. Cabe ressaltar que a análise não poderia ser feita sem considerar os aspectos que muitas vezes determinam o lugar que as mulheres negras vão ocupar na sociedade.

De acordo com a observação sobre o cotidiano no Serviço de Pediatria, a maior parte das mulheres que são atendidas pelo Serviço Social não são brancas e provém das classes populares. O questionamento sobre esse aspecto nos levou a perceber que elas estão sozinhas tentando garantir a subsistência da família. Mesmo as que têm companheiros parecem estar sozinhas. Observa-se ainda que a mulher abandona o emprego e/ou faculdade para acompanhar em tempo integral de seus filhos durante a internação. Enquanto os pais/homens continuavam com suas rotinas praticamente inalteradas.

Portanto, faz-se necessária uma análise que considere as opressões sofridas por essas mulheres devido à gênero, raça, classe social. Analisar as opressões de forma isolada obstaculiza a compreensão das especificidades vivenciadas por determinados grupos. É o que ocorre no caso das mulheres negras que vêm sendo negligenciadas durante muitos anos nos estudos marxistas e feministas que focaram suas análises em aspectos econômicos e em uma suposta “generalidade feminina”, na qual as mulheres

possuiriam uma causa comum devido à sua condição de gênero.

Ressalta-se que a utilização da categoria gênero refere-se ao tratamento sobre as relações entre os seres sociais (mulher-homem; mulher-mulher; homem-homem). Considerando que gênero é uma categoria relacional e por isso condiz com o objetivo de fazer uma análise mais próxima da realidade vivida por segmentos sociais que historicamente foram silenciados ou ignorados.

Por gênero se tratar de um conceito que tem sentido político e que tem um enfoque nas relações de poder e dominação entre homens e mulheres, foi possível perceber a relação de interdependência entre o patriarcado e o capitalismo.

É o feminismo socialista que introduz um novo elemento e faz emergir o Modo de Produção Doméstico para o centro da atividade produtiva, atribuindo-lhe o devido reconhecimento de seu contributo para a economia. Num sistema de valores patriarcal e num sistema econômico, onde domina o capital, o trabalho doméstico não é reconhecido nem é remunerado beneficiando, desta forma, a perpetuação de ambos os sistemas econômico e cultural. (SANTOS; NÓBREGA, 2004).

É funcional para o capital que exista um segmento que receba menores salários e ainda auxilia na reprodução das relações sociais. Essa reprodução ocorre por meio da realização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. Esse cuidado implica na reprodução de força de trabalho. É necessário ressaltar que somente com a superação do modo de produção capitalista que seria possível vislumbrar uma sociedade livre de todas as formas de opressão, por isso os movimentos de feministas deveriam focar primeiro na luta anticapitalista.

A questão racial não aparece de forma contundente nos estudos das feministas marxistas e trata-se de um recorte indispensável para realizar uma análise mais concreta sobre a realidade vivida pela maioria das mulheres no Brasil.

A relevância do feminismo negro se deve ao fato de que esse segmento foi historicamente negligenciado e silenciado, tendo suas pautas ignoradas até mesmo dentro de movimentos ditos emancipatórios. É imprescindível considerar as especificidades da realidade das mulheres negras. Existe uma dívida histórica para com esse segmento, uma dívida que tem implicações na vida dessas pessoas até hoje. (BARROSO, 2018)

Estudiosas feministas alertaram para a necessidade de desenvolver uma teoria que considere as múltiplas formas de opressão a que são submetidas as mulheres trabalhadoras. Muitas delas utilizaram a categoria interseccionalidade, que propõe uma análise mais concreta da dinâmica das relações sociais e das contradições produzidas e reproduzidas no sistema capitalista.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que

estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW apud RIBEIRO; 2012, p. 101)

A ideia de que possa existir uma teoria que considere as diversas formas de opressão de modo que os movimentos emancipatórios possam se unificar parece utópica. Já que os movimentos tendem a hierarquizar os sistemas discriminatórios. No entanto, esse deve ser o horizonte se quisermos superar esse sistema que reproduz e atualiza desigualdades que envolvem preconceitos e discriminações.

3.3 Negligência: A responsabilização e culpabilização da família em detrimento da ausência do estado

Ao nos debruçarmos sobre o estudo do termo "negligência", percebemos que tal conceito resulta da criação de um sistema de proteção. A negligência ocorre quando a forma pela qual a família organiza os cuidados com suas crianças não estão de acordo com o que é estabelecido nos mecanismos legais que pressupõem um padrão hegemônico de ''como cuidar dos filhos''.Contudo, vale se questionar quais famílias são ''enquadradas'' no conceito de negligência? Entender como se estabelece um padrão de ''como cuidar dos filhos'' sem considerar as variadas configurações familiares presentes em nossa sociedade, não levando em conta a atual conjuntura política e econômica que intensifica o empobrecimento da população refletindo diretamente em suas condições de vida. Dentro dessa discussão não podemos excluir a precarização e diminuição das políticas públicas e não podemos deixar de mencionar o papel do Estado que ao mesmo tempo em que não cria as condições para que essas famílias possam ''dar conta'' dos cuidados com suas crianças, cria mecanismos de fiscalização e punição a essas mesmas famílias, uma vez que estas falham no cumprimento de sua função.

Conforme o artigo 7º do ECA, o direito da criança e do adolescente a proteção à vida e a saúde é garantido mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento destas em condições dignas de existência. Assim, levando em consideração a atual conjuntura de desmonte das políticas públicas, desemprego e empobrecimento massivo da população é máster nos questionarmos sobre as reais condições socioeconômicas dessas famílias e quais são suas possibilidades no provimento de cuidados de saúde às suas crianças. Entendendo que sem políticas sociais públicas, ou seja, com a ''negligência'' do Estado perante a criação de condições dignas de sobrevivência, as famílias não conseguem dar conta de seus membros, principalmente no caso de crianças em acompanhamentos de saúde. É válido refletir sobre os determinantes sociais que influem diretamente nas condições de saúde da criança, tendo como entendimento o conceito ampliado de saúde.

Segundo os indicadores da notificação de violência (interpessoal ou autoprovocada) em residentes do Rio de Janeiro, a negligência/abandono é a tipologia de violência mais notificada, chegando a 71,3% no ano de 2017 e a 66,5% nos primeiros meses de 2018. Na

maioria dos casos, a mãe é a principal autora da ‘’agressão’’, sendo 65,5% em 2017 e 59,6 nos primeiros meses de 2018, enquanto o pai ocupa segunda posição com 55,3% e 48,9% respectivamente nos anos de 2017 e 2018. Tais dados, quando cruzados com os do IPEA, que traz números referentes a renda per capita da população negra e da população branca, nos permite refletir de que forma famílias pobres são punidas e culpabilizadas a partir da acusação de negligência.

Quando nos deparamos com dados que colocam as crianças negras como as principais vítimas de violências como negligência/abandono, é essencial pensar que seus pais ou responsáveis negros, os quais possuem renda per capita inferiores a pessoas brancas, não estão sendo culpabilizados por suas condições de pobreza. Muitas dessas famílias possuem estratégias próprias de organização que não condizem com as consideradas hegemônicas. Portanto, quando nos deparamos com números altíssimos de crianças vítimas de negligência/abandono, não podemos deixar de pensar nos determinantes sociais que conversam com esses números.

Um outro dado importante para se pensar a negligência/abandono, é o crescente número de lares chefiados por mulheres, onde estas somam ao seu papel socialmente determinado de mãe e cuidadora o papel de provedora do lar. Mais uma vez, faço um recorte de raça, com o dado de que uma mulher negra tem em média uma renda per capita de R$544,40 enquanto uma mulher branca tem em média R$957. Dessa forma, uma mulher negra e pobre tem mais ‘’chances’’ de ser acusada de negligente do que uma mulher branca, uma vez que esta tem menos recursos econômicos para prover com o que está determinado no art 4º do ECA.

3.4 O cuidado enquanto componente da divisão sexual do trabalho

O debate sobre o cuidado vem tendo especial relevância na última década no meio acadêmico, relacionando-se com as reflexões em torno das políticas públicas direcionadas às mulheres. Trata-se, portanto de um tema relativamente recente. Em parte, deve-se a contribuição das teóricas feministas que questionam o caráter androcêntrico das políticas de bem-estar (FARIA e MORENO, 2010). Por outro lado, a chamada crise dos cuidados, decorrente da contradição entre a massiva inserção das mulheres no mercado de trabalho e da intensa responsabilização do Estado sobre a família pela proteção social, vem se colocando na pauta dos movimentos de mulheres e intelectuais da área.

A ação do cuidado faz parte do nosso cotidiano, podendo envolver diversos significados. Com base no estudo de Tronto (1997), pode-se considerar que, nos vários sentidos, estão presentes um tipo de responsabilidade; de trabalho; de sacrifício e de compromisso (cuidar dos filhos; cuidar da casa; cuidar dos pacientes; cuidar do assunto; cuidar dos empregados; entre outros). O mesmo autor, explica que tal noção concorda com o significado original do termo em inglês: “care” ou carga, abrangendo as tarefas realizadas no âmbito doméstico ou no espaço público, envolvendo a relação de cuidados com as

crianças; idosos; deficientes e com a família como um todo.

Compreender o cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho cumpre importante papel no sentido de desmistificar as concepções que o percebem como atribuição inerentes à mulheres. Para isso, cabe resgatar as bases que fundamentam o direcionamento de tais ações as mulheres, que, nessa perspectiva se faz imprescindível a análise do mesmo enquanto trabalho, ou seja, enquanto componente do processo de produção capitalista, a partir da interrelação da produção mercantil e da reprodução social.

Cabe enfatizar que apesar da ampliação cada vez maior da presença da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas, seu papel no interior das famílias, em particular no que se refere a ação do cuidado, não se modificou. Em muitos casos, passou a acumular o papel tradicional de cuidadora com novas atribuições sociais, como o de provedora do lar. Em outras palavras, o cuidado permanece como responsabilidade da família, com ênfase na obrigação da mulher, e não enquanto corresponsabilidade do Estado. Assim, entende que as falhas nos cuidados são resultadas desse paradoxo entre intensa responsabilização familiar sobre o cuidado e ausência do Estado nas diversas esferas de atuação.

A perspectiva que concebe o cuidado na divisão sexual do trabalho, revela que a exploração do capital sobre o trabalho se dá com a hierarquização de funções, na qual o trabalho feminino é desvalorizado tanto na esfera da produção, quanto da reprodução do capital (HIRATA e KERGOAT, 2007, apud PASSOS, 2015: 15).

Com base em Gama (2014), concordamos que tais dimensões encontram-se em conflito, sobretudo com a inserção das mulheres no trabalho assalariado, na medida em que existe uma dissociação entre as esferas da produção e da reprodução, intensificando as desigualdades de gênero e resultando numa crise de cuidados, em particular sobre os direcionados aos segmentos populacionais mais frágeis, como crianças, idosos e deficientes.

Considerando-se as necessidades primárias dos indivíduos, sejam elas físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais, as quais requerem atividades para satisfazê-las, cabe ressaltar que tais ações podem ocorrer no âmbito privado (família); pelo Estado ou pelo mercado, sobretudo no caso de o cuidado exige habilitação especial. Tronto chama atenção para o fato de que, seja no âmbito privado ou no do mercado o cuidado é regido pelo gênero, já que as ocupações das mulheres, no geral, envolvem cuidados e, no ambiente doméstico tais ações são atribuídas à elas.

O atual contexto de retração do Estado, tende a agudizar a atual crise de cuidados, considerando-se que as repercussões sobre as condições de vida, de saúde, de proteção no trabalho, acabam por se agravar, tendo um impacto maior de sobrecarga das mulheres.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade social vivenciada pela maioria das famílias que convivem com crianças

com deficiências ou cronicamente adoecidas, conforme observa-se empiricamente no cotidiano de atuação profissional, tem repercutido negativamente no processo de tratamento dessas crianças. Tais situações são percebidas com diferentes perspectiva por parte da equipe de saúde ao serem encaminhadas ao assistente social.

No geral, são expressas como limitações materiais, culturais ou afetivas das famílias na realização do cuidado com as crianças, sendo consideradas como negligência, tais como: desnutrição; má higiene; falta às consultas; não realização de exames solicitados; ausência do acompanhante; entre outras. Percebe-se que há o predomínio do enfoque que considera tais repercussões como responsabilidade individual das famílias sobre a própria realidade que vivenciam.

A análise sobre o cotidiano de atuação do assistente social no Serviço de Pediatria levou-nos a relevância de problematizar as categorias "família"; gênero"; negligência" e "cuidado", compreendendo que a articulação entre as mesmas se faz fundamental para desvelar a realidade das famílias, favorecendo o melhor acolhimento e, consequentemente democratização dos serviços.

A conjuntura atual de renovação do conservadorismo e implementação do receituário neoliberal mostra-se desfavorável no que diz respeito à formulação e execução de políticas públicas. Portanto, cobrar do Estado a responsabilização com os cuidados se configura em um desafio. Para os profissionais que lidam com as manifestações da Questão Social cabe a tarefa de pensar em estratégias para viabilizar o acesso das famílias aos serviços e direitos sociais.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Milena Fernandes. **Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista**. n.133. São Paulo. 2018.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luiz Felipe. **Gênero, raça e classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Londrina. 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Publicada no **Diário Oficial da União - Seção 1 - 16/7/1990, Página 13563.**

CAMPOS, Marta Silva. ***O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz?*** In: MIOTO, Regina Célia T. et alii (Orgs.) **Familismo. Direitos e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

FARIA, Nalu e MORENO, Renata (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOF. Sempreviva Organização Feminista, 2010.

GAMA, Andréa de Souza. **Trabalho, Família e Gênero. Impacto dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

HIRATA, H. e GUIMARÃES, N. A. (Orgs.) **Cuidado e Cuidadoras – as várias faces do trabalho do care**. São Paulo: Atlas. 2012. p. 1-12

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. "**Novas configurações da divisão sexual do trabalho**". In: Cadernos de Pesquisa, 2007; 37 (132): 595-609.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2011. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em : < http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf >

MIOTO, Regina Célia T. et alii (Orgs.) **Familismo. Direitos e cidadania:contradições da política social.** São Paulo: Cortez, 2015.

NASCIMENTO, Maria Lívia. **Proteção e Negligência. Pacificando a vida de crianças e adolescentes**. Nova Aliança. 2016.ALVES, Roosenberg R. *Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características transformações.*In:https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_RoosembergAlves.pdf. Acesso em 19/02/2018.

NOGUEIRA, Ana Cláudia C. e MONTEIRO, Márcia Valéria de C. *Família e atenção em saúde: proteção, participação ou responsabilização?*. In: Silva, Letícia Batista

Silva e Ramos, Adriana. **Serviço Social, Saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional.** Rio de Janeiro: Papel Social, 2013.

PASSOS, Raquel Gouveia. **Trabalhadoras do care na saúde mental: contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino**.Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP, 2016

SANTOS, Elisabete; NÓBREGA, Ligia. **Ensaio sobre o feminismo marxista socialista**. Rio Grande do Norte. 2004.

REIS, José Roberto Tozoni. **Família, emoção e ideologia**. São Paulo. 2004.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. Revista Ensaios. v.13 n. 24. 2016.

TORRÃO FILHO, Almícar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam**. 2005.

TRONTO, Joan C. *Mulheres e cuidados: O que as feministas podem aprender sobre moralidade a partir disso?* In: Jaggar, A. M. e Bordo, S. R. (Orgs.) **Gênero, corpo e conhecimento.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. P. 186-203.

VIVA Contínuo (SINAN/NET).2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7294133/4199604/AcidenteseViolenciasCrianca_VIV AContinuo20092016_2808417.pdf >

CAPÍTULO 6

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR CRÍTICO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AÇÕES PREVENTIVAS E SOCIOEDUCATIVAS DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO FICAR DE BEM

Data de aceite: 01/07/2021

Keila Rafaela de Queiroz
http://lattes.cnpq.br/0835321684469227

Cléverson Gonçalves de Oliveira
http://lattes.cnpq.br/9582748095761438

Laizi Marques Santos Souza

Alais Firmino Cordeiro
http://lattes.cnpq.br/8543540841578567

Izabella Lage Cambraia de Oliveira

RESUMO: O presente artigo é produto de uma construção coletiva de profissionais que atuam e atuaram na Política Nacional de Assistência Social – média complexidade através da instituição Ficar de Bem. Tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da importância do olhar crítico da/o assistente social nas ações preventivas e socioeducativas na perspectiva da proteção integral de crianças e adolescentes. Para tal, foi feito uso da pesquisa bibliográfica que possibilitou conceituar a violência como uma expressão da questão social dentro do sistema capitalista e como a instituição Ficar de Bem se consolida dentro desta dinâmica. Este estudo propiciou a compreensão da relevância do olhar da/o profissional de Serviço Social, norteado pelo Projeto Ético Político, diante das ações preventivas e socioeducativas nos programas e serviços executados pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Socioeducativas; preventivas; proteção integral; crianças e adolescentes.

THE IMPORTANCE OF THE CRITICAL VIEW OF THE SOCIAL WORKERS IN THE COMPREHENSIVE PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS: PREVENTIVE AND SOCIO-EDUCATIONAL ACTIONS DEVELOPED BY THE INSTITUTION FICAR DE BEM

ABSTRACT: This article is a product of a collective construction of professionals who works in the National Policy of Social Assistance - medium complexity through the institution Ficar de Bem. Has a purpose to reflect the importance of the critical eye of the social worker in preventive and socio-educational actions related to the integral protection of children and adolescents. Therefore, a bibliographical research was made and it allowed to conceptualize violence as an expression of the social question in the capitalist system and how the institution Ficar de Bem consolidates in this dynamic. This study allowed to understand the relevance of the Social Work professional, guided by the Political Ethical Project, in view of the preventive and socio-educational actions in the programs and services performed by the institution.

KEYWORDS: Socio-educational; preventive; comprehensive protection; children and adolescents.

1 I INTRODUÇÃO

A construção deste artigo baseia-se em um processo coletivo de profissionais alinhados em um mesmo pensamento e posicionamento

político a partir das teorias que fundamentam o Serviço Social na busca da materialização do Projeto Ético Político no exercício profissional. Buscamos uma melhor compreensão do trabalho da/o assistente social na política pública de assistência social, no trabalho preventivo e socioeducativo, na atuação dos profissionais que fazem parte do SEAS - Serviço Especializado de Abordagem Social e PAF - Programa de Atenção à Família na região do ABC Paulista desenvolvido pela organização não governamental Ficar de Bem.

Dentre os serviços citados, as/os assistentes sociais, tem como objeto de atuação as demandas de violações de direitos de crianças e adolescentes, dentre elas a violência doméstica e o trabalho infantil. Busca-se sistematizar as ações destes profissionais, nas dimensões que norteiam a profissão:

> O exercício profissional configura-se pela articulação das dimensões[1] e se realiza sob condições subjetivas e objetivas historicamente determinadas, as quais estabelecem a necessidade da profissão em responder às demandas da sociedade através de requisições socioprofissionais e políticas, delimitadas pelas correlações de forças sociais que expressam os diversos projetos profissionais (SANTOS, 2013, p. 26).

Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica para elucidar a prática profissional e a importância das ações preventivas e socioeducativas como ferramenta do trabalho da/o assistente social, através de uma análise crítica sobre a Política Nacional de Assistência Social; os valores institucionais da Ficar de Bem - CRAMI e os direitos da criança e do adolescente.

2 | BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO FICAR DE BEM

O processo de violência não é único, tão pouco singular. Segundo Minayo (2006), a palavra violência vem do latim *vis,* que quer dizer força, referindo à superioridade de um ser sobre o outro em que este outro é objetificado e seus sentidos são negados. Compreender o que é a violência e como ela se expressa no Brasil, requer um resgate histórico acerca da formação social e econômica brasileira. Para Chauí (2007), a sociedade brasileira carrega em si traços de uma sociedade colonial escravista, em que o espaço privado é predominante ao público, centrado na hierarquia familiar, em seus múltiplos aspectos, no qual as relações sociais e intersubjetivas se dão numa relação entre quem manda (superior) e quem obedece (inferior).

Quando se trata de crianças e adolescentes, o Ministério da Saúde define a violência como algo amplo: “Quaisquer atos ou omissões dos pais, parentes, responsáveis, instituições e, em última instância, da sociedade em geral, que redundam em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas” (BRASIL, 2012, p. 28).

---

1 Destacamos três dimensões da intervenção profissional as quais são confluentes aos autores no debate do campo profissional: a teórico metodológica; a ético-política e a técnico operativa. Essas dimensões encontram-se presentes nas diferentes expressões do exercício profissional: formativa, investigativa, organizativa e interventiva. (SANTOS, 2013, p. 25).

Para Minayo (2001), a violência contra crianças e adolescentes se materializa na relação com a violência estrutural, que se expressa visivelmente no trabalho infantil e também em crianças e adolescentes em situação de rua ou acolhimento institucional, bem como na violência social que culmina na violência doméstica. De forma geral, as relações estabelecidas nos contextos de violência contra crianças e adolescentes constituem-se na mesma lógica de qualquer outra violência, ou seja, "na transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância". (Idem, 2001).

O reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direito é uma conquista que vem sendo construída desde a Constituição Federal de 1988 no Art. 227 através da Doutrina de Proteção Integral que corresponsabiliza a família, a sociedade e o Estado para assegurar-lhes com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) inaugura uma nova concepção jurídica na qual crianças e adolescentes são compreendidos prioridade absoluta, portanto, com o direito à proteção integral.

É neste contexto, que um grupo de médicos do ABC paulista, sensibilizados com os altos números de casos de crianças e adolescentes em situação de violência, construíram um grupo de estudos e puderam observar que apenas 10% dos casos eram notificados. Como produto deste estudo, surgiu o CRAMI - Centro Regional de Atenção aos Maus tratos na Infância do ABCD, em 12 de outubro de 1988, recentemente a instituição reformulou sua marca, passando atender por Ficar de Bem.

Nesses 32 anos de instituição, a Ficar de Bem ampliou seu espaço físico, com uma sede em Santo André e dois núcleos, um em Diadema e outro em São Bernardo do Campo. Através de parcerias firmadas com o Poder Público, foi possível ampliar as ações, intrínsecas às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, tendo como *lócus* da atuação profissional, a matricialidade sociofamiliar. A LOAS (1993) regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal que apresentam o perfil dos usuários da assistência social, e o objetivo da Política Nacional de Assistência Social.

> Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
>
> I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
>
> II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
>
> III - a promoção da integração ao mercado de trabalho [...] (BRASIL, 1993, p. 43).

A instituição está inserida na média complexidade dessa política e tem por finalidade: a) prestar atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de

vulnerabilidade e/ou risco de violência, visando o fortalecimento de vínculos; b) promover ações preventivas e socioeducativas que visem a proteção de crianças e adolescentes.

Tais finalidades se materializam em serviços e programas executados pela instituição, sendo eles: PAF - Programa de Atenção às Famílias, Programa Todos pela Proteção, CRAMI Capacita, Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças e Adolescentes; Projeto Fênix[2] e administração dos restaurantes populares - Bom Prato - de Santo André e São Bernardo do Campo.

Limitaremos, a esta produção, especificamente ao Programa de Atenção às Famílias (PAF), ao Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e ao Programa Todos Pela Proteção.

O PAF realiza o acompanhamento sistemático de crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias, com objetivo de proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. No que tange à violência sexual, os técnicos do PAF realizam atendimentos individuais e grupos específicos para as famílias e para o autor da violência sexual. O Grupo de Orientação à Autores de Violência Sexual (GOAVS), visa a compreensão da violência sexual e suas consequências e o Grupo de Orientação a Famílias Incestuosas (GOFI), possibilita às famílias um espaço de discussão e sensibilização, fundamentais para o rompimento do ciclo da violência sexual. Promove ainda ações e intervenções voltadas para a reflexão acerca da violência doméstica em parceria com outros setores, como organizações não governamentais, conselhos tutelares e de direitos e atividades preventivas nos territórios.

O Serviço Especializado em Abordagem Social de Crianças e Adolescentes, tem por objetivo romper com o ciclo de violações de direitos, garantindo atenção às necessidades imediatas das crianças e adolescentes que utilizam os espaços públicos como moradia ou sobrevivência. O trabalho busca sensibilizar e motivar uma reflexão da sociedade sobre as consequências do trabalho infantil (preventivo), e realiza ações socioeducativas e preventivas visando garantir às crianças e aos adolescentes o acesso aos direitos: cultura, lazer e educação. “Vivências que são próprias da infância e que contribuem decisivamente para o seu desenvolvimento” (FNPETI, 2019).

O Programa Todos Pela Proteção são ações preventivas e socioeducativas, realizadas de forma transversal pelas equipes técnicas da Ficar de Bem, ampliando a discussão a respeito da violência contra crianças e adolescentes, utilizando dessas ações como estratégias de identificação e canais de denúncia, junto às famílias e a comunidade.

No conjunto de ações preventivas, vale ressaltar os grupos orientativos/reflexivos, com temáticas variadas, a depender das demandas trazidas pelos usuários dos programas vinculados a instituição. O trabalho socioeducativo é realizado através de oficinas temáticas, cine debates, visitação a espaços públicos, tais como parques, museus, memoriais, teatros,

2 Atua com crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de Santo André, visando ações que proporcionem a autonomia, auto estima, construção de projeto de vida e apadrinhamento afetivo.

outras programações culturais, e atividades em geral de acordo com a necessidade e diversidade do público atendido. Segundo Eiras (2012), o trabalho socioeducativo supõe um campo temático de referência, e que por sua vez inclui questões concretas vivenciadas pelos usuários. É a partir da apreensão destas demandas que é possível alternativas concretas para sua superação (idem, 2012, p. 9).

3 I A CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVENTIVAS A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DA\O ASSISTENTE SOCIAL

Como descrito a Ficar de Bem é uma instituição do Terceiro Setor que integra a Política Nacional de Assistência Social e possui uma atuação profissional significativa do Serviço Social, em modalidades de atendimento individuais, familiares e em grupos em equipes multidisciplinares. A este trabalho, cabe ressaltar as ações preventivas de orientação e socioeducativas que permeiam o cotidiano dos profissionais inseridos neste espaço sociocupacional. Segundo (MIOTO, 2009, p. 9) tais ações tratam-se:

> (...) de ações planejadas, equacionadas aos objetivos do Serviço Social e conectadas ao conjunto de outras ações desenvolvidas no âmbito dos processos socioassistenciais, dos processos de planejamento e gestão e dos processos político-organizativos.

Mioto (2009) ainda descreve a importância do conhecimento de diversas fontes para a elaboração de tais ações, este deve ser o ponto de partida para apreender as demandas do espaço sócio - ocupacional e desenvolver um trabalho de acordo com o arsenal teórico – metodológico e ético político da profissão, tendo como objetivo a promoção da cidadania, a autonomia, e no caso o serviço social em destaque, a proteção integral à crianças e adolescentes em situação de violência.

Quando a/o Assistente Social intervém frente a demanda de crianças e adolescentes em situação de violência é necessário uma apreensão crítica da realidade para não culpabilização das famílias, tendo a compreensão da violência de forma ampla e estrutural no sistema capitalista.

> O posicionamento profissional frente aos desafios postos em consonância com o projeto ético político significa reafirmar valores que se contrapõem aos valores capitalistas. Pelo fato de a profissão reconhecer a centralidade da luta de classes e reafirmar se em favor da classe trabalhadora torna-se claro que este profissional tem o compromisso ético com a construção de outra ordem societária, pautada em valores universais como a igualdade a autonomia e a liberdade (SANTOS, et.al,2017, p. 165).

Cabe ao profissional a responsabilidade ética de apoderar-se de sua autonomia relativa[3], para uma mediação qualificada e promoção de acesso a direitos, sem desconsiderar a totalidade da complexidade que permeiam o trabalho social com famílias,

3 CFESS. Atribuições privativas do/a Assistente Social: em questão. Brasília. 2012.

tendo em vista a violência como uma expressão da questão social.

A partir destes pressupostos, encontrar caminhos para a prevenção e a superação das mais diversas formas de violências que atingem crianças e adolescentes é um desafio. É possível, a partir da apreensão crítica da realidade e do embasamento teórico metodológico da\o assistente social, a utilização de ferramentas e estratégias que possam ser efetivadas através de atividades socioeducativas e preventivas que proporcionem a potencialização desses sujeitos de direitos em um processo reflexivo para superação da violação de direito da criança e adolescente.

Para isso foram utilizadas estratégias de intervenções socioeducativa e preventiva com instrumentos de transformação social, usando a arte, cultura, territórios, vínculos construídos entre os serviços, usuárias/os, família e comunidade para a efetivação das ações propostas. Tais intervenções ocorreram através do Cine Beco (Cinema na comunidade), Arte na Rua (Ações nas ruas voltadas a cultura, esporte e lazer, apresentações e oficinas aberta), esquete teatro (combatendo a violência sexual), Roda de conversa, campanhas preventivas, visitação a museu e memorial, entre outras.

De acordo com o Silva (2000) socializar informação é fundamental para viabilizar direito, pois denota como uma ação de fortalecimento do usuário, sempre com a concepção de que aquele sujeito não é apenas um receptor e que o conhecimento deve ser compartilhado, dividido e refletido de forma conjunta.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social brasileiro é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho que tem a questão social como centralidade da atuação profissional. Sua aproximação com a teoria social crítica e o acúmulo político histórico da profissão, possibilita que as\os assistentes sociais atuem na luta intransigente dos direitos humanos e em defesa da classe trabalhadora.

Este posicionamento político ante aos desafios impostos a categoria na atual conjuntura (novas expressões da questão social, retrocesso dos direitos fundamentais e políticos, o conservadorismo e o estado mínimo) em consonância com o projeto profissional, significa o compromisso em reafirmar os valores socialmente construídos pela categoria profissional diante do projeto ético político que norteia a profissão e se contrapõe com os valores e princípios do modo de produção capitalista.

Ao que foi exposto pelo conjunto de profissionais nesta produção, entendemos a importância de utilizar da autonomia profissional norteados pelos princípios fundamentais expressos no Código de Ética Profissional, tais como: a liberdade como valor ético central na perspectiva da emancipação humana e política dos indivíduos sociais; a defesa acirrada dos Direitos Humanos; e a busca pela equidade e justiça social possibilitam construir estratégias de intervenções que possam através das ações socioeducativas e preventivas

contribuir para um processo reflexivo e emancipatório.

Diante do exposto, tais ações só se concretizam com a construção coletiva entre os profissionais que executam a política pública, as/os usuárias/os vinculado aos serviços supracitado, o acordo com as famílias, a construção dos vínculos estabelecidos entre a instituição e a comunidade e o alinhamento/articulação da equipe multidisciplinar na efetivação dos objetivos propostos no planejamento das atividades socioeducativa e preventivas.

Com isso entende-se que é fundamental a perspectiva da realidade crítica da\o assistente social nos espaços sócio ocupacionais na Política Nacional de Assistência Social, em especial, na atuação direta com crianças e adolescentes em situação de violência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm > Acesso em 20 de Maio 2019.

_______. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> acesso em abril/2019.

_______. Ministério da Saúde. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências: Orientação para Gestores e Profissionais de Saúde.** Brasília - DF, 2012.

______. Estatuto da Criança e Adolescente. ***Lei Nº 8.069, de 13 de* julho *de 1990.* Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> acesso em abril/2019.

______Código de Ética do/a assistente social. Lei8662/93 de regulamentação da Profissão. 10Edição. Brasilia. CFESS 2012.

CFESS**. Atribuições privativas do/a Assistente Social: em questão**. Brasília. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Contra à violência**. 2007. Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/contra-violencia-por-marilena-chaui > acesso em janeiro/2019

EIRAS, A. A. L. T. S. **A intervenção do Serviço Social nos CRAS: análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.). A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 121-147

Ficar de bem – CRAMI, Santo André. Disponível em: <http://ficardebem.org.br/> acesso em maio/2019.

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI, Brasília. Disponível em: < https://fnpeti.org.br/12dejunho/> acesso em maio/2019.

MINAYO, M. C. S. (Org) & DESLANDES, S. F**. Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**.31a ed. Rio de janeiro, Editora Vozes, 2012.

_________, M. C. S. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Rev. Bras. Saúde Mater. Infant**.**, Recife, v. 1, n. 2, p. 91-102, Aug. 2001. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292001000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 mai. 2019.

_________, M.C.S. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde. 132 p. Disponível em <http://books.scielo.org>. Acesso em: 26 mai.2019

MIOTO.C.R.T. **Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias.** Disponível<https://www.academia.edu/6310100/Orienta%C3%A7%C3%A3o_e_acompanhamento_de_indiv%C3%ADduos_grupos_e_fam%C3%ADlias> Acesso Maio/2019.

SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Conexão Geraes,** Minas Gerais, v. 2, n. 3, p.25-30, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.

SANTOS, C.M; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A Dimensão Técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**- 3 ed. – São Paulo: Cortez,2017.

SILVA, M. L. L. da. **Um novo fazer profissional**. Brasília: UnB, 2000. p. 111-124. (Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais, módulo 4).

CAPÍTULO 7

O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL COM USUÁRIOS DE ÁLCOOL E DROGAS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL ALCOOL E DROGAS

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 05/05/2021

Maria da Consolação Pitanga de Sousa
Centro Universitário UNINOVAFAPI
Teresina – Piauí
https://orcid.org/0000-0001-8937-9800

Mayza Costa Araújo
Centro Universitário UNINOVAFAPI
Teresina – Piauí
http://lattes.cnpq.br/1502812430289746

Ana Valéria Matias Cardoso
Centro Universitário UNINOVAFAPI
Teresina – Piauí
https://orcid.org/0000-0003-0321-5712

RESUMO: O estudo tem o objetivo de analisar o trabalho do/a Assistente Social com usuários de álcool e drogas no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS AD, contextualizando a saúde no Brasil, sobretudo, a Política de Saúde Mental e o trabalho do/a Assistente Social na Saúde Mental. Aborda sobre o trabalho do/a Assistente Social imbuído do processo teórico e metodológico, e sua materialização no cotidiano, no contexto da reabilitação de pessoas dependentes de álcool e drogas que muitas vezes se encontram em situação de vulnerabilidade, evidenciando as expressões da Questão Social que envolve esta problemática. Trata-se de um estudo bibliográfico pautado em teorias e legislações a cerca do tema. O estudo evidencia uma discussão em torno do trabalho do/a assistente social no CAPS AD ressaltando a importância deste novo lócus de trabalho do/a Assistente Social, contribuindo com eficiência no tratamento dos usuários, por meio de ações interventivas para a reabilitação e socialização dos mesmos, conjuntamente com seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: Assistente Social, Trabalho, CAPS – ad, Questão Social, Dependência Química.

THE WORK OF THE SOCIAL WORKER WITH ALCOHOL AND DRUGS USERS AT THE ALCOHOL AND DRUGS PSYCHOSOCIAL CARE

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the work of the Social Worker with alcohol and drug users in the Alcohol and Drugs Psychosocial Care CAPS AD, contextualizing health in Brazil, especially the Mental Health Policy and the Social Worker in Mental Health work. It covers the work of the Social Worker imbued with the theoretical and methodological process, and its materialization in the daily life, in the context of the rehabilitation of people dependent on alcohol and drugs who are often in a situation of vulnerability, evidencing the expressions of the Social Question that involves this problem. It is a bibliographical study based on theories and legislation on the subject.. The study highlights a discussion about the work of the social worker in CAPS AD highlighting the importance of this new working place of the Social Worker, contributing with efficiency in the treatment of the users, through intervention actions for the rehabilitation and socialization of the with their families.

KEYWORDS: Social Work Assistant, CAPS-ad, Social Issues. ChemicalDependency.

1 I INTRODUÇÃO

As demandas individuais apresentadas nos serviços de saúde são, na verdade, constituídas por demandas coletivas que apontam as insuficiências do sistema de saúde para responder ás necessidades dos usuários. De outro lado, em muitos casos, tais necessidades extrapolam a esfera da saúde, envolvendo outros atores institucionais e setores de política pública. Nessa perspectiva, a contribuição do assistente social no âmbito hospitalar, deve se da a partir de um olhar técnico especializado e diferenciado em relação aos usuários dos serviços de saúde e sua condição de vida. É o que aponta o documento sobre os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde de acordo com CFESS (2010, p.46).

Aqui se faz necessária uma reflexão sobre os desafios postos a uma abordagem que articule saúde com determinantes sociais no plano político-operativo dos serviços de saúde. Matos (2013) problematiza esta questão mostrando que na esfera da assistência à saúde a abordagem ampliada deve necessariamente implicar uma dinâmica com a dimensão individual da intervenção, ou seja, diante do indivíduo que demanda assistência, o resgate do "social" na intervenção e de formação da "consciência crítica" sobre a saúde precisam encontrar mediações apropriadas.

Nesse sentido, a postura profissional se objetiva no momento em que o assistente social, com base em sua intervenção na realidade dos usuários, nos atendimentos realizados no contexto institucional, reflete a partir de referenciais teóricos e metodológicos críticos sobre a demanda e a forma como ela se materializa no cotidiano. Nesse sentido, Lacerda (2014, p. 92) enfatiza que:

> A prática interventiva do assistente social deve centrar-se em possibilitar uma análise e uma compreensão da realidade social. Ou seja, sua intervenção deve contribuir para que as demandas trazidas pela população que busca por serviços sociais sejam compreendidas em sua dimensão universal, para que daí possa-se proceder às providencias cabíveis àquela singularidade que agora é vista de outra forma, tanto pelo assistente social quando pelo sujeito.

No contexto do trabalho coletivo em saúde devem ser evidenciadas as informações registradas pelo assistente social nos prontuários dos usuários dos serviços de saúde. Tal resposta, na realidade passa pela intenção do objetivo da intervenção profissional por parte dos profissionais de Serviço Social, bem como a partir do que a instituição lhe demanda.

O Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS AD é um serviço de atenção diária em saúde mental, onde se privilegia o coletivo sem, no entanto, desconsiderar a singularidade de cada sujeito ao qual se propõem a assistir. Esses serviços fazem parte de uma rede de assistência em saúde mental composta que ao integrar outros serviços, se articula entre si e com o meio social em substituição ao modelo asilar (NUNES;

GUIMARÃES; SAMPAIO, 2016).

O acompanhamento da equipe multiprofissional no tratamento das pessoas atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas CAPS AD, é muito comum verificar recaídas no estado de abstinência de alguns usuários. Por essa razão, são proferidas reuniões dos profissionais toda semana para a reflexão e análise dos casos para que todos estejam engajados na busca de soluções/encaminhamento para o paciente. Nessas reuniões também são discutidos os problemas administrativos, a fim de diminuir/ amenizar as dificuldades dos profissionais concernentes à rotina do trabalho e outras questões (ROSA, 2004).

Dentre os aspectos que motivam o usuário a permanecer no tratamento está à espiritualidade, família, reconstrução das suas relações e recuperar o tempo perdido. Fossi; Guareschi (2015) dizem que para o sucesso do tratamento seria, que este deve enfrentar de forma voluntária e não imposta, na medida do possível. Sendo assim, os/as Assistentes Sociais do CAPS-AD assumem um compromisso real e efetivo em direcionar sua prática profissional no sentido da garantia dos direitos sociais de cidadania dos usuários do serviço social. Na atuação ao usuário de álcool e drogas, o profissional busca ir além dos sintomas da doença e contribui para que os preceitos da Reforma Psiquiátrica ganhem alicerces e se consolidem.

O fazer profissional do/a Assistente Social no CAPS AD atribui-se diversas demandas, deixando claro que este/a profissional se torna um membro viabilizador na assistência dentro desta instituição, na qual, o mesmo propicia subsídio, orientações, amparo e viabiliza os direitos. O trabalho do Assistente Social na saúde se torna importante pelo fato do mesmo trabalhar pautado no direito do cidadão na prevenção e criação de programas e políticas voltadas para melhorias e para o bem estar social, trabalhando numa visão que respeita os usuários, independe de questões relacionadas à saúde, social, econômico, político, dentre várias outras questões.

Apesar dos avanços da Reforma Psiquiátrica no Brasil, ainda estão no nível de processamento, e isso por razoes de ordem política, econômica, social e cultural. Caminhou-se em relação ao reconhecimento da importância do tratamento não asilar através de uma realidade operacional consolidada vencendo os preconceitos, diante das dificuldades na sua trajetória rumo à cidadania e na inclusão social.

A constatação de que o uso de drogas tomou grandes proporções é o fato de que esta é considerada como grave problema de saúde pública no país e encontra ressonância nos diversos segmentos da sociedade, pela relação comprovada entre o consumo e agravos sociais que dele decorrem ou que o reforçam. Sendo assim, constatou-se que o assistente social é um profissional que diretamente assiste aos pacientes e sua família mediando à relação que muitas vezes é conflituosa, negligenciada e ou de abandono.

Nesse sentido, o profissional de serviço social tem um papel relevante dentro do CAPS AD através da articulação de um eficiente tratamento do usuário como forma de

fazer o mesmo sentir mais integrado, ativo, útil dentro do processo de tratamento, sentindo-se valorizado, principalmente no que se refere ao acolhimento através de uma escuta sensível. Possibilitando assim, o exercício da cidadania através do trabalho desenvolvido entre a equipe que compõe este processo: profissionais, família e os usuários em acompanhamento de saúde.

2 I A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

No século XX, o Sistema de Saúde Pública brasileiro caracterizou-se pela ineficiência no acesso aos serviços, não contendo uma estrutura bem definida que proporcionasse agilidade e qualidade no atendimento. Dessa forma, a política de saúde entrou para a agenda do governo em 1923, através da Lei Eloy Chaves, junto com o Sistema Previdenciário. Foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões, que se constituíam em fundos privados mediante contribuição dos empregadores, empregados e do Estado, ou seja, da sociedade (ASSIS, 2011).

Nesse processo foi criado o Ministério da Saúde em 1930, juntamente com o Departamento Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social, que passou a organizar a saúde pública através de campanhas nacionais e de serviços médicos associados aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP), caracterizando a medicina curativa em detrimento à preventiva, segundo Vasconcelos (2002, p. 45).

Durante o regime militar tal situação agrava-se com a exclusão do trabalhador do Sistema Previdenciário e com a concessão de benefícios e privilégios aos militares e servidores públicos, acirrando ainda mais a desigualdade no acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2004).

Foi somente a partir da década de 1980 que surgiram propostas mais democráticas de um novo modelo de política de saúde, enfatizando a universalização dos serviços básicos de saúde a toda população brasileira, sem qualquer tipo de discriminação. Segundo Bravo (2008, p.78) a política de saúde instaurada, tornou-se campo de tensões políticas, econômicas, levando a pressões sociais pela reforma, visando à ampliação do acesso à saúde.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal – CF, o capítulo dedicado à saúde retratava o resultado de todo o processo desenvolvido ao longo dessas duas décadas, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que a saúde é um direito de todos e dever do Estado.

3 I A SAÚDE MENTAL E O PROCESSO DE EXCLUSÃO SOCIAL

A sociedade na contemporaneidade apresenta características específicas no

movimento das relações entre os indivíduos e o mundo, e descobertas em níveis de desenvolvimento, que acarretam fatores que podem afetar a vida dos sujeitos, em alguns casos, podem causar instabilidades individuais e sociais, desequilíbrios emocionais e perturbações fora dos padrões sociais. Historicamente, pessoas com comportamento fora dos padrões e regras da sociedade, eram reconhecidas na sociedade como doentes, e historicamente, as pessoas doentes eram excluídas da sociedade.

> As pessoas acometidas de lepra, doenças venéreas e loucura (...) necessitam com urgência desaparecer da visibilidade das pessoas. Assim, hão de carregar sempre com eles este estigma – a marca da discriminação e exclusão (FOUCAULT, 1991, p. 06).

Assim, a doença mental vista de diferentes formas e com preconceito social, fez com que a causa da doença tratada imediata se transformasse em efeitos rejeitadores de exclusão do doente mental ao convívio social.

De acordo com Foucault (1991, p. 45) contemplando "o tratamento dado às pessoas com transtornos mentais consideradas como loucas ou doentes mentais, que não eram uteis a sociedade por apresentarem critérios de anormalidade". Ao fato do tratamento adequado que promovesse o uso adequado de recursos, o modelo asilar ao colocar a questão do isolamento em novas bases marca o nascimento da medicina social que justificada por elementos alienados.

Desse modo, a presunção negativa sobre o louco ou pessoa com doença mental era estabelecida na relação entre o mesmo e a sociedade, em que este segmento rompia os costumes, e causas morais, emocionais, e o tratamento a estas atitudes suprimidas pela ordem eram conseguidas através de terapias físicas nos asilos. Desse modo, como ser doente mental soava exterioridades negativas, estes eram associados ao perigo à sociedade.

O modelo asilar apresentava dicotomias que ao tempo que protagoniza o tratamento da doença mental com situações que os colocavam em conflito com própria doença carregando estigmas de exclusão, traumas, perca de valores morais e sociais e o asilo era o local mais adequado ao considerado louco, ou à loucura dos indivíduos. Segundo Bisneto (2007, p. 125)

> As instituições psiquiátricas, em geral, não dão respostas a demanda global do paciente, aos seus problemas na totalidade. No caso dos transtornos psíquicos, vários aspectos interferem no bom andamento do reestabelecimento mental e não são tratados pela psiquiatria; daí certos aspectos do problema global situam-se na área social.

Para atender a Saúde Mental da população no sentido de proteger e garantir os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, todos os pacientes que padecem de transtornos mentais de acordo com a Lei nº Lei 10.216 criada em 2001 em Brasil (2004, p. 02), "têm direito a ter acesso ao

melhor tratamento do sistema de saúde, adequado às suas necessidades, bem como ser tratado com humanidade e respeito, e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde”.

A exclusão se expressa nos vínculos sociais para Sousa et al., (2016, p. 3) como “representações sociais próprias a uma determinada sociedade, nas ligações comunitárias (laços e relações de afeto e parentesco) e nos nexos individuais (capacidade de comunicação com o exterior)”. A exclusão foi método utilizado para lidar com os indivíduos que apresentavam disfunções estigmatizadas que segregavam o contato deles com a sociedade, vivendo em conflito com a opressão a condição de existência familiar e social.

Portanto, o excluído do trabalho tem sua subsistência comprometida e, se essa exclusão é ocasionada por doença mental, parece assumir um significado mais doloroso, em virtude do adoecer mental ser alvo de várias outras exclusões sociais ou, por outro lado, Moscovisci (2008, p. 54) desconsidera por ser “uma patologia que não apresenta sintomas físicos visíveis, mas, percebem as dificuldades da exclusão como rejeição e humilhação, dois sentimentos com dolorosas conotações para o ser humano”.

4 I POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL E O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CAPS AD

A Política Nacional de Saúde Mental brasileira foi instituída em 2004, a fim de garantir a acessibilidade dos pacientes com transtornos mentais aos serviços disponíveis, bem como à sociedade e à cidade por iniciativa do governo Federal com uma vasta rede de serviços e equipamentos, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), por meio da Portaria MS nº 336-02 que estabelece CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II, sendo instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais. Neste espaço de participação familiar Brasil (2004), a equipe técnica dos CAPS AD deve “procurar desconstruir e reelaborar os conceitos relacionados ao uso e aos usuários de crack, para melhorar as expectativas em relação ao tratamento dos usuários e aprender a lidar melhor com o problema do uso de drogas”.

Azevedo e Miranda (2010, p. 78) comentam que, os familiares que estão envolvidos no tratamento, participando de atividades regulares, como: “Grupo Terapêutico de Familiares, Reunião de Familiares, passeios, festas e comemorações”. Assim, visam estimular a integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico, pautado em reabilitar e inserir as pessoas com transtornos mentais ao meio social.

De acordo com o autor, a reabilitação mental exige uma estreita relação entre cidadania e saúde que consiste em estar bem no ambiente que vive nas relações sociais, no trabalho e na vida social, posto que um indivíduo que não goze plenamente da cidadania é um risco para a saúde, e também sem saúde, o indivíduo estará impedido de exercer a cidadania. Pensar a saúde-doença mental de forma processual, conforme se conceituava

anteriormente, pode-se perceber que de acordo com o pressuposto de Sousa (2016, p. 2)

> [...] as raízes deste perfil assustador são amplas, envolvendo até questões estruturais, como o crescimento do desemprego, aumento da jornada de trabalho, precarização dos seguros sociais, entre outras, que fragilizam os sujeitos sociais e afetam a sua integridade física e mental. Por outro lado, percebemos, ainda, os dados como denunciantes da ineficiência das formas de tratamento tradicionalmente utilizadas, com base no antigo modelo hospitalocêntrico, cuja lógica asilar tornou-se responsável pela segregação das vítimas de transtornos mentais do convívio social.

Nesse sentido, a estratégia da reabilitação psicossocial surge como uma resposta às diversas necessidades do usuário, respeitando sua singularidade. A partir da construção de um projeto terapêutico que esteja atento à ocorrência de uma ou mais desordens, pois conforme visto nos estudos analisados, o indivíduo que não tem diagnosticada a comorbidade psiquiátrica apresentará maiores dificuldades de adesão ao tratamento.

Desse modo, a rede pode ser efetivada que o autor ressalta que em reuniões para discussão do processo de trabalho, comunicação ampla dos trabalhadores entre si e a inserção do usuário e seus familiares com suas singularidades na construção do projeto terapêutico. O projeto terapêutico nos CAPS AD deve buscar atender a demandas de saúde mais complexas e por isso conta com a equipe multidisciplinar, articulando saberes, práticas e conhecimento dos equipamentos comunitários, possibilitando a inserção do usuário em seu próprio meio.

O cuidado deve abranger todas as dimensões do sujeito para proporcionar todas as necessidades que a saúde e a vida exigem para torná-lo independente e autônomo através do projeto terapêutico possa resolver e deixar distante do quadro da doença. Dessa forma, como pensar no cuidado em saúde mental envolve pensar na integralidade do sujeito, no ambiente e das relações, pois o cuidado é um construto da cumplicidade de diversos atores apoiados em todos os contextos: sociais, econômicos, familiares, biológicos, psicológicos e culturais" (QUEIROZ, 2006, p. 91).

E por isso comprometer-se com o cuidado em saúde é o desafio de ir além dos discursos para se aproximar de práticas transformadoras do modelo assistencial. No entanto, atribuir o significado de doente ao usuário coloca-o numa posição de passividade, e não de cidadão e sujeito de direitos. Para Rosa (2008), ao se considerar aquele que faz uso de substâncias psicoativas como um doente, cria-se um estereótipo de dependência, favorecendo o poder médico, que propõe a negação da autonomia dos sujeitos em detrimento da ideia de cura. Tal fato torna o problema simplista, ao levar em conta apenas o estado orgânico do usuário, e favorece a estigmatização.

Entende-se que os familiares já se encontram tão fragilizados buscando uma direção que antes de frequentarem o CAPS AD tem uma certa resistência em compreender a condição do usuário após a intervenção, a família absorve que é necessários o tratamento e o apoio dos familiares de forma positiva. Porém, pode-se questionar o significado do

usuário como doente, partilhado por familiares que estão participando do tratamento no CAPS e reforçado pelos trabalhadores do serviço, pois essa forma de enxergar o paciente coloca o usuário numa posição de passividade diante da problemática e contribui para a hegemonia do poder médico.

Segundo Ceolin e Col (2009, p. 98), "o modelo biomédico vem sendo questionado por sua limitação em relação a sua incapacidade de lidar com outras dimensões humanas, que também atuam na qualidade de vida, como as relações entre sujeito e ambiente". Assim, as abordagens terapêuticas grupais proporcionam um formato coletivo de trabalhar com a subjetividade humana e com a relação dos sujeitos entre si. No entanto, nem tudo e nem todos têm uma adaptação e resolução direta de seus anseios e dificuldades nesse modo de operar o cuidado.

As demandas individuais apresentadas nos serviços de saúde são, na verdade, constituídas por demandas coletivas que apontam as insuficiências do sistema de saúde para responder às necessidades dos usuários. De outro lado, em muitos casos, tais necessidades extrapolam a esfera da saúde, envolvendo outros atores institucionais e setores de política pública. Nessa perspectiva, a contribuição do/a assistente social no CAPS, deve se dá a partir de um olhar técnico especializado e diferenciado em relação aos usuários dos serviços de saúde e sua condição de vida. De acordo com os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde CFESS (2010, p.46), o/a assistente social dispões de ângulos particulares de observação na interpretação das condições de saúde do usuário, que o diferencia dos demais profissionais da equipe de saúde.

Matos (2013) problematiza esta questão mostrando que na esfera da assistência à saúde a abordagem ampliada deve necessariamente implicar uma dinâmica com a dimensão individual da intervenção, ou seja, diante do indivíduo que demanda assistência, o resgate do "social" na intervenção e de formação da "consciência crítica" sobre a saúde precisam encontrar mediações apropriadas.

Nesse sentido, a postura profissional se objetiva quando o/a assistente social, com base em sua intervenção na realidade dos usuários, nos atendimentos realizados no contexto institucional, reflete a partir de referenciais teóricos e metodológicos críticos sobre a demanda e a forma como ela se materializa no cotidiano. Nesse sentido, Santos (2011, p. 92) enfatiza que

> a prática interventiva do assistente social deve centrar-se em possibilitar uma análise e uma compreensão da realidade social. Ou seja, sua intervenção deve contribuir para que as demandas trazidas pela população que busca por serviços sociais sejam compreendidas em sua dimensão universal, para que daí possa-se proceder às providencias cabíveis àquela singularidade que agora é vista de outra forma, tanto pelo assistente social quando pelo sujeito.

No contexto do trabalho coletivo em saúde devem ser evidenciado as informações devem ser registradas pelo assistente social nos prontuários dos usuários dos serviços

de saúde. Além disso, a dependência provoca sérios danos tanto por parte física como psíquica, além de perturbação mental o dependente fica com a saúde física muito debilitada, podendo desenvolver problemas cardiovasculares, aumento da pressão arterial, infartos, pneumonia, tuberculose, além de falta de ar, e as famílias também sofrem com o estresse causado cotidianamente por esse problema.

Sabe-se que o vício é considerado um preconceito na sociedade, as famílias na maioria das vezes não sabem como lhe dar com esse problema e o viciado por sua vez, é quase sempre incompreendido, marginalizado e rejeitado. O/A Assistente Social vai desenvolver um trabalho de acompanhamento com esses usuários e as famílias no CAPS-AD. A família vivencia um momento de insegurança diante da 'descoberta' que o filho usa drogas. Essa opinião apresenta uma necessidade de ações socioeducativas e informativa na área de álcool e outras drogas, motivos do uso, consequências e formas de tratamento, segundo Fonseca (2007, p. 124).

Diante dessa realidade, é no decorrer do tratamento que as relações intrafamiliares são reconstruídas, em especial a relação de confiança e disciplina, pois quando sob o uso de drogas a pessoa perde o total controle sobre a sua vida. Observa-se que a família é o principal suporte social procurado pelo usuário de drogas. Os tratamentos existentes independentemente de sua filosofia e metodologia referem-se à participação da família como essencial na recuperação do usuário.

O tempo necessário para se desenvolver uma dependência não pode ser precisamente determinado. Costuma variar de acordo com o indivíduo, com as substâncias ingeridas, com o contexto em que esse uso é feito e com a maneira como a pessoa lida com tudo isso. Todos esses fatores formam à equação que resulta na dependência.

Dentre os aspectos que motivam o residente a permanecer no tratamento está à espiritualidade, família, reconstrução das suas relações e recuperar o tempo perdido. Grynberg e Kalina (2009) dizem que para o sucesso do tratamento seria imprescindível a vontade positiva do dependente, que este deve enfrentar de forma voluntaria e não imposta, na medida do possível. Sendo assim, os Assistentes Sociais do CAPS-AD assumem um compromisso real e efetivo em direcionar sua prática profissional no sentido da garantia dos direitos sociais de cidadania dos usuários do serviço social. Na atuação ao usuário de álcool e drogas, o profissional busca ir além dos sintomas da doença e contribui para que os preceitos da Reforma Psiquiátrica ganhem alicerces e se consolidem.

É importante enfatizar que a praticar do/a Assistente Social deve ser pautada no Código de Ética da Profissão, e mesmo este atuando em um serviço que proponha ações inovadoras, terá por finalidade: garantia de direitos, cidadania e liberdade que serão compartilhados com os objetivos dos CAPS. Os instrumentos e técnicas desenvolvidas pelo Serviço Social no CAPS AD se fazem necessários para melhor prestar assistência aos sujeitos junto com a equipe multidisciplinar articulando para a execução de programas e acompanhamento a consultas psiquiátricas e serviços direcionados aos usuários de drogas

e álcool através de um serviço de qualidade diante da capacidade teórico-metodológico para a efetuação de suas atividades, mas, também, de uma instituição que ofereça estruturas adequadas para a realização e efetivação de suas atribuições.

Portanto, o/a assistente social frente a politica de saúde mental mais especificamente no CAPS AD, precisa estar atualizado com as práticas multidisciplinar um vez que este articula suas ações aos demais profissionais ao assegurar aos usuários dessa instituição no processo de reinserção perante a sociedade, contribuindo na resolução do problema de Álcool e Drogas na intervenção da realidade social.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos avanços da Reforma Psiquiátrica no Brasil encontram-se ainda no nível de processamento, e isso por razoes de ordem política, econômica, social e cultural. Caminhou-se em relação ao reconhecimento da importância de o tratamento não asilar, mais em caráter mais de objetivos e metas a serem alcançados do que, de uma realidade operacional consolidada. Ainda a muito a se fazer, começando pela erradicação da segregação da diferença, que colocam o doente mental numa situação preconceituosa e com dificuldade na sua trajetória rumo à cidadania e na inclusão social.

A constatação de que o uso de drogas tomou grandes proporções é o fato de que esta é considerada como grave problema de saúde pública no país e encontra ressonância nos diversos segmentos da sociedade, pela relação comprovada entre o consumo e agravos sociais que dele decorrem ou que o reforçam.

Nesse sentido, o profissional de serviço social tem um papel relevante dentro do CAPS ad através da articulação de um eficiente tratamento do usuário como forma de fazer o mesmo sentir mais integrado, ativo, útil dentro do processo de tratamento, sentindo-se valorizado, principalmente no que se refere ao acolhimento através de uma escuta sensível. Possibilitando assim, o exercício da cidadania através do trabalho desenvolvido entre a equipe que compõe este processo: profissionais, família e os usuários em acompanhamento de saúde.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. **O controle social na Previdência: um paradoxo entre o sistema público e o privado**. 2011 Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/683> Acesso em: 20.mai.2019.

AZEVEDO, D. M.; MIRANDA, F. A. N. **Práticas profissionais e tratamento ofertado nos CAPS ad no município de Natal-RN: com a palavra a família**. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 56-63, 2010.

BISNETO, José Augusto. **Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: **Cortez**, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: Os centros de Atenção Psicossocial**. Brasília, 2004.

_________. **Portaria nº 2391/GM, de 06 de dezembro de 2002**. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Brasília, DF.

BRAVO, Maria Inês.(Org).**Saúde e Serviço Social**. São Paulo**:** Cortez, 2008.

CFESS. Paramentos para atuação do assistente social na saúde: Brasília, 2010.

CEOLIN, T. et al. **A inserção das terapias complementares no sistema único de saúde visando o cuidado integral na assistência**. Enfermaria Global, Murcia, n. 16, p. 1-9, jun. 2009.

FONSECA, Taís Turrioni. **Consumo de bebidas alcoólicas e risco nutricional em universitários do campus da Unesp** - Araraquara-SP. 2006. 54 f. +. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, 2006.

FOSSI, Luciana Barcellos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. **O modelo de tratamento das comunidades terapêuticas: práticas confessionais na conformação dos sujeitos**. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro , v. 15, n. 1, p. 94-115, abr. 2015 .

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2001.

GRYNBERG, H; KALINA, E**. Viver sem drogas**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2009.

LACERDA, Lélica Elis P. de. **Exercício profissional do assistente social: da imediaticidade às possibilidades históricas**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014

MATOS, Maurílio Castro. **O Debate do Serviço Social na Saúde na Década de 90**. In: Revista *Serviço Social* e. Sociedade. São Paulo: Cortez, *2003***.**

MOSCOVICI, Serge**. Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NUNES, Jeanine Maria Sobral; GUIMARÃES, José Maria Ximenes; SAMPAIO, José Jackson Coelho. **A produção do cuidado em saúde mental: avanços e desafios à implantação do modelo de atenção psicossocial territorial**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 26 [4]: 1213-1232, 2016.

QUEIROZ, Marcos de Souza; DELAMUTA, Leny Aparecida. **Saúde mental e trabalho interdisciplinar: a experiência do "Cândido Ferreira"em campinas**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, p. 3603-3612, Aug. 2011

ROSA, Lucia Cristina dos Santos**. Panorama da assistência psiquiátrica no Piauí.** Teresina: EDUFPI, 2004.

SANTOS, Márcia Aparecida dos; BERNACHI, Solange Rodrigues de Almeida. **O papel do assistente social na saúde pública no município de Três Lagoas.** 2012. Disponível em: <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2013/downloads/2013/3/7 5.pdf>.Acesso em: 20.mar.2019.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A Prática do Serviço Social: Cotidiano, Formação e Alternativas na Área da Saúde**. São Paulo: Cortez, 2002.

CAPÍTULO 8

FAMÍLIA E PROJETO TERAPÊUTICO SINGULAR: MECANISMOS PARA DESCONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA MANICOMIAL

Data de aceite: 01/07/2021

Sonia Maria da Silva Reis
Assistente Social, Especialista em Saúde Mental com Ênfase em Dependência Química na Secretaria Municipal de Saúde de Senador Canedo-GO
http://lattes.cnpq.br/6529841010080123

Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Saúde Mental com Ênfase em Dependência Química em 07/05/2019 turma n º 003 do Centro Goiano de Ensino, Pesquisa e Pós Graduação; apresentado no 16º CBAS em 30 a 03/11/2019, Brasília-DF e publicado nos Anais do referido Congresso. Disponivel em: < cbas,silvaebrisch.com.br>.Publicado em 05/03/2021 no v.7, n.3 Rev. Brazilian Journal of Development, Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/issue/view/122>.

RESUMO: Objetivou-se analisar o processo de inclusão familiar na construção do Projeto Terapêutico Singular dos usuários do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Recomeço - Senador Canedo-GO como mecanismo de desconstrução de uma cultura manicomial. Pesquisa documental, descritiva, exploratória com abordagens quantitativa e qualitativa. Levantou-se dados de 195 prontuários de pacientes da instituição acolhidos entre janeiro a outubro de 2018. Foram acessados dados gerais que não permitiram nenhum tipo de identificação dos pacientes, o que possibilitou construir tabelas de frequências e gráficos que deram visibilidade a quatro categorias para discussão: Perfil dos usuários, demanda inicial, motivo da procura pelo CAPS AD e nível de adesão familiar. Dos pesquisados 88% possuem perfil para tratamento em meio aberto; 63% buscam acompanhamento no CAPS AD, 25% apelam por internação; 34% do motivo da procura é constituída por demanda espontânea dos usuários seguida pela demanda familiar quantificada em 32%. Constatou-se escassa informação na fonte pesquisada quanto ao nível de adesão das famílias ao cuidado; entretanto, dentre o percebido, a adesão supera a resistência numa margem de 2%. Verificou-se demanda e predisposição à ajuda na população usuária que urge trabalho com eficácia pelos atores da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que precisa ser fortalecida.

PALAVRAS – CHAVE: PTS. Família. CAPS AD. Internação.

FAMILY AND THERAPEUTIC SINGULAR PROJECT: MECHANISMS FOR DECONSTRUCTION OF A MANICOMIAL CULTURE

ABSTRACT: The purpose of this study was to analyze the family inclusion process in the construction of the Unique Therapeutic Project of the users of the Alcohol and Drug Psychosocial Care Center (CAPS AD) Recomeço - Senador Canedo-GO as mechanism of deconstruction of a manicomial culture. Documentary, descriptive, exploratory research with quantitative and qualitative approaches. Data were collected from 195 patient files from the institution hosted between January and October 2018. General data that did not allow any type of identification of

patients were accessed which made it possible to construct frequency tables and graphs that gave visibility to four categories for discussion: Profile of users, initial demand, reason for the search for CAPS AD and level of family membership. Of the surveyed 88% have profile for treatment in open medium; 63% seek follow-up in CAPS AD, 25% appeal for hospitalization; 34% of the demand is made up of spontaneous demand from users, followed by 32% of family demand. There was little information in the source researched regarding the level of family adherence to care; however, among the perceived, the adhesion surpasses the resistance by a margin of 2%. Demand and predisposition to help in the user population that urgently needs work by the Psychosocial Attention Network (RAPS) actors needs to be strengthened.
KEYWORDS: PTS. Family. CAPS AD. Hospitalization.

1 I INTRODUÇÃO

Na estrutura dos serviços substitutivos trazidos pela Reforma Psiquiátrica, segundo Carvalho, Moreira, Rézio e Teixeira (2012); o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) surge como principal espaço onde se engendra o modelo psicossocial que por sua vez objetiva o resgate da autonomia e provoca a ressocialização do usuário que apresenta comprometimento em sua saúde mental. O tratamento nele se dá como uma produção de cuidados de uma equipe multiprofissional que age, por sua vez, na interdisciplinaridade por considerar a integralidade do ser humano e as múltiplas dimensões da situação-problema que o assola.

Dentre as ferramentas de maior eficiência nessa lida está a construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS) dos usuários do serviço visando a eficácia da terapia que por sua vez, só será bem sucedida se houver adesão à participação por sua rede família/suporte, pois *'para efetivação do tratamento, é primordial que o usuário e família participem do processo".* (Carvalho, Moreira, Rézio e Teixeira; 2012, p. 523)

Faz-se comum perceber no cotidiano do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) Recomeço localizado na cidade de Senador Canedo-GO famílias que dele se aproximam impulsionadas pela situação de violência a qual se vêem submetidas em função de um membro seu que está adoecido pelo abuso de álcool ou demais entorpecentes e adoecendo conseqüentemente todo o sistema familiar. Elas buscam solução emergencial na instituição para os conflitos produzidos em seu seio demandando internação, muitas das vezes sob a forma compulsória para o referido familiar.

Diante desse quadro surge a pergunta sobre o objeto deste estudo: Porque as famílias canedenses buscam equivocadamente no CAPS AD Recomeço uma solução para seus membros adoecidos em decorrência do uso/abuso de álcool e outras drogas preferindo o tratamento sob a aplicação do modelo manicomial em detrimento da oferta de cuidado ao usuário em meio aberto?

Em hipótese, afirmou-se inicialmente que a alta demanda das famílias pela internação involuntária /compulsória de seus membros portadores de sofrimento mental em decorrência do uso/abuso de substâncias químicas e psicoativas provém de seu

desconhecimento e resistência à adesão ao tratamento na sua forma imprescindível de co-participação.

2 I METODOLOGIA

Foi usada como metodologia a pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória, pois segundo Gil (1989) a pesquisa exploratória requer levantamento bibliográfico e documental e juntamente com a descritiva é geralmente usada por aqueles que investigam preocupados com a prática. A investigação quantitativa enriqueceu-se pelo uso da abordagem qualitativa, pois entre ambas as abordagens Minayo, Deslandes, Neto e Gomes (1994, p. 22) excluem qualquer oposição e ressaltam a existência de uma complementariedade, uma vez que a primeira traz à tona dados quantificados e a última *"aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas. "*

Foram explorados 195 prontuários de pacientes do CAPS AD Recomeço acolhidos entre janeiro a outubro de 2018, recorte esse que constituiu o universo da pesquisa.

Ao que se refere à eleição e aplicação do método quantitativo a escolha feita se fundamentou no princípio da lei de regularidade estatística que segundo Gil (1989, p. 92), *"indica que um conjunto de n unidades tomadas ao acaso de um conjunto N terá provavelmente as características do grupo maior".*

Quanto ao tipo de amostragem esta foi probabilística, no entanto se fez necessário lançar mão da amostragem por conglomerados, pois a instituição pesquisada que se dispôs a oferecer a fonte documental encontrava-se no momento em processo de reorganização dos seus arquivos.

A organização do material coletado foi possível a partir da leitura dos prontuários que focou por sua vez pontos essenciais que serviram como base orientadora para a construção de categorias. Para Iani (1986) é essa construção que possibilita o desvendamento de uma determinada realidade para explicá-la cientificamente.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÃO

O universo dos pesquisados compreendeu-se de boa parte por um público adolescente e adulto, na sua maioria do gênero masculino acrescentado por uma menor parcela de idosos. Universo esse, caracterizado pela situação socioeconômica de baixa-renda, encontrando-se quase em sua totalidade fora do mercado formal de trabalho.

Movidas pois, por tão grande sofrimento, essas famílias costumam buscar a aparente solução solicitando ao CAPS AD Recomeço a internação involuntária do familiar dependente químico sendo que boa parte dessa solicitação versa também sobre a internação psiquiátrica compulsória (IPC) para ele, permitindo assim que o Estado venha intervir em sua privacidade, atitude essa, desvendada e analisada por estudiosos da

Biopolítica foucaultiana, segundo propala Ramos, P. F. e Brito, C.M.D., 2016.

Bartolomei e Rezende (2016) falam sobre a Judicialização da saúde no município de Pinhal no Espírito Santo ao que se refere à efetivação das IPCs de jovens usuários de drogas por solicitação de suas famílias e analisa o ônus que recai sobre o gestor municipal por conta disso, pois houve um dispare crescente destas a cada ano (exceto 2009) superando o repasse dos recursos federais recebidos, enquanto que não houve nenhuma participação orçamentária do Estado para tal fim.

Borges; Santos e Porto (2018) tecem uma crítica aos profissionais de saúde mental que se deixam formatar por uma cultura midiática; que rejeitam a repressão da polícia enquanto a substitui pela violência sanitária, não se distinguindo na realidade de suas práticas do modelo manicomial. Ressalta-se aqui o contraponto dos paradigmas daqueles que operam fundados na lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10216/2001) que por sua vez alimentam a política do Ministério da Saúde versus àqueles atores do cuidado que se conformam à Política Nacional sobre Drogas (PNAD) como também à Lei nº 11.343/2006 (a Lei de Drogas) e ao Decreto 7.1179/2010 de onde origina o Programa “Crack, é Possível Vencer”. Se o primeiro aparato legal, sustentáculo da política desenvolvida pelo Ministério da Saúde, por sua vez legitima uma espécie de cuidado sob a perspectiva da redução de danos e da ressocialização dos dependentes químicos, os últimos referenciam uma práxis de combate às drogas, pautada na criminalização/estigmatização/culpabilização do usuário de drogas considerado então objeto digno de IPC, pois segundo a leitura que fazem da situação-problema desse usuário, ele já não mais possui força de superação e capacidade de decidir a favor da própria vida.

Vasconcelos; Paiva e Vecchia (2018) corroboram com as idéias supracitadas ao formularem categorias de certas formas de cuidado vigentes em alguns espaços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); a saber: Instituição como espaço de normatização do cuidado e Individualização do cuidado como negação da autonomia do sujeito (2018, p. 363). A primeira categoria diz respeito à oferta do cuidado sob forma de controle, de tentativa de adequação das personalidades daqueles que apresentam condutas tidas como desviantes e disfuncionais ao tecido social e a norma imposta pelo sistema; já na segunda categoria a intervenção se fundamenta numa perspectiva de ajustamento do usuário, já estigmatizado socialmente, a um sistema societário que está posto, indiferentemente dos limites que ele apresente. A leitura da realidade do sofrimento se torna assim de tal forma estreita e empobrecida a ponto de destacar o usuário do contexto em que ele se encontra inserido reforçando o estigma e a culpabilização que já recai sobre ele.

Depreende-se daí que a ajuda de um serviço de saúde mental que se baseia numa perspectiva de ajustamento individualiza o tratamento do usuário, concentra seus esforços no enfrentamento às drogas e nega a real interdependência que existe entre as subjetividades envolvidas na situação e as condições objetivas em que elas se encontram submergidas; naturalizando assim uma constante de violação de direitos.

Dados coletados nesta pesquisa apontaram para a real capacidade daqueles (as) que chegam ao CAPS AD Recomeço em busca de uma resposta para sua situação-problema. A demanda pela saúde mental em meio ao público usuário de álcool e droga existe de variadas formas sendo que maior parcela (63%) procura o tratamento em meio aberto e menos da metade (25%) prefere tratar-se sob regime de internação. Dados esses, por sua vez sistematizados na tabela 1 seguida pelo gráfico 1 por ela gerado; ambos oferecendo uma visualização do fenômeno da demanda inicial.

Demanda inicial	Frequências	
	Absoluta	Relativa %
tratamento em meio aberto	123	63%
Internação	49	25%
continuidade do tratamento	3	1%
tratamento medicamentoso	7	4%
Oficializar a internação	11	6%
visita domiciliar	2	1%
TOTAL	195	100%

Tabela 1: Demanda inicial e frequências dos usuários do CAPS AD Recomeço acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

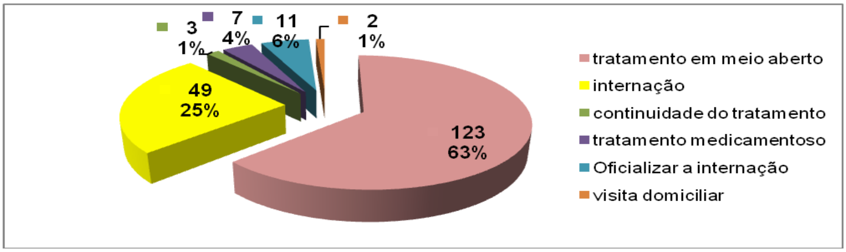


Gráfico 1: Demanda inicial dos usuários do CAPS AD Recomeço acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

A resposta inicial da instituição à demanda das famílias pela internação consiste no acolhimento ao usuário, momento em que é avaliado o seu perfil como paciente. A tabela 2 e o gráfico 2 abaixo apresentados constatam sob forma estatística que a maioria dos usuários acolhidos no serviço (88%) apresenta perfil, não para internação, mas sim para o tratamento em meio aberto, a saber:

Perfil dos usuários	Frequências	
	Absoluta	**Relativa %**
perfil de CAPS AD *	172	88%
perfil de internação	7	4%
...	16	8%
TOTAL	195	100%

Tabela 2: Perfil dos usuários do CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

Nota: * Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

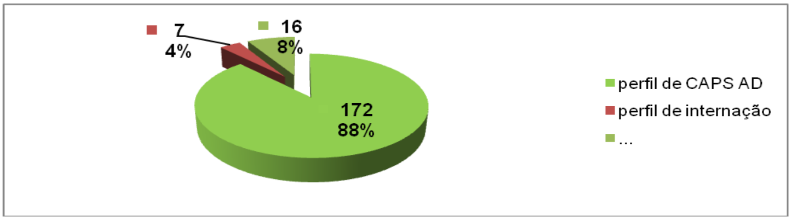


Gráfico 2: Perfil dos usuários do CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

Já no pós-guerra o modelo hospitalocêntrico é questionado. Surgem mundialmente vários movimentos em prol da desinstitucionalização das pessoas sob sofrimento psíquico, dentre eles destaca-se a experiência de Franco Basaglia nas cidades italianas de Goriza e Trieste. Experiência essa, inspiradora da Reforma Psiquiátrica brasileira - uma mobilização sociopolítica que se desponta no final dos anos 70 e crítica o modelo manicomial. É essa uma luta que vai se consolidando nos anos 90 e tem notável avanço com o sancionamento da Lei Federal 10.2016/2001. Esse aparato legal veio proporcionar uma reconfiguração da terapêutica até então voltada às pessoas portadoras de sofrimento mental e permitir a criação de uma rede substitutiva às internações psiquiátricas. Dispõe portanto, a referida lei sob os direitos dessas pessoas. O CAPS encontra-se como principal equipamento dentre os dispositivos dessa rede substitutiva aos manicômios (ANTUNES, 2007; SILVEIRA, 2005).

Num contexto de pesquisa realizada num serviço de saúde mental em Porto Alegre que problematizou o ingresso de jovens por meio das IPCs “evidenciou-se a existência de uma estreita relação que se faz na contemporaneidade de procedimentos que se autodenominam de cuidados na área de saúde mental com a maximização da eficácia de uma política de matriz essencialmente neoliberal. (Foucalt, 2004, citado por Guareschi; Lara e Eker, 2016, p. 2). Para tais autores, assim como para Reis (2016, p. 5): ” a *internação psiquiátrica quanto à judicialização do cuidado em saúde mental fazem parte de um campo político e nele assumem determinadas funções. Assim cabe-nos interrogar a serviço do que*

vêm sendo colocadas essas estratégias de intervenção".

A pesquisa supracitada analisa a atual conjuntura política do estado brasileiro comprometida com os ditames do neoliberalismo que ganha espaço sob as lentes da Saúde Mental. Ele usa todo esse aparato de internação compulsória para preencher o vazio por ele mesmo produzido no seu dever de garantia dos direitos à população previstos na Carta Magna.

Ao mostrar a prática estatal invertida na oferta do então cuidado direcionado ao cotidiano da população que busca uma solução para seus conflitos Ramos e Brito (2016) reforçam que o caminho para a eficácia da intervenção aponta para a urgência da necessidade de formulação e implementação de políticas públicas pelo estado que sejam por sua vez operacionalizadas dentro de uma rede intersetorial de serviços tendo em vista o atendimento integral à população usuária no que tange a efetivação dos seus direitos de cidadania.

Através do presente estudo confirmou-se a existência na cidade de Senador Canedo de atores que compõem essa rede de serviços e que por sinal orientam as famílias ou até mesmos as pessoas afetadas pela dependência química a buscarem o cuidado oferecido pela saúde mental através do CAPS AD. A maior parcela daqueles que procuram esse serviço se constitui pela demanda espontânea dos próprios usuários num quantitativo de 34% e em segundo lugar vêm às famílias com um percentual de 32% seguindo em ordem decrescente outros organismos da rede. A visualização dessa realidade esta sistematizada na tabela 3 e no gráfico 3 a seguir:

Motivo da procura pelo CAPS AD	**Frequências**	
	Absoluta	**Relativa %**
demanda espontânea	66	34%
demanda da família	63	32%
encaminhamento da RAS**	28	14%
Encaminhamento rede socioassistencial	2	1%
encaminhamento do TJ***	6	3%
encaminhamento da CT****	16	8%
encaminhamento do local de trabalho	3	2%
encaminhamento da comunidade	11	6%
TOTAL	195	100%

Tabela 3: Motivo da procura dos usuários pelo CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

Nota: ** Rede de Assistência à Saúde.

***Tribunal de Justiça.

****Comunidade Terapêutica.

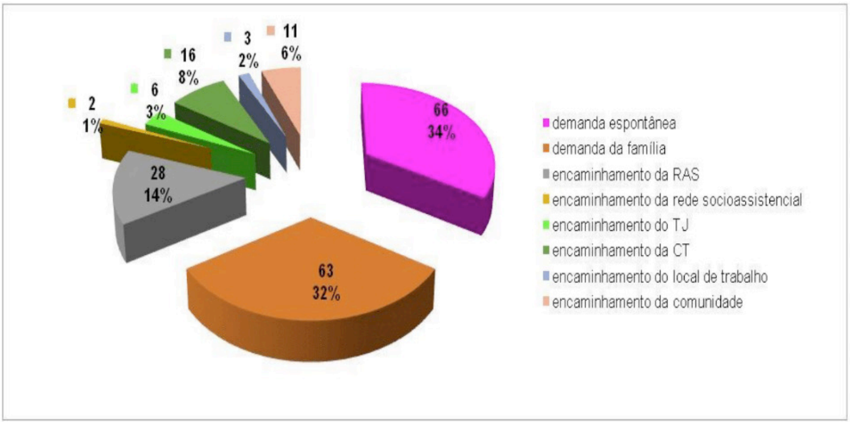


Gráfico 3: Motivo da procura dos usuários pelo CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

A luz dos parâmetros da Reforma Psiquiátrica e com ênfase na lei 10.216/2001 que por sua vez determina que a internação seja o recurso último usado como terapêutica e no caso em que já se esgotaram todas as tentativas de tratamento em meio aberto; o CAPS AD Recomeço passou a investir os seus esforços em tecnologias de cuidado direcionadas ao grupo familiar e a considerá-lo como um aliado mais forte no tratamento de seu membro adoecido em função do abuso de álcool e/ou da droga.

Seguem a tabela 4 e o gráfico 4 que ilustram o resultado da coleta realizada neste estudo no que se refere ao nível de adesão das famílias ao tratamento em oferta na instituição. Não obstante a baixa adesão familiar ao suporte ofertado pelo serviço de saúde mental, ela supera a resistência numa margem de 2%.

Nível de adesão familiar	**Frequências**	
	Absoluta	**Relativa %**
adesão ao grupo de família	15	8%
resistência ao grupo de família	11	6%
...	163	83%
-	6	3%
TOTAL	195	100%

Tabela 4: Nível de adesão familiar dos usuários do CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

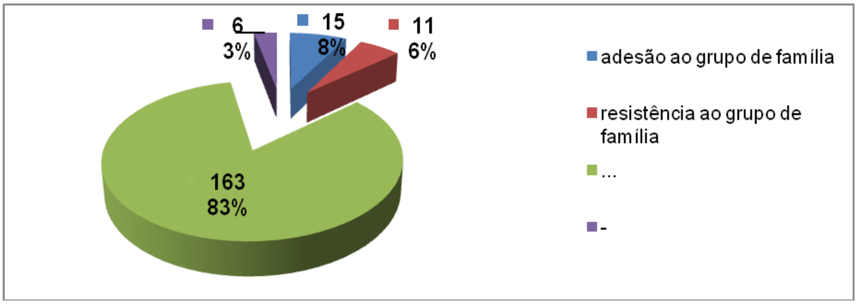


Gráfico 4: Nível de adesão familiar dos usuários do CAPS AD Recomeço e frequências ocorridas desse fenômeno dentre os acolhidos no período de janeiro a outubro de 2018.

Fonte: CAPS AD Recomeço.

Alvarez, Gomes, Oliveira e Xavier (2012) corroboram com a experiência supracitada quando numa investigação sobre semelhante situação em um CAPS AD do extremo sul do país percebem que o trabalho com grupo de suporte aos familiares funciona como uma alternativa à internação dos usuários, uma vez que possibilita o acompanhamento profissional da situação-problema ajudando as famílias na superação da crise do dependente químico e a efetivar a sua reinserção social.

O CAPS AD Recomeço por sua vez trabalha as famílias em prol da superação da co-dependência, da compreensão da doença do dependente e de sua pessoa; proporciona uma escuta empática e ativa do grupo, a aquisição de habilidades dos membros para o manejo da relação intrafamiliar, e permite o compartilhamento e trocas de experiências do vivido entre os familiares.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado foi possível confirmar a hipótese que a alta demanda das famílias canedenses pelo tratamento sob o regime de internação psiquiátrica dos seus membros portadores de sofrimento psíquico em decorrência do alcoolismo e dependência química deve-se ao desconhecimento deles como pessoas adoecidas, como também a sua resistência enquanto família à adesão ao tratamento como forma imprescindível de co-participação.

Percebeu-se também na cidade a existência da demanda pelo tratamento apresentando-se sob variadas formas. Acredita-se que essa predisposição precisa ser interpretada e trabalhada pelos atores do cuidado em saúde mental, que por sua vez necessitam de se fortalecerem enquanto RAPS através do apoio governamental, da articulação e do matriciamento.

REFERÊNCIAS

AIVAREZ, S. Q. et al. **Grupo de apoio/suporte como estratégia de cuidado: importância para familiares de usuários de drogas**. Rev Gaucha Enferm.; *33(2): 102-108, jun. 2012*. Artigo em Português | LILACS | ID: lil-647930. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artex&pid=S1983-144720120002000 15> Acesso em: 18 nov. 2018.

ANTUNES, S.M.M. O; QUEIROZ, M. S. **A configuração da reforma psiquiátrica em contexto local do Brasil: uma análise qualitativa**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(1): 207-215. Jan. 207. p.208. Disponível em: <ead.cgespvirtual.com.br> Acesso abr.. 2017.

BARTOLOMEI, J. R.; REZENDE, L. F. **Judicialização da saúde e internações compulsórias de jovens usuários de drogas** um estudo em Espírito Santo do Pinhal/SP. São Paulo. 2017. Rev. direito sanit; *18(2): 92-111*. Artigo em Português | LILACS | ID: biblio-883324. Disponível em:<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/142025//137264> Acesso em 28 jan. 2019.

BORGES, S. A. C.; SANTOS, M. L. R.; PORTO, P. N. **Discurso Jurídico-Moral Humanizador sobre drogas e violência sanitária na saúde da família**. Saúde debate; *42(117): 430-441, abr.-jun. 2018*. Artigo em Português | LILACS-Express | ID: biblio-962658. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0103-11042018000200430> Acesso em: 24 nov. 2018.

CARVALHO, L. G. P. et al. **A construção de um projeto terapêutico singular com usuário e família: potencialidades e limitações**. Mundo saúde (Impr.); 36(3): 521-525, jul.- set. 2012. Artigo em Português | LILACS | ID: lil-757692> Disponível em: Acesso em: 18 nov. 2018.

GIL, A.C.M. Cap. 3 e 8. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989, 2ª ed. p.43-49 , 91-103.

GUARESCHI, N. M. F.; LARA, L.; ECKER, D. D. **A internação compulsória como estratégia de governamentalização de adolescentes usuários de drogas.** Estud. psicol. (Natal); *21(1): 25-35, tab.* Artigo em Português | LILACS Express | ID: lil-787480. Disponível em: <http//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1413-294X2016000100025>. Acesso em: 24 nov. 2018.

IANNI, O. **A construção da categoria**. Revista Histedbr on-line, Campinas, número especial, p. 397-416, abr2011 - ISSN: 1676-2584. Disponível em:<www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/41e/doc02_41e_1.pdf>. Acesso em 06 mai. 2019.

MINAYO (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. P.22. ISBN 85.326.1145-1.

RAMOS, P. F.; BRITO, C. M. D. **A internação psiquiátrica compulsória de um familiar utilizada como medida protetiva a idosos**. Rev. direito sanit; *16(3): 36-56, nov. 2015- fev.2016*. Artigo em Português | LILACS | ID: lil-784081. Disponível em:<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/111648/109679> Acesso em: 29 jan.2019.

POZ, M. R. D.; LIMA,J. C. S.;PERAZZI, S. **Força de trabalho em saúde mental no Brasil: os desafios da reforma psiquiátrica**. Phisys Revista de Saúde Coletiva; Rio de Janeiro; 22[2]:621-639, 2012. Disponível em: <ead.cgespvirtual.com.br> Acesso jan. 2017.

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. **Nas teias da “rede de proteção”: internação compulsória de crianças e adolescentes e a judicialização da vida**. Fractal rev. psicol; *28(1): 94-101, jan.-abr. 2016*. Artigo em Português | Index Psicologia - Periódicos técnico-científicos, LILACS | ID: lil-779062. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?/script=sci_artex&pid=S1984-02922016000100094 > Acesso em: 24 nov. 2018.

SILVEIRA, L. C.; BRAGA, V. A. B.. **Acerca do conceito de loucura e seus reflexos na assistência de saúde mental**. rev. .Latino-am. Enfermagem, Ribeirão Preto, Jul/Ago. 2005.v..13 nº4, p. 591-595. Disponível em:< www.eerp.usp.br/rlae>. Acesso jan 2017.

VASCONCELOS, M. P. N.; PAIVA, F. S.; VECCHIA, M. D. **O Cuidado aos Usuários de Drogas: entre Normatização e Negação da Autonomia**. Gerais (Univ. Fed. Juiz Fora)*; 11(2): [363 - 381], jul. 2018.* Artigo em Português | LILACS-Express | ID: biblio-914640. Disponível em: http://www.Acesso em: 18 nov. 2018.

CAPÍTULO 9

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E SUA RELAÇÃO COM O SUICÍDIO NA PESSOA IDOSA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Renata Maria Assunção de Carvalho Sousa
Cristo Faculdade do Piauí - CHRISFAPI, Serviço Social
Piripiri – Piauí
http://lattes.cnpq.br/1705173403496888

Geovane Soares Mendes
Cristo Faculdade do Piauí - CHRISFAPI, Farmácia
Piripiri – Piauí
https://orcid.org/0000-0002-2649-3988

Graziella Freitas da Costa Carneiro
Cristo Faculdade do Piauí - CHRISFAPI, Farmácia
Piripiri – Piauí
https://orcid.org/0000-0002-9570-8997

Guilherme Antônio Lopes de Oliveira
Cristo Faculdade do Piauí - CHRISFAPI, Farmácia
Piripiri – Piauí
https://orcid.org/0000-0003-3820-0502

Márcia Regina Galvão de Almeida
Cristo Faculdade do Piauí - CHRISFAPI, Serviço Social
Piripiri – Piauí

RESUMO: A população idosa cresceu bastante nos últimos anos, graças a avanços médicos e tecnológicos que proporcionaram melhoria na qualidade de vida, porém nem todos os idosos conseguem usufruir dessas melhorias. O envelhecimento é um fenômeno social, afetado culturalmente e a forma como o indivíduo e a sociedade veem o idoso reflete diretamente na aceitação ou rejeição de sua condição de pessoa idosa, contribuindo para os fatores desencadeadores de transtornos de ideação suicida. A presente revisão tem como objetivo: analisar estudos que versam sobre o processo do envelhecimento e sua relação com suicídio na pessoa idosa. A busca pelas informações de artigos foi realizada a partir de termos cadastrados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) sendo estes: envelhecimento, suicídio, depressão e no MeSH (Medical Subjects Headings): *aged*, *suicide*, *depression*. A base de dado utilizada para a pesquisa de artigos foi a SciELO. Foram incluídos: artigos completos, nas línguas portuguesa e inglesa, publicados entre 2008 e 2019. Os resultados mostram que entre os principais fatores que podem ocasionar o suicídio da pessoa idosa, estão doenças graves como a depressão, diminuição de renda, perdas significativas como o luto, modificação no status social e exclusão do mercado de trabalho ou do convívio social/familiar. Concluiu-se que o processo de envelhecimento, é caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais. A pessoa idosa é geralmente a mais atingida por doenças e por sentimentos negativos e de baixa autoestima, a fragilidade do corpo pode despertar ou agravar transtornos psicológicos já existentes. O tempo livre ocioso na aposentadoria, isolamento social, solidão, distância ou pouco contato com a família

também estão entre as motivações do suicídio em idosos.
PALAVRAS-CHAVE: Envelhecimento, Suicídio, Idoso.

THE AGING PROCESS AND ITS RELATIONSHIP TO SUICIDE IN THE ELDERLY: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: The elderly population has grown a lot in recent years, thanks to medical and technological advances that have provided an improvement in quality of life, but not all elderly people benefit from these improvements. Aging is a social phenomenon, culturally affected and the way in which the individual and society see the elderly directly reflected in the acceptance or rejection of their condition as an elderly person, contributing to the triggering factors of suicidal ideation disorders. This review aims to: analyze studies that deal with the aging process and its relationship with suicide in the elderly. The search for information from articles was performed using terms registered in the DeCS (Descriptors in Health Sciences) such as: aging, suicide, depression and in the MeSH (Medical Subject Headings): elderly, suicide, depression. The database used is for searching articles for SciELO. Included were: full articles, in Portuguese and English, published between 2008 and 2019. The results show that among the main factors that can cause the suicide of the elderly are serious illnesses such as depression, decreased income, relevant losses such as mourning, change in social status and exclusion from the labor market or social/family life. It was concluded that the aging process is approved as a dynamic, progressive and irreversible process, closely linked to biological, psychological and social factors. The elderly person is usually the most affected by illnesses and negative businesses and low self-esteem, the fragility of the body can awaken or aggravate existing psychological disorders. Idle free time in retirement, social isolation, loneliness, distance or little contact with the family are also among the motivations for suicide in the elderly.
KEYWORDS: Aging, Suicide, Elderly.

1 I INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento é marcado por profundas mudanças biológicas e comportamentais, que podem ou não estar acompanhados de doenças, limitações para o desempenho de atividades cotidianas ou incapacidades definitivas. É nessa fase da vida em que a pessoa idosa necessita de apoio familiar e social, uma vez que o idoso passa a ser julgado como incapaz e perde o respeito construído ao longo de sua vida (VALER *et al*., 2015).

A velhice sofre influência de diversos fatores, como os padrões culturais e econômicos. A forma como as pessoas percebem e se referem ao envelhecimento, mostra que os estereótipos e preconceitos estão fortemente ligados à imagem do idoso na sociedade. Dessa forma, a relação da velhice com pontos negativos, como doenças e perdas, pode afetar psicologicamente e emocionalmente a pessoa idosa de forma severa (VERA *et al*., 2015).

Dados revelam que a população acima dos 60 anos é a que mais cresce no Brasil e o suicídio entre pessoas idosas constitui um grave problema para a sociedade. Estudos mostram maior ocorrência em idosos do sexo masculino e as principais causas estão relacionadas com a depressão, aposentadoria, conflitos familiares e afastamento do mercado de trabalho. Assim, é fundamental uma melhor abordagem do envelhecimento, de forma geral, priorizando um atendimento cuidadoso e satisfatório (PINTO *et al.*, 2017).

Torna-se um problema de saúde pública pelo grande número de casos, pelo cruzamento das causas que se relacionam, requerendo tanto da sociedade como do estado maior participação para discussão do tema, em uma abordagem que não minimize a gravidade do problema.

O suicídio leva a muitos questionamentos, mas uma coisa é certa: ninguém quer deixar de viver, pois o suicida não quer acabar com a própria vida, ele quer acabar com o sofrimento por não conseguir enxergar uma saída para a situação que está vivendo, a pessoa opta em um momento de extremo desespero por tirar a própria vida (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

Frente a essa problemática e a relevância do tema exposto, justifica-se a necessidade de buscar evidências que apontem quais os fatores associados ao comportamento suicida na pessoa idosa, no intuito de condensar e disseminar conhecimento produzido a respeito da temática abordada e auxiliar na melhoria de atenção ofertada a esses indivíduos. A presente revisão tem como objetivo: avaliar estudos que versam sobre o processo do envelhecimento e sua relação com suicídio na pessoa idosa.

2 | METODOLOGIA

Este estudo foi efetivado a partir de uma pesquisa bibliográfica e integrativa. A busca pelas informações de artigos foi realizada a partir de termos cadastrados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) sendo estes: envelhecimento, suicídio, depressão e no MeSH (Medical Subjects Headings): *aged*, *suicide*, *depression*. Foram utilizados dados de órgãos governamentais a nível nacional e mundial como o Ministério da Saúde e a Organização Mundial da Saúde, foi utilizada a *The Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) como base de dado. Foram incluídos: artigos completos, nas línguas portuguesa e inglesa, publicados entre 2008 e 2019.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 18 artigos no total e após a aplicação dos critérios de inclusão, restaram 16 artigos para a amostra final. Como critério de exclusão foram vistos artigos publicados nas bases de dados e que não faziam parte dos critérios de inclusão já especificados.

AUTOR	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	INSTITUIÇÃO	ANO
ALMEIDA, F. M. DE.	O suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade.	Pesquisa bibliográfica	Aurora	2018
BOTEGA, N. J.	Comportamento suicida: epidemiologia.	Pesquisa bibliográfica	Psicologia USP	2014
CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. DE S.; MANGAS, R. M. DO N.	Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos.	Pesquisa de campo	Ciência e Saúde Coletiva	2013
CHEN, S. *et al*.	Depression care management for late-life depression in China primary care: Protocol for a randomized controlled trial	Pesquisa de campo	Trials	2011
FECHINE, B. R. A.; TRIMPIERI, N.	O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos.	Pesquisa bibliográfica	Inter Science Place	2012
FIGUEIREDO, A. E. B. *et al*.	É possível superar ideações e tentativas de suicídio? Um estudo sobre idosos.	Pesquisa bibliográfica	Ciência e Saúde Coletiva	2015
LEÃO, A. M. *et al*.	Prevalência e Fatores Associados à Depressão e Ansiedade entre Estudantes Universitários da Área da Saúde de um Grande Centro Urbano do Nordeste do Brasil.	Pesquisa de campo	Revista Brasileira de Educação Médica	2018
MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. DA C. G.; SILVA, A. L. A. DA.	O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras.	Pesquisa bibliográfica	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	2016
MORAES, E. N. DE; MORAES, F. L. DE; LIMA, S. DE P. P.	Características biológicas e psicológicas do envelhecimento	Pesquisa bibliográfica	Rev Med Minas Gerais	2010
PINTO, A. P. *et al*.	Suicídio em idosos no Brasil: uma revisão integrativa.	Pesquisa bibliográfica	Revista Univap	2017
RIBEIRO, M. S. *et al*.	Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa.	Pesquisa bibliográfica	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	2017
SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q.	O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.	Pesquisa bibliográfica	Estudos de Psicologia (Campinas)	2008

VALER, D. B. *et al*.	O significado de envelhecimento saudável para pessoas idosas vinculadas a grupos educativos.	Pesquisa bibliográfica	Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia	2015
VAN DER FELTZ-CORNELIS, C. M. *et al*.	Best Practice Elements of Multilevel Suicide Prevention Strategies.	Pesquisa bibliográfica	Crisis	2011
VARES, S. F. DE.	O problema do suicídio em Émile Durkheim.	Pesquisa bibliográfica	Revista do Instituto de Ciências Humanas	2017
VERA, M. L. DE M. *et al*.	Processo de envelhecimento: um olhar do idoso.	Pesquisa bibliográfica	Revista Interdisciplinar	2015

Tabela 1: Informações sobre os artigos usados para amostra final.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

3.1 Alterações no processo de envelhecimento

A sociedade tem sofrido modificações ao longo de sua construção, o que impacta diretamente a vida da população, ao passo que alterações na mesma também atingem a sociedade. Visto que suas demandas são pensadas conforme o perfil populacional, seja ele gênero, idade etc., é preciso considerar que este mudou, cabendo à sociedade conhecê-lo e adequar-se.

Entre os determinantes que contribuíram para o considerável crescimento da população de idosos está a combinação dos avanços tecnológicos e da medicina, saneamento básico, urbanização, processo de industrialização e mudança nos hábitos da sociedade e melhores condições de vida, bem como a diminuição da mortalidade infantil e das taxas de natalidade, alterando assim a estrutura etária da população, de acordo com Miranda, Mendes e Silva (2016).

No âmbito mundial, a população idosa aumenta significativamente, mas nos países considerados em desenvolvimento o suporte ofertado em condições de qualidade de vida para essa faixa etária da população não cresceu com a mesma velocidade e não se distribuiu de forma igualitária entre a parcela idosa da população.

Segundo o Art. 1º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (BRASIL, 2003), a definição de pessoa idosa é aquela com idade superior a 60 anos de idade. O envelhecimento é um fenômeno que atinge todos os seres humanos, independentemente, sendo caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais (FECHINE; TROMPIERE, 2012).

Apesar de ser um processo natural, irreversível e comum a todas as pessoas, a longevidade tem problemas característicos dessa etapa da vida, entraves que vão desde as mudanças físicas e psicológicas a sociais, como mostram os autores citados acima, mas também acompanhadas pelo amadurecimento, modificação dos valores e objetivos de vida.

Os significados de velhice e envelhecimento conectam-se com os tipos de envelhecimento, presenciados em três esferas de idade, a biológica, a social e a psicológica. Idade Biológica - está ligada ao envelhecimento orgânico. Cada órgão sofre modificações que diminuem o seu funcionamento durante a vida e a capacidade de autorregulação torna-se também menos eficaz; idade social - refere-se ao papel, aos estatutos e aos hábitos da pessoa, relativamente aos outros membros da sociedade. Esta idade é fortemente determinada pela cultura e pela história de um país. idade psicológica - relaciona-se com as competências comportamentais que a pessoa pode mobilizar em resposta às mudanças do ambiente; inclui a inteligência, memória e motivação (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Conforme salientam Moraes, E, Moraes F, Lima (2010) "O envelhecimento social consiste na consequência ou nos efeitos da passagem do tempo no organismo (envelhecimento somático) e psiquismo (envelhecimento psíquico) ". Todas as dimensões são importantes como igual, ao tempo que são coadjuvantes para manter a estabilidade somática e psíquica, essenciais para o homem cumprir o seu objetivo, que é ser feliz.

Com base nessa definição e nas diferenciações das esferas de idades, nota-se primeiramente que envelhecimento é também cria da sociedade em que o indivíduo está inserido, ou seja, além dos fatores biológicos, passagem natural do tempo, capacidade psicológica, o meio e suas condições influenciam no processo de envelhecimento.

3.1.1 O impacto das perdas na terceira idade

O envelhecimento é algo comum a todos e natural continuação da vida. Entretanto, a sociedade não olha com o devido peso a situação social do idoso, pois nota-se que a realidade de grande parte da população idosa é marcada por sofrimento em decorrência dos estereótipos da velhice. Os cuidados requeridos pelos idosos são específicos e direcionados às peculiaridades decorrentes do processo do envelhecimento, mas buscando por meio disso segregá-los da sociedade.

A forma de entender e vivenciar o envelhecimento depende do contexto histórico, dos valores e do lugar que o idoso ocupa na pirâmide social, pois todo conceito é uma construção social. No cenário atual de globalização e suas tecnologias, onde os processos ocorrem de forma tão acelerada e tudo se torna rapidamente obsoleto, o idoso encontra pouco espaço, resultando em dificuldade de autoaceitação e até mesmo de rejeição, por parte da pessoa idosa sobre seu próprio envelhecimento.

A partir de uma nova visão, fixada na autonomia, em atividades e na plena participação das pessoas idosas na sociedade, tal conceito permite a configuração de uma imagem positiva do idoso, que se contrapõe à visão tradicional que naturaliza a relação entre envelhecimento e apatia, decadência, isolamento ou doença, explana Batista (2008).

Quando se trata das perdas, mortes simbólicas, vivenciadas por pessoas idosas em virtude do processo natural do envelhecimento, algumas estratégias de enfrentamento são

utilizadas para lidar com essas perdas e com o conceito do término de ciclos.

> As principais estratégias de enfrentamento foram: luto antecipado, desejo de morrer, isolamento, submissão, negociação, aceitação, acomodação, procura por suporte social, procura por conforto espiritual e viver o momento [...]O enfrentamento, no modelo de Lazarus e Folkman, é definido como as ações e estratégias cognitivas e comportamentais utilizadas frente a situações estressantes provenientes de demandas internas ou externas, que são percebidas como sobrecarga aos recursos pessoais do indivíduo (RIBEIRO *et al.*, 2017).

Essas perdas no envelhecimento como o luto, perda de funções como visão e audição, representam um importante marco, uma transição. A forma como são assimiladas a tornam mais fáceis ou mais difíceis, alterando a maneira de ver o mundo e a identidade do indivíduo.

As perdas, principalmente o luto, encontram grande dificuldade de superação, pois dizem respeito às expectativas, motivações, histórias de vida das pessoas e seus desejos. O despreparo das pessoas em lidar com a morte dificulta a vida, já que as duas são condições inerentes à existência do ser humano. A não aceitação de perdas e situações tristes pode inclusive desencadear ou agravar problemas psicológicos.

As limitações causadas por doenças típicas do processo de envelhecimento prejudicam a independência e autonomia do idoso para desenvolver determinadas atividades. Portanto, torna-se necessário o estímulo para que o idoso organize seu tempo, busque realizar projetos de vida com criatividade que lhe deem propósitos, evitando o tempo ocioso e o isolamento que só perpetua tais vulnerabilidades.

3.2 Fatores de risco para suicídio na terceira idade

Um tema considerado polêmico e por isso pouco abordado, o suicídio se faz presente em todas as sociedades e em todos os tempos históricos, mesmo assim, a vulnerabilidade emocional da pessoa suicida é muitas vezes negligenciada. O suicídio é definido como "todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria esse resultado" (VARES, 2017).

Como cada ato dos indivíduos baseia-se não só em suas características pessoais, mas também em suas experiências, aprendizados em sociedade e nas expectativas que ambos estabelecem para com o outro, tem-se o suicídio como um fator social.

Segundo dados atualizados do Ministério da Saúde (2018), disponíveis em seu portal na internet, o número de registro de mortes por suicídio cresceu bastante no Brasil nos últimos anos.

> Entre 2007 e 2016, foram registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) 106.374 óbitos por suicídio. Em 2016, a taxa chegou a 5,8 por 100 mil habitantes, com a notificação de 11.433 mortes por essa causa. [...] nos últimos onze anos, dos 470.913 registros de intoxicação exógena, 46,7% (220.045) foram devido à tentativa de suicídio. Em 2017, o número registrado foi cinco vezes maior do que 2007, saiu de 7.735 para 36.279

> notificações. O Sudeste concentrou quase metade (49%) das notificações seguido da região Sul, que concentra cerca de 25%. O Norte foi o que teve os menores índices, em torno de 2% (BRASIL, 2018).

A existência de pesquisas sobre o tema e divulgação desses dados propicia a observação das áreas em que a saúde pública deve agir frente ao panorama do suicídio no país. Os índices de suicídio têm aumentado no Brasil, indo de encontro ao decréscimo observado na maioria dos países nos últimos 10 anos. Por ser populoso, o Brasil ocupa o oitavo lugar entre os países que têm os maiores números de mortes por suicídio, sendo este ainda um tema que não despertou do Estado interesse ativo para reverter o quadro.

O suicídio também continua sendo um problema sério em países de alta renda. No entanto, 79% de todos os suicídios ocorrem em países de baixa e média renda, como o Brasil, que detém a maior parte da carga global de suicídio (WHO, 2018). Embora em países de alta renda três vezes mais homens morrem por suicídio do que mulheres, a razão entre homens e mulheres para suicídio é maior mesmo em países de renda baixa e média, com 1,6 homens para cada mulher. As taxas de suicídio para homens e mulheres são menores em pessoas com menos de 15 anos de idade e maiores em pessoas com 70 anos ou mais em quase todas as regiões do mundo. Em algumas regiões, as taxas de suicídio aumentam constantemente com a idade, enquanto em outras há um pico nas taxas de suicídio em jovens. Em países de renda baixa e média, jovens e mulheres idosas têm taxas de suicídio muito mais altas do que suas contrapartes em países de alta renda, enquanto homens de meia-idade em países de alta renda têm taxas de suicídio muito mais altas do que aquelas de baixa e média renda (WHO, 2014).

Os principais meios utilizados, são enforcamento, com 47%, armas de fogo, 19%, e envenenamento, representando 14%. Entre a população masculina predomina enforcamento, 58%, seguido de arma de fogo, 17% e envenenamento por pesticidas, 5%. Entre a parcela feminina da população, os meios de suicídio mais comuns são enforcamento, 49%, seguido de fumaça/fogo, 9%, precipitação de altura 6%, arma de fogo, 6% e envenenamento por pesticidas, 5%.

Enquanto as tentativas e os suicídios são notificados e representam estatísticas, passam por atendimento médico e geram comoção na comunidade, as ideações suicidas são mais difíceis de serem identificadas, sendo elas o ponto principal para prevenção do suicídio. É necessário conhecer a causa do problema para desenvolver ações de tratamento adequadas e eficazes.

Uma pessoa com depressão sente forte e constante sensação de desespero e falta de esperança, podendo ocorrer episódios em várias fases durante toda a vida. O recolhimento, afastamento social, mudanças bruscas de hábitos, tristeza profunda, apatia, são alguns dos sinais que o suicida apresenta. Bem parecidos com sintomas da depressão, por exemplo, e não devem ser ignorados ou menosprezados. É comum associar o estado de tristeza e apatia à depressão (CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2013).

Émile Durkheim aborda a categorização dos três tipos de suicídio, baseada em suas motivações e particularidades, sendo eles o egoísta, o altruísta e o anômico. O egoísta está diretamente ligado ao relacionamento do indivíduo com a sociedade e seus grupos de convivência, quando este é abalado, a pessoa pode ser induzida ao suicídio (ALMEIDA, 2018). O altruísta é o contrário do tipo anterior, o indivíduo funde-se ao grupo de tal forma que motivado por forte desejo de cumprimento do dever social, o qual quando não realizado é punido com desonra, acaba por suicidar-se, tem-se como exemplo mártires religiosos. O último tipo, o suicídio anômico, é resultante da súbita quebra do equilíbrio social, como quando ocorre uma crise financeira grave, deixando as pessoas vulneráveis psicológica e emocionalmente (VARES, 2017).

A pessoa idosa é geralmente a mais atingida por essas doenças e por esses sentimentos negativos e de baixa autoestima, a fragilidade do corpo pode despertar ou agravar transtornos psicológicos já existentes. O tempo livre ocioso na aposentadoria, isolamento social, solidão, distância ou pouco contato com a família também estão entre as motivações do suicídio em idosos (CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2013).

3.2.1 Depressão e a pessoa idosa

A depressão é uma doença psiquiátrica, considerada um transtorno multifatorial que afeta a qualidade de vida do indivíduo. Em muitos casos, quando afeta a pessoa idosa não é diagnosticada, sendo agravada pela falta de tratamento, podendo levar a pessoa ao suicídio (LEÃO *et al*., 2018). Na terceira idade é um relevante problema de saúde pública, visto que traz consequências devastadoras e por muitas vezes irreversíveis. Está relacionada com o aumento do risco de morbidade, redução no funcionamento cognitivo, físico e social, aumento no risco de suicídio, além da diminuição no autocuidado. Todos estes fatores estão relacionados com o aumento da mortalidade no idoso depressivo (CHEN *et al*., 2011).

Os fatores desencadeadores da depressão mais comuns na pessoa idosa são os biológicos, genéticos, doenças graves, medicações, diminuição de renda, perdas significativas como luto e a modificação no status social. A depressão também pode estar associada a outros transtornos, como a ansiedade, pois os transtornos de humor acabam sendo mais comuns em idosos (CAVALCANTE; MINAYO; MANGAS, 2013).

3.2.2 Estratégias de prevenção do suicídio na pessoa idosa

A detecção e o tratamento dos transtornos psicológicos para pessoas em situação de risco enquanto unidades psiquiátricas-psicológicas são uma maneira de prevenir o suicídio. No caso da pessoa idosa, por exemplo, em consultas de rotina com o médico clínico geral também é preciso realizar essa detecção para que seja encaminhado ao procedimento clínico necessário. A família e as pessoas mais próximas também devem

auxiliar ao observar o comportamento do idoso, podendo intervir a tempo (FIGUEIREDO *et al.*, 2015).

Algumas estratégias que poderiam prevenir o suicídio são: treinamentos com médicos de clínica geral para aprimorar seus conhecimentos e habilidades na identificação e gerenciamento de riscos de suicídio (ABP, 2014). Campanhas de conscientização pública e cooperação com a mídia local para melhorar as atitudes do público em relação à depressão e facilitar a busca de ajuda, neste item identificou-se que o suicídio não é o foco principal devido a possíveis efeitos contrários. Sessões de treinamento para porteiros, multiplicadores e facilitadores comunitários na detecção de depressão e riscos de suicídio, pois os facilitadores comunitários podem desempenhar papéis fundamentais na detecção precoce em diferentes populações-alvo e atuam como multiplicadores na divulgação de conhecimentos sobre a depressão e os riscos de suicídio.

Sendo assim, agem como divulgadores de informações: professores, sacerdotes, prestadores de cuidados geriátricos, jornalistas, farmacêuticos e policiais, bem como linhas telefônicas, empresas, serviços sociais, empresários e trabalhadores juvenis. Serviços e atividades de autoajuda para grupos de alto risco para facilitar o acesso a ajuda profissional. Restrição do acesso a possíveis meios letais para o suicídio: documentação nacional de meios disponíveis e comunicação aos formuladores de políticas, além de melhoria do acesso aos cuidados (VAN DER FELTZ-CORNELIS, 2011).

4 | CONCLUSÃO

Concluiu-se que o processo de envelhecimento é um fenômeno que atinge todos os seres humanos, independentemente, sendo caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais. Um tema considerado polêmico e por isso pouco abordado, o suicídio se faz presente em todas as sociedades e em todos os tempos históricos, mesmo assim, a vulnerabilidade emocional da pessoa suicida é muitas vezes negligenciada.

Em relação à pessoa idosa, esta é geralmente a mais atingida por doenças e por sentimentos negativos e de baixa autoestima, a fragilidade do corpo pode despertar ou agravar transtornos psicológicos já existentes. O tempo livre ocioso na aposentadoria, isolamento social, solidão, distância ou pouco contato com a família também estão entre as motivações do suicídio em idosos. Com isso, tem-se como meios de prevenção a sensibilização pública quanto a divulgação de fatores de risco e proteção ao suicídio, além de melhorar as atitudes do público em relação à depressão e ao suicídio, facilitando a busca de ajuda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. M. DE. O suicídio: contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. **Aurora**, v. 11, n. 1, p. 119–138, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Comportamento suicida: conhecer para prevenir.** 2009. Disponível em<https://www.abp.org.br/manual-de-imprensa>. Acesso em 02 nov. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio informando para prevenir.** 2014. Disponível em <https://www.abp.org.br/cartilha-combate-suicidio> Acesso em 02 nov. 2018.

BATISTA, A. S. *et al*. **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28).

BOTEGA, N. J. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicologia USP**, v. 25, n. 3, p. 231–236, dez. 2014.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Brasília, DF, jan 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Novos dados reforçam a importância da prevenção do suicídio.** 2018. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44404-novos-dados-reforcam-a-importancia-da-prevencao-do-suicidio>. Acesso em: 29 out. 2018.

CAVALCANTE, F. G.; MINAYO, M. C. DE S.; MANGAS, R. M. DO N. Diferentes faces da depressão no suicídio em idosos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2985–2994, out. 2013.

CHEN, S. *et al*. Depression care management for late-life depression in China primary care: Protocol for a randomized controlled trial. **Trials**, v. 12, n. 1, p. 121, 13 dez. 2011.

FECHINE, B. R. A.; TRIMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **Inter Science Place**, v. 1, n. 20, p. 106–132, 13 fev. 2012.

FIGUEIREDO, A. E. B. *et al*. É possível superar ideações e tentativas de suicídio? Um estudo sobre idosos. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1711–1719, jun. 2015.

LEÃO, A. M. *et al*. Prevalência e Fatores Associados à Depressão e Ansiedade entre Estudantes Universitários da Área da Saúde de um Grande Centro Urbano do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 55–65, dez. 2018.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. DA C. G.; SILVA, A. L. A. DA. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507–519, jun. 2016.

MORAES, E. N. DE; MORAES, F. L. DE; LIMA, S. DE P. P. Características biológicas e psicológicas do envelhecimento. **Rev Med Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 67–73, 2010.

PINTO, A. P. *et al*. Suicídio em idosos no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Univap**, v. 22, n. 40, p. 849, 2 maio 2017.

RIBEIRO, M. S. *et al*. Estratégias de enfrentamento de idosos frente ao envelhecimento e à morte: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 20, n. 6, p. 869–877, dez. 2017.

SCHNEIDER, R. H.; IRIGARAY, T. Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 4, p. 585–593, dez. 2008.

VALER, D. B. *et al*. O significado de envelhecimento saudável para pessoas idosas vinculadas a grupos educativos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 18, n. 4, p. 809–819, dez. 2015.

VAN DER FELTZ-CORNELIS, C. M. *et al*. Best Practice Elements of Multilevel Suicide Prevention Strategies. **Crisis**, v. 32, n. 6, p. 319–333, nov. 2011.

VARES, S. F. DE. O problema do suicídio em Émile Durkheim. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 18, p. 13–36, 2017.

VERA, M. L. DE M. *et al*. Processo de envelhecimento: um olhar do idoso. **Revista Interdisciplinar**, v. 8, n. 2, p. 113–122, 31 ago. 2015.

WHO. **Suicide prevention**. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/en/>. Acesso em: 30 maio. 2019.

CAPÍTULO 10

O TRABALHO EDUCATIVO DO SERVIÇO SOCIAL EM UMA UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 17/06/2021

Alzira Tereza Garcia Lobato
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Faculdade de Serviço Social
Rio de Janeiro
http://lattes.cnpq.br/8414895060256604

Carla Virginia Urich Lobato
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ)
Rio de Janeiro
http://lattes.cnpq.br/0604614752179565

RESUMO: O trabalho educativo do Serviço Social com idosos de um programa de universidade de terceira idade envolve estudantes da universidade, através de proposta de cursos, oficinas e workshops contribuindo para a socialização de informações e capacitação nas questões do envelhecimento, políticas e direitos dos idosos, estimulando a participação social e o engajamento na luta por uma velhice digna.
PALAVRAS-CHAVE: Trabalho educativo, Serviço Social, idosos, universidade de terceira idade.

THE EDUCATIONAL WORK OF SOCIAL WORK IN AN UNIVERSITY OF THIRD AGE

ABSTRACT: The educational work of the Social Work with seniors of a senior university program involves university students, through courses, workshops and workshops, contributing to the socialization of information and training in the issues of aging, policies and rights of the elderly, stimulating social participation and engagement in the struggle for a dignified old age.
KEYWORDS: Educational work, Social Work, seniors, university of the third age.

1 I INTRODUÇÃO

De modo geral, os estudos sobre envelhecimento estão ancorados no fenômeno da transição demográfica que ocorre, a partir do século XX, em escala mundial. Para Lobato (2018) a longevidade da população ocorre de forma diferenciada para os países desenvolvidos e em desenvolvimento, identificados desse modo, nos estudos da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial de Saúde.

Assim, nos países desenvolvidos, que são os primeiros a vivenciar o envelhecimento no mundo, verifica-se que este ocorreu num processo lento e acompanhado das melhorias nas condições de vida e do desenvolvimento do Welfare State, ou Estado de Bem - Estar Social, em sua fase plena, ou seja, nos chamados *Trinta Anos Gloriosos*, do último pós-guerra. Porém, na atualidade, esses países, majoritariamente capitalistas, segundo as análises de Netto (2007) apresentam tanto a desigualdade social como a pobreza, como constituintes das formações do modo de produção capitalista.

Assim, vem enfrentando dificuldades em suas economias, em decorrência das crises cíclicas do capitalismo, como a crise globalizada de 2008. Nesse sentido, tem havido cortes nos gastos sociais significativos, tendo em vista a dominância do modelo neoliberal, que, de modo geral e simples, preconiza o Estado mínimo, reduzindo os recursos para os sistemas de proteção social, como forma de atender às recomendações dos órgãos internacionais, como o Banco Mundial que controlam a economia em nível planetário.

Neste sentido, temos notícias de que alguns desses países capitalistas desenvolvidos têm realizado reformas, que priorizam os cortes de gastos com aposentadorias e pensões. Pela mídia, acompanhamos o caso emblemático da Grécia, que no bojo da crise econômica, fez cortes nas aposentadorias dos trabalhadores e ainda se encontra em recuperação do ajuste fiscal que penalizou de modo substancial, principalmente, os velhos trabalhadores aposentados. Muitos solucionaram esta situação cometendo suicídio enfrente ao Parlamento.

Percebemos, de modo geral, que na medida em que o envelhecimento, nesses países, avança, numericamente e, com a queda no índice de natalidade, chega um momento em que as populações têm índice quase zero de crescimento, o que reflete na diminuição da população economicamente ativa. Nesse momento, os velhos trabalhadores, com sua força de trabalho desgastada e desvalorizada pelo tempo do capital, começam a pesar na balança. Observa-se, paralelamente, nesse contexto, o aumento do índice de desemprego associado às normas de flexibilização das relações trabalhistas que ampliam o trabalho precarizado, muitas vezes sem a cobertura de direitos no âmbito das políticas de seguridade social. Esses elementos têm sido responsáveis pela diminuição da receita que sustenta esses sistemas.

Nos países em desenvolvimento, capitalistas periféricos, o envelhecimento vem se dando de modo intenso e acelerado, também decorrente de melhorias nas condições de vida mas acompanhado de um Estado de Bem – Estar Social frágil pois, na maioria desses países verificamos que o sistema de proteção social voltado para os idosos, quando existe, é muito pouco implementado, o que destina a um grande contingente de velhos, viver em precárias condições de vida, com baixas aposentadorias e pensões e, para os mais pobres, baixos benefícios sociais, provenientes dos programas de transferência de renda ou de renda mínima.

No caso do Brasil, presenciamos também, um envelhecimento acelerado, num contexto de desigualdades sociais e pauperismo. Porém, quando nos reportamos ao nosso sistema de proteção social vamos perceber que, em comparação a muitos países da América Latina, estamos em melhores condições. Temos um sistema de aposentadorias e pensões que foi criado em atendimento às lutas dos trabalhadores organizados em diferentes profissões, que hoje se encontra descapitalizado e sendo ameaçado por propostas que avançam na desconstrução das conquistas dos trabalhadores brasileiros. Importante ressaltar que, desde meados da década de 1970, tem-se um benefício para

idosos pobres, chamado de Renda Mensal Vitalícia, concedido aos 70 anos de idade, fator de corte para a maioria dos idosos, pois nessa década, ainda não tínhamos uma alta expectativa de vida. Atualmente, no âmbito da assistência social, os idosos podem requerer, a partir de 65 anos, o Benefício da Prestação Continuada (BPC), no valor de um salário – mínimo. Ressalta-se que, na maioria dos casos, esse baixo valor do benefício, tem ajudado os idosos a sustentarem suas pobres famílias. Em relação aos trabalhadores rurais idosos, recebem também, um benefício de um salário-mínimo.

Teixeira (2008, p.40) analisando o envelhecimento e o trabalho na sociedade capitalista explicita que é na velhice que se evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais sendo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social o que

> por um lado remete à reconstrução dos processos materiais de existência sob a lógica do capital, que constituem seus determinantes fundamentais [e por outro] remete às lutas sociais de resistência que são o fundamento principal do rompimento dessa problemática no âmbito privado [...] e ascensão ao domínio público, como prioridade de políticas públicas, logo, da reprodução social sob responsabilidade dos fundos públicos (TEIXEIRA, 2008, p. 43).

No que tange às políticas para idosos no Brasil, Lobato (2010) esclarece que foram criadas ao longo da década de 1990, num contexto de hegemonia do ideário neoliberal, em que se verifica a retirada de direitos e ausência de financiamento público para as políticas sociais, o que tem gerado altas taxas de desemprego, expandindo o trabalho precário, informal, retirando dos trabalhadores as conquistas de direitos trabalhistas, como as aposentadorias.

Behring e Boschetti (2008) analisando as políticas sociais no contexto de hegemonia neoliberal afirmam que os direitos sociais têm sido relegados e as políticas sociais são transformadas em ações pontuais e compensatórias.

Para Lobato (2018), apesar desse quadro desfavorável, desde a Constituição Brasileira de 1988, verificamos a garantia de direitos para os idosos, tendo em vista o Artigo 230 que atribui a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado no amparo à população idosa tendo o dever de assegurar a participação na comunidade e o direito à vida. A Política Nacional do Idoso aprovada em 1994 e o Estatuto do Idoso sancionado em 2003, tendo como objetivo a integração social e a participação social dos idosos vieram ampliar e regulamentar os direitos dos idosos afirmados na Constituição, mas ainda não realizaram seus objetivos completamente e assim nos deparamos com as dificuldades orçamentárias e precariedade dessas políticas que dificultam a implementação dos direitos sociais dos idosos.

Os programas de universidade de terceira idade no Brasil são referenciados nas políticas para idosos como propostas de educação permanente, desenvolvidos no âmbito das universidades públicas e privadas, contribuindo para o desenvolvimento da sociabilidade

e o acesso a conhecimentos que viabilizem a participação do idoso na sociedade.

Este trabalho objetiva refletir sobre a experiência do Serviço Social com alunos idosos de um programa de universidade de terceira idade, localizado no âmbito de uma universidade pública de importância nacional e latino-americana, conhecido como Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATi/UERJ).

2 I O SERVIÇO SOCIAL E OS PROGRAMAS DE UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE NO BRASIL

No que diz respeito ao desenvolvimento de programas educativos para idosos nas universidades, no âmbito específico da extensão universitária, Nunes (2001) enfatiza a implementação de programas de universidade de terceira idade, assim denominados, por influência daqueles desenvolvidos nas universidades francesas. De acordo com a autora, a primeira Université du Troisième Âge (UTA) voltada para o ensino e a pesquisa e tendo preocupações com as questões de saúde física, mental e social dos idosos, foi fundada no ano de 1973, por Pierre Vellas, na cidade de Toulouse, na França.

Na década de 1980 encontramos no interior das universidades brasileiras, Núcleos de Estudo sobre o Envelhecimento que, segundo Lobato (2011, p. 48,) deram importante contribuição para o aprofundamento dessa temática. Com a proposta de desenvolver atividades com idosos, voltadas para: o ensino, a saúde e o lazer e também, de realizar pesquisas, tem-se, no ano de 1982, a criação do Núcleo de Estudos de Terceira Idade (NETI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que contou com a participação de docentes da Faculdade de Serviço Social. Esse trabalho tem como destaque a formação de técnicos e voluntários da área gerontológica, contribuindo com as prefeituras na implantação e implementação de programas voltados para os idosos. Outro núcleo que surge no ano de 1982, é conhecido como Núcleo Integrado de Estudos e Apoio à Terceira Idade (Nieati) da Universidade Federal de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde merece destaque, pelo caráter pioneiro, o projeto “Aluno Especial II”, que oferece vagas para alunos idosos em algumas disciplinas dos cursos regulares da graduação daquela universidade.

Em agosto de 1990, merece destaque a iniciativa da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC – Campinas) que implantou a Universidade de Terceira Idade, contando com a assessoria do Professor Paulo Freire, na discussão de sua proposta pedagógica, de extensão universitária e de educação permanente, concebida como um direito do cidadão idoso na busca da liberdade e da democracia. (SÁ,1998).

No Rio de Janeiro, os programas de universidade de terceira idade, presentes em maioria, nas universidades privadas, tem na criação da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ), em agosto de 1993,

a primeira iniciativa de caráter público. Outro programa educativo para idosos vem se desenvolvendo na Universidade Federal Fluminense, contando com a participação da Faculdade de Serviço Social, desenvolvendo projetos de extensão e pesquisa, desde a sua criação, em 1995.

Traçando um breve perfil dos idosos que frequentam as universidades de terceira idade, Lobato (2010) observa que, de modo geral, esses programas têm mobilizado mais as mulheres idosas do que os homens, que raramente ultrapassam 20% dos alunos. Como não há exigência de nível de escolaridade, são encontrados alunos idosos com poucos anos de estudo, ou seja, com o primeiro grau incompleto, outros com nível médio de escolaridade e poucos com o nível superior. Os homens costumam ser mais escolarizados que as mulheres. Quanto à renda, verifica-se uma variação de 1 a 10 salários-mínimos, sendo que, em média, muitos idosos têm renda variando entre 1 e 3 salários-mínimos. Os idosos costumam relatar que vivem de suas aposentadorias e/ou pensões e que muitos ainda contribuem para o sustento de suas famílias, tendo em vista o desemprego dos filhos e situações de divórcio que, muitas vezes, determinam o retorno dos filhos à casa dos pais idosos. As atividades que mais mobilizam os alunos têm sido as artístico-culturais, mas o interesse pelas políticas do idoso e o conhecimento dos direitos tem tido o seu espaço. Outro aspecto observado pela autora diz respeito à possibilidade de trocas geracionais, principalmente com os jovens alunos da universidade, que participam desses programas como estagiários ou bolsistas de extensão, provenientes de diferentes cursos da universidade.

Observa-se que os programas de universidade de terceira idade têm tido a participação de professores e profissionais de várias áreas. O Serviço Social participa desses programas desde sua criação, nos anos de 1990, seja através da gestão, ou ainda, contando com os assistentes sociais no atendimento aos idosos, através de práticas educativas. Segundo Nunes (2001), essas atividades objetivam potencializar a participação social dos idosos na sociedade e a luta pela garantia de direitos, tendo em vista a existência de políticas sociais voltadas para este segmento que não são implementadas.

3 I A PROPOSTA EDUCATIVA DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE TERCEIRA IDADE PESQUISADA

De acordo com Nunes (2001) o objetivo geral da UnATI/UERJ é contribuir para a melhoria dos níveis de saúde física, mental e social das pessoas idosas acima de 60 anos. Para a autora, a partir dessa intenção, percebe-se que a saúde se destaca, nesse programa, que desde sua origem, tem forte influência do saber da medicina. Ao mesmo tempo, a saúde é percebida em sua concepção ampliada, ou seja, tem relação com as condições de vida dos idosos.

O programa funciona num campus universitário que possibilita aos idosos o constante contato com os jovens alunos da universidade que no surgimento do programa

ficavam curiosos com aquelas cabeças grisalhas que encontravam no hall dos elevadores. Muitos tinham a curiosidade de ver para onde os idosos estavam indo e acabavam conhecendo a universidade de terceira idade.

Na realização da primeira pesquisa de perfil do idoso do programa criado em 1993, sob a coordenação de docente de Serviço Social e com a participação de alunos da graduação, obteve-se o seguinte resultado: as mulheres idosas eram maioria entre os alunos (86%) e os homens idosos (14%) poucos frequentavam o programa. Este resultado, de acordo com Nunes (2001), corrobora com outros estudos de perfil realizados em universidades de terceira idade brasileiras.

De acordo com Lobato (2010), na perspectiva de elevação da qualidade de vida do idoso pretende-se no referido programa:

> Proporcionar um local qualificado como instituição de saúde púbica, de socioterapia e de serviços comunitários, além de pesquisas e ações gerontológicas; promover cursos para atualização de conhecimentos buscando a integração dos idosos à sociedade contemporânea; capacitar profissionais de várias áreas do conhecimento para o atendimento de problemas de pessoas idosas; assessorar órgãos governamentais e não governamentais na formulação de políticas específicas para o grupo etário de mais de 60 anos (LOBATO, 2010, p. 213)

Originariamente, o programa está estruturado como uma microuniversidade temática na área do envelhecimento, pois articula ações de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com seu organograma atual as grandes áreas são:

- Extensão: com a Coordenação de Projetos de Extensão e o Programa Voluntariado;
- Saúde: Ambulatórios e o Centro de Convivência (com a Coordenação Pedagógica e a Coordenação de Eventos Educativos e Socioculturais);
- Ensino: onde se encontra a Coordenação de Estágios de Graduação, Programa de Residência, Curso de Especialização em Geriatria e Gerontologia e Extensão;
- Centro de Documentação: que organiza as publicações do programa.

O Serviço Social atua no programa desde sua inauguração, sendo um dos pioneiros e realiza atividades com os idosos nos Ambulatórios e no Centro de Convivência. Na capacitação de estagiários e residentes, os assistentes sociais, desenvolvem atividades de ensino. A produção a respeito do trabalho do Serviço Social, pode ser encontrada em livros e revista lançados pelo programa.

As atividades desenvolvidas pelos idosos do Centro de Convivência, em maioria são de cursos livres. São 50 cursos oferecidos em temáticas de: atividades artísticas e culturais; educação e saúde; línguas estrangeiras; informática; atividades informativas como o curso de assessoria aos idosos nas questões de participação social e oficinas de

direitos sociais, sob a coordenação do Serviço Social. Além dos cursos livres, os idosos tem programação cultural, palestras, seminários, workshops abertod aos alunos idosos, estagiários e professores. Os cursos livres são ministrados por professores de diferentes formações e nem todos tem especialização em Geriatria e Gerontologia, embora alguns deles, tenham realizado cursos de especialização, mestrado e doutorado em suas áreas originárias problematizando temáticas pertinentes ao envelhecimento. No caso dos assistentes sociais, percebe-se que todos deram continuidade à formação, realizando especialização em Saúde, mestrado e doutorado em Serviço Social. Apenas um assistente social tem especialização em Gerontologia.

De acordo com Cuba (2015)

> Os idosos expressam um protagonismo na esfera pública desse programa, adquirindo novos conhecimentos e exercitando a dimensão política da amizade constituída com outras gerações. A Unati constitui espaço privilegiado para a construção de amizades instergeracionais, pois além do curso, insere em suas atividades professores e estagiários de várias gerações e funciona no espaço de uma universidade, tradicionalmente frequentada por jovens (CUBA, 2015, p. 9).

Em relação às atividades desenvolvidas com os idosos do Centro de Convivência, Lobato (2004) chama atenção para aquelas em grupo, pois propicia aos idosos aprendizado e capacitação para cuidar da saúde, exercitar a associação, desenvolver a sociabilidade, enquanto aprendem a ouvir uns aos outros, encontrando alternativas para os problemas discutidos junto com seus pares.

O trabalho educativo com idosos vem sendo desenvolvido pelo Serviço Social, há 28 anos, através de projeto de extensão vinculado às ações de ensino e pesquisa na área do envelhecimento e tem como participantes, majoritariamente, mulheres idosas, alunas do programa. O projeto de extensão também possibilita estágio curricular aos alunos da graduação de Serviço Social que são capacitados nas questões do envelhecimento no Brasil, desenvolvendo atividades e cursos livres para os idosos e produção de conhecimento nessa área, através da realização de trabalho de conclusão de curso. As atividades do projeto são as seguintes: curso de capacitação nas questões de participação social e cidadania na terceira idade, oficinas de direitos sociais e workshops sobre questões do envelhecimento e políticas sociais para os idosos.

O objetivo do curso é capacitar os idosos nas questões de participação social e cidadania na terceira idade, estimulando-os a frequentarem os espaços sócio-políticos da nossa sociedade que discutem os direitos sociais dos idosos, como estimular a participação nos espaços socioculturais no âmbito da universidade ou de nossa cidade. Ressaltamos que a ocupação dos espaços sócio-políticos de nossa sociedade, para idosos é uma das diretrizes da política social direcionada a esse seguimento.

Nunes (2001) problematizando a atuação do assistente social nos programas de universidade de terceira idade identifica que esses programas favorecem o exercício da

participação social dos idosos, na garantia do direito à educação. Também é explicitado que as propostas de trabalho do assistente social podem direcionar-se para potencializar o aprendizado dos alunos idosos na direção da luta pela garantia de direitos deste segmento.

A grupalização é utilizada como estratégia para que o idoso desenvolva a sociabilidade e o associativismo, e a socialização da informação como instrumento de conhecimento da realidade, tem sido privilegiada no encaminhamento da proposta do curso e das oficinas. Essa prática tem possibilitado o exercício de escuta do outro, como, também, a percepção de questões comuns à vivência com idosos e a reflexão dessas questões com vistas a uma ação participativa dos mesmos.

A assessoria na área do envelhecimento e seu desenvolvimento em programa de universidade de terceira idade se faz presente nas referidas atividades e podem ser explicitadas através da seguinte proposta de Lobato (2006):

> [...] é de fundamental importância para o Serviço Social, principalmente no viés da capacitação não só dos idosos, como dos profissionais envolvidos com esse trabalho, mas numa direção de construção e luta pela implementação das políticas públicas para este segmento, fortalecendo as práticas que desenvolvemos por dentro dos programas de terceira idade, articulando-as aquelas dos movimentos associativos e reivindicativos direcionados às questões do envelhecimento (LOBATO, 2006, p.301).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de políticas sociais de cunho neoliberal que vem levando uma grande parcela da população brasileira ao desemprego, à pobreza, ações que valorizem o sujeito idoso em nossa sociedade são fundamentais.

Nesse contexto é que, as universidades através de seus programas de extensão universitária voltados para os idosos, assume seu papel de garantir acesso à educação a essa parcela da população que envelhece, com poucas garantias de uma velhice digna.

O trabalho do Serviço Social com idosos do programa da UnATi/UERJ é reconhecido como espaço educativo e reflexivo de exercício da cidadania onde os idosos são instrumentalizados a lutarem pela garantia da efetivação de seus direitos sociais. A problematização de questões inerentes ao envelhecimento, a troca de experiências em grupo tem possibilitado a constituição de um olhar crítico dos idosos sobre a realidade social ampliando sua percepção de sujeitos nesse processo.

O envolvimento de estudantes de Serviço Social no projeto de extensão tem propiciado capacitação nas questões do envelhecimento e nas políticas para idosos. Além disso, as trocar intergeracionais contribuem para a reconstrução das representações sociais de idosos e jovens em nossa sociedade e potencializam a participação desses sujeitos na luta pela garantia de direitos.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2008.

CUBA, Conceição de Mara G. Braga. **Guarnicê e cidadania na amizade dos idosos cariocas e ludovicenses.** São Luis: Edufma, v. 201, 2015.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. **Programa de Ações de Participação Social e Cidadania com Idosos da UNATI/UERJ.** In: Revista Memorialidades. Ilhéus-Bahia: Editora da UESC, ano 8, n° 15, jan./jun., 2011, p. 35-61.

___________.**Considerações Sobre o Trabalho do Assistente Social na Área do Envelhecimento.** In:. FORTI, Valeria;- GUERRA, Yolanda (Org.)'. *Serviço Social: temas, textos e contextos.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 213- 226.

____________. **Serviço Social e a prática educativa com idosos.** ANAIS 13ºCBAS, Brasília, agosto de 2010.

_____________. **A prática de Assessoria desenvolvida na Área do Envelhecimento.** In. BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. (Org.J; *Assessoria, Consultoria e Serviço Social.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.296-301.

______________. **Serviço Social e Envelhecimento: Perspectivas de trabalho do assistente social na área da saúde**. IN: BRAVO, M. I. S et al (Orgs). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2004, p.135-149.

______________. **Serviço Social, envelhecimento e extensão universitária: a contribuição dos assistentes sociais na UnATI/UERJ.** Tese de Doutorado em Serviço Social. Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2018

NETTO, José Paulo. **Desigualdade, pobreza e serviço social.** Revista Em Pauta, n. 19, p. 135-170, 2007.

NUNES, Alzira Tereza Garcia, Lobato. **Serviço Social e Universidade de Terceira Idade: uma proposta de participação social e cidadania para idosos.** In: *Textos* sobre Envelhecimento. Educação e Cidadania. Rio de Janeiro: UnATI/UERJ. ano 3 n» 5 2001, p.41-65.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. **Da Universidade da Terceira Idade para a Comunidade: Educação Popular x Educação Acadêmica**. In. *Cadernos, de Serviço Social*, Edição especial: PUC/Campinas, ano VIII,1998, p. 12- 39

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

CAPÍTULO 11

FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES: RELAÇÕES PATRIARCAIS DE SEXO NA COMPLEXIDADE DA LUTA DE CLASSES

Data de aceite: 01/07/2021
Data de submissão: 04/06/2021

Ana Lúcia de Lima Gomes
Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – RN
http://lattes.cnpq.br/5720350152574624

Suzérica Helena de Moura Mafra
Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal – RN
http://lattes.cnpq.br/1604277551113450

RESUMO: Este artigo pretensão de contribuir com o debate sobre a feminização da pobreza enquanto expressão da Questão Social no Brasil contemporâneo. Dessa forma, trata-se de uma incitação ao debate sobre a necessidade de analisar as mulheres em situação de pobreza como sujeito parte da classe trabalhadora desse tempo e dessa forma, que é atacada não apenas pelas contradições do capitalismo, mas também de sua articulação com patriarcado e com o racismo, sendo assim, sujeito ativo na luta de classes. Indubitavelmente, para entender o tempo presente com maior profundidade, precisamos aumentar a potencialidade de nossas análises sobre os diversos sujeitos que constroem as relações sociais. Assim, para entender a extensão da contradição entre o sistema social vigente (patriarcado-racista-capitalista) e os diversos sujeitos que compões a classe trabalhadora atual é que elencamos as mulheres pobres como sujeitos dessa análise. Em vista disso, com aporte no método crítico-dialético, realizamos uma pesquisa de cunho bibliográfico e articulamos pontos que consideramos de extrema pertinência a este debate, para que seja para além de uma contribuição teórica, mas um estímulo à discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres. Pobreza. Feminismo. Luta de Classes.

FEMINIZATION OF POVERTY AND WOMEN'S RESISTANCE: PATRIARCHAL SEX RELATIONS IN THE COMPLEXITY OF CLASS STRUGGLE

ABSTRACT: This article intends to contribute to the debate on the feminization of poverty as an expression of the Social Question in contemporary Brazil. Thus, it is an incitement to debate on the need to analyze women in poverty as a subject part of the working class of that time and, therefore, which is attacked not only by the contradictions of capitalism, but also by its articulation with patriarchy and racism, thus being an active subject in the class struggle. Undoubtedly, to understand the present time in greater depth, we need to increase the potential of our analyzes of the different subjects that build social relations. Thus, to understand the extent of the contradiction between the current social system (patriarchy-racist-capitalist) and the various subjects that make up the current working class, we listed poor women as subjects of this analysis. In view of this, with a contribution to

the critical-dialectical method, we carried out a bibliographic research and articulated points that we consider of extreme relevance to this debate, so that it goes beyond a theoretical contribution, but a stimulus for discussion.
KEYWORDS: Women. Poverty. Feminism. Class struggle.

1 I INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada pelo aligeiramento e pelo apelo a efemeridade das relações humanas. Cada dia é preciso ter maior firmeza na materialidade e na supressão do imediatismo para que não entremos na brevidade que este tempo nos impõe. O ser humano como ser socialmente construído tem um processo histórico e as relações travadas para que o presente seja como é tem construção fincada nas relações passadas. Dessa forma, o exercício cotidiano de investigar a realidade é cada vez mais impreterível para que possamos não apenas conhecer o presente, mas para construir caminhos para o futuro.

Fazer pesquisa, tem como sua grande força motriz a tentativa de compreender a realidade que nos é apresentada. Não é uma prerrogativa exclusiva aos profissionais que se inserem na academia, mas uma capacidade essencial para todas as profissões que atuam na realidade social. Não pesquisar é fadar-se a não compreender o real, e para tantas profissões que atuam nele, significa tender a uma prática desqualificada ou distante objetivamente das demandas apresentadas pelas pessoas no cotidiano do trabalho.

Dessa forma, pensar a intervenção da pesquisa social é remeter a necessidade de compreender a realidade com o fim de realizar uma intervenção qualificada junto a ela. Pensar o movimento de pesquisa e a intervenção resultante dela é pensar a não neutralidade científica. No caso desse trabalho, deixamos evidente que é uma tentativa de contribuição para fortalecer o conhecimento da classe trabalhadora brasileira e uma intervenção qualificada para e com ela.

A construção teórica elaborada no presente artigo, intitulado “FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E A RESISTÊNCIA DAS MULHERES: relações patriarcais de sexo na complexidade da luta de classes” têm por pretensão contribuir com o debate sobre a feminização da pobreza enquanto expressão da Questão Social no Brasil contemporâneo. Dessa forma, trata-se de uma incitação ao debate sobre a necessidade de analisar as mulheres em situação de pobreza como sujeito parte da classe trabalhadora desse tempo e dessa forma, que é atacada não apenas pelas contradições do capitalismo, mas também de sua articulação com patriarcado e com o racismo, sendo assim, sujeito ativo na luta de classes. Para isso, objetiva contribuir no estudo das características desse contingente populacional – as mulheres pobres brasileiras –, e para além disso, também tem por pretensão trazer elementos para a discussão sobre a organização (ou não organização) dessa determinada parcela da população levando em consideração as implicações de ser uma mulher pobre no Brasil contemporâneo.

Não obstante, esse processo de pesquisa se dá no seio de um momento particular do Brasil. Tendo como cenário a atual crise do modo de produção capitalista em seu estágio mais complexo de financeirização. Entendemos a crise contemporânea como uma crise estrutural do capitalismo, que atinge diretamente a classe trabalhadora e é um sanguessuga da vida e do trabalho humano. Para o Brasil, essa crise tem se manifestado em um gradativo aumento das desigualdades sociais, marcado pela atuação de um Estado prioritariamente enquanto comitê da burguesia, que cotidianamente põe em prática ataques aos direitos historicamente conquistados e às políticas sociais no Brasil.

O acúmulo teórico que esse trabalho objetiva trazer é quanto a especialização da luta contra a crise do capitalismo e contra a sua lógica de exploração da vida e do trabalho humano. Assim, elegemos o contingente populacional das mulheres pobres e seu processo de resistência como central na nossa análise, para que possamos de alguma forma, estar em coalização com a radicalidade dessa luta, e é disso que trataremos a seguir.

A construção do artigo foi efetuada em três momentos. O primeiro para compreender o radical que dá subsídio a manutenção da lógica de desigualdade entre os sexos, trazendo ao debate os conceitos centrais de patriarcado em Delphy (2009b) e Saffioti (2004) e Engels (2006) e a centralidade dessa discussão tendo como cenário a Divisão Sexual do Trabalho no capitalismo com Cisne e Santos (2018) e Federici e Cox (2020). Isso por que, para compreendermos a funcionalidade da desigualdade sexual, é necessário analisar a influencia do modo de produção capitalista.

No segundo momento, o objetivo é analisar o processo de feminização da pobreza a partir de Lavinas (1996), Saffioti (1987) e Cisne e Santos (2018). O objetivo é identificar o crescente movimento de responsabilizar as mulheres pela gestão da pobreza no Brasil e de que forma isso também se torna uma face da manutenção da opressão das mulheres. O terceiro momento, como caminho construído pelos momentos anteriores, trata da importância das formas da resistência das mulheres frente a exploração do sistema patriarcal-capitalista-racista – é sobre essa realidade que deteremos atenção.

2 | DESENVOLVIMENTO

A realidade das mulheres por muito tempo foi colocada não apenas em segundo plano na análise da existência humana, mas como algo não existente. Como bem aponta Lerner (2019), um dos grandes feitos históricos do patriarcado foi o apagamento intencional da história das mulheres da história da humanidade. A construção de um ser humano genérico, nada mais é do que a sistematização do pensamento dos homens, brancos, europeus que colonizaram o mundo ao seu modo de pensamento. Resgatar a história das mulheres é mais do que dizer que o ser humano tem outro sexo, é evidenciar o processo de dominação e de resistência das mulheres na história, resgatando seus feitos e suas particularidades.

Para evidenciar a singularidade do ser social, a vasta pluralidade que contém sua universalidade é preciso que evidenciemos a diversidade humana. Dessa forma, para entender o que é "ser mulher" nos dias de hoje precisamos resgatar um debate histórico que foi e ainda é alvo de deturpação. Sobre esse movimento histórico é que, para fins didáticos, nos atemos aos conceitos de patriarcado, racismo e capitalismo para entender a construção histórica da desigualdade entre sujeitos dos diferentes sexos.

Cristine Delphy (2009b, p.174) conceituou patriarcado como a "combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arker* (origem e comando). [...] o patriarcado é literalmente a autoridade do pai.". Quando analisamos a aplicabilidade dessa autoridade temos como expressões não apenas o comando do homem na figura do pai restrito ao espaço da casa, mas como gestor de uma sociedade feita por e para homens, onde o lugar das mulheres é de dominação e submissão a eles. O patriarcado emerge como "primeira divisão da sociedade em classes", como aponta Engels (2006) e representa não apenas um antagonismo de interesses, mas um sistema social onde o poder sobre todas as coisas da sociedade é destinado aos homens, inclusive o poder sobre as mulheres, transformando-as em propriedades e servas, assim como a terra e os animais.

Enquanto sistema, de acordo com Saffioti (2004), essa ordem dá legitimidade à dominação dos homens sobre as mulheres, construindo uma realidade de opressão sobre elas. Sendo o poder do homem maior que o das mulheres, constrói-se o binômio dominação-exploração sobre a vida, o trabalho, o corpo e a sexualidade delas. Designando aos homens serem donos das mulheres, gerando para eles privilégios e condenando a submissão e a criminalização de todas as expressões tidas como femininas.

Historicamente, as relações patriarcais de sexo[1] consolidam e perpetuam uma relação normativa de papeis sociais. Quando pensamos as inúmeras situações apresentadas pelo cotidiano é possível ver essa desigualdade de forma latente. Em concordância com Engels (2006, p.75), é possível identificar que o patriarcado ainda não teve seu fim e está presente em todos os momentos históricos, desde seu preludio até os dias atuais, já que:

> A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente, sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado". (ENGELS, 2006, p. 75).

Assim, o sistema patriarcal, vem através do tempo se consolidando como ordem vigente nas relações sociais humanas. Baseado em segregação e exploração, as mulheres através da história foram colocadas em papeis secundários e subservientes frente ao poder masculino.

---

1 Em consonância com o construído teoricamente pelos debates feministas no campo da teoria social crítica, concordamos e faremos uso do o termo no presente trabalho, pois ele refere-se "às relações antagônicas, conflitantes, permeadas por hierarquias entre sexos[...]." (CISNE, SANTOS. 2018. p. 55).

Não obstante, os problemas colocados para as mulheres não se encerraram com a emersão do patriarcado e para compreender essa problemática nos dias atuais, é preciso trazer ao debate outros dois sistemas socialmente construídos, o capitalismo e o racismo. Compreendemos que as relações sociais têm uma base fundante geral: o trabalho. E é a partir do trabalho que podemos entender várias facetas da exploração das mulheres. É necessário perceber os sistemas patriarcal, racista e capitalista como faces de um mesmo prisma que reflete inúmeras opressões para as mulheres. Como diz Cisne e Santos (2018):

> [...] essa fusão foi e é absolutamente funcional para a produção e reprodução do capital, uma vez que no patriarcado e no racismo encontramos bases para o entendimento da exploração intensificada da força de trabalho, condição central para a reprodução de situações concretas da exploração e das múltiplas expressões. (CISNE, SANTOS.2018, p. 25).

Dessa forma, o capitalismo enquanto sistema legitimador da exploração intensa da vida e força de trabalho da classe trabalhadora, também compreende que determinadas parcelas dela, podem ser exploradas com mais violência, esse é o caso das mulheres e das pessoas negras, já que, como apresenta Souza-Lobo (2011).

> [...] sexismo e racismo são questões políticas [diria também, econômicas], que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 288).

A sociedade que conhecemos hoje é fundada em desigualdades, em contradições que forçam determinados sujeitos sociais às mais degradantes condições de vida. A estruturação do sistema de dominação e exploração patriarcal-racista-capitalista é a evidência mais contundente da coextensividade da exploração humana como forma de garantir o status de dominação para a classe dona dos meios de produção.

Dessa relação, quando analisamos as contradições entre capital e trabalho podemos identificar uma divisão específica dentro da produtividade do capitalismo, a Divisão Sexual do Trabalho[2]. Essa divisão restringe o espaço ocupacional de homens e mulheres na sociedade do trabalho, deixando para os homens à esfera produtiva e para as mulheres à esfera reprodutiva. A sociedade de classes firmou um muro entre essas duas esferas, categorizando apenas a produtiva como espaço de trabalho e transformando a reprodução social apenas em "afazeres domésticos" designados estritamente às mulheres, por uma "capacidade natural" inerente a elas. E sobre isso que afirma Federici e Cox (2020, p. 11) quando afirmam que "o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista".

2 A divisão sexual do trabalho é a divisão de atribuições, tarefas e lugares sociais para mulheres e homens, decorrentes das relações sociais de sexo. Essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade e tem por característica a destinação prioritária dos homens a atividades produtivas (ocupações de forte valor social agregado, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e a mulheres à esfera reprodutiva (atividades relacionadas a cuidados e afazeres domésticos). Essa divisão repercute fortemente nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e em seus rendimentos, já que são destinadas às mulheres principalmente tarefas e ocupações que remetem a cuidado e serviços que são menos valorizados socialmente. (SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2016)

Essa divisão através do trabalho cria uma cisão entre homens e mulheres que vai além da diferença biológica, como apontam os fundamentalistas conservadores. A construção histórica dessa desigualdade gera uma exploração especializada das mulheres, sobretudo das mulheres negras. Essa separação fica evidente quando analisamos a realidade das mulheres à luz da análise de uma sociedade de classes, e é possível perceber isso em todos os países de controle capitalista, assim como o Brasil.

2.1 A face feminina da classe trabalhadora no Brasil

Patriarcado, racismo e capitalismo são os alicerces que fundam a configuração das relações sociais como conhecemos hoje no Brasil. A destinação do trabalho reprodutivo para as mulheres com a construção do mito das expressões da feminilidade através do cuidado do outro é um artificio para o não reconhecimento do trabalho das mulheres, e por consequência, da sua não remuneração, como sintetizam Federici e Cox (2020) "desde que o termo mulher se tornou sinônimo de dona de casa, nós carregamos, para onde quer que vamos, essa identidade e as "habilidades domésticas" que nos são dadas ao nascer" (FEDERICI, COX, 2020, p.15).

Desta forma, segundo Saffioti (1987) esses sistemas devem ser entendidos de forma articulada e interdependente:

> Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração [...]. (SAFFIOTI, 1987, p. 60)

A interdependência ou a coextensão desses sistemas de opressão produzem desigualdades particulares a esse modo de produção. Compreendemos que a junção desse sistema patriarcal-racista-capitalista, tem suas raízes no Brasil desde a chegada das caravelas dos colonizadores[3], que trouxeram exploração sexual e da força de trabalho das indígenas brasileiras, passando pela exploração sexual e do trabalho das mulheres negras que foram escravizadas no Brasil. O elemento do racismo condicionou ainda uma diferenciação da exploração entre as próprias mulheres, onde as mulheres brancas eram resignadas ao cuidado da casa, a serem objeto particular de seus maridos e não serem consideradas cidadãs, enquanto as mulheres negras tinham sua força de trabalho explorada, eram estupradas e não tinham direito a sua própria vida e liberdade.

Esse é um elemento central para compreender a formação sócio-histórica do povo brasileiro, pois foi articulando classe, patriarcado e racismo que se construiu uma das parcelas mais exploradas da classe trabalhadora até os dias atuais, as mulheres pobres e negras. Não é possível dizer que nosso passado não deixou marcas nas relações sociais do

3 Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam a mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres. Esse tipo de diferenciação se tornou uma marca da humanidade e da civilização (LUGONES, 2019, p. 358)

presente. Esse sistema se alastrou como praga em todas as esferas da vida em sociedade, da cultura, religiões e ideologia, por isso sua radicalidade e dificuldade de destruição.

As mulheres negras e indígenas foram exploradas no processo de colonização, as mulheres foram extremamente torturadas e violentadas sexualmente de diversas formas no período da Ditadura Militar brasileira, as mulheres são violentadas e exploradas no campo, nas cidades, nas periferias do Brasil. A violência é um marcante elemento na vida das mulheres, ela ocorre em casa, na rua, no trabalho, no transporte coletivo e é praticada de forma esmagadora por homens. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

Na articulação do sistema patriarcal-racista-capitalista, podemos identificar mais uma face atribuída às mulheres: a face da pobreza brasileira. O Brasil, que em 2017 tinham mais de 50 milhões de brasileiros vivendo na linha da pobreza[4], segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse perfil da pobreza tem uma determinada cor e endereço, e quando falamos do gênero dessas pessoas esbarramos nas mulheres pobres. Segundo Lavinas (1996):

> A feminização da pobreza aparece hoje como um fenômeno contemporâneo de destaque diante do aumento do número dos pobres em escala planetária. Surge assim uma categoria sexuada que parece ter características próprias ao reunir duas fragilidades: ser do sexo feminino e ser carente (LAVINAS, 1996, p. 464).

Ser pobre é justamente não ter acesso à qualidade de vida, e às mulheres em condição de pobreza estão em grande desvantagem. A elas sobram os piores empregos, a negação ou inserção precária no sistema educacional, as periferias e favelas, sem direito à cidade, sem políticas de saneamento básico, alimentação segura, creches e escolas públicas de qualidade para seus filhos. As mulheres que morrem nos processos de aborto clandestino, ou se não morrem, são presas e taxadas pelo Estado como criminosas. São as mulheres travestis e transexuais que tem menos ainda garantia de vida.

As mulheres estão nos inúmeros casos de pobreza no Brasil, com salários insalubres e/ou condicionadas ao trabalho informal precarizado, além do alto índice de desemprego. O país detém o maior contingente de empregadas domésticas do mundo[5], segundo o IBGE, são cerca de 7 milhões de mulheres – em sua maioria negras, e de baixa escolaridade – nessa condição.

Enquanto isso, o Estado brasileiro manifesta-se omisso quanto a vida das mulheres. Atualmente, com um cenário político de extremo conservadorismo, vemos a redução dos direitos sociais como ataques diretos à classe trabalhadora e às mulheres.

Um grande exemplo dessa responsabilização das mulheres na gestão da pobreza

---

4 “No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade.” Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia- noticias/2012-agência/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre- trabalho-mostram-desigualdade.html

5 “O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo.” Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/brasil- 43120953>

é o Programa Bolsa Família (maior programa de transferência de renda do Brasil). Mesmo sendo prioridade no acesso ao benefício do Programa, as mulheres sofrem com as condicionalidades impostas por ele, padecendo da sobrecarga do gerenciamento dos valores que recebem. Dessa forma, concordamos com Cisne e Santos (2018):

> [...] não basta às mulheres passarem a ser titulares nos programas, é necessário pensar os programas e as políticas públicas em uma perspectiva feminista, ou seja, que não reforce a divisão sexual e racial do trabalho, a sobrecarga de responsabilidades ditas femininas e que possibilite o avanço para a autonomia das mulheres, assegurando condições legais de trabalho (CISNE, SANTOS, 2018, p. 124).

Em face a realidade de retirada de direitos e subalternização das mulheres brasileiras, é necessário enfatizar a necessidade de uma articulação contraria a manutenção desse sistema e que tenha as mulheres como sujeito político principal por suas demandas especificas. E dessa forma, é que para nós se apresenta a necessidade do feminismo.

2.1.1 Transformar a realidade sem medo de ser mulher

Mesmo com esse contexto de superexploração da força de trabalho das mulheres é necessário situar que frente a essa realidade sempre houve luta. O processo de resistência histórico dessa parcela da população surge dentro do processo de exploração. Foi no transcorrer das grandes revoluções na Europa que surge o que fica conhecido como Movimento Feminista. O feminismo, como descreve Simone de Beauvoir "é um modo de viver individualmente e de lutar coletivamente", é conceituado como um movimento social e político que tem sua gênese no final do século XVIII na Europa. Carrega a noção de consciência da desigualdade advinda do sistema patriarcal e luta por direitos e emancipação para as mulheres.

O surgimento do feminismo ocorre em consonância direta a contestação da exploração do Modo de Produção Capitalista. No contexto da Revolução Industrial, com a inserção extremamente precária das mulheres no mercado de trabalho e o aumento do uso dessa mão de obra, o movimento feminista se coaduna com o movimento operário em prol de transformações na vida das mulheres e da classe trabalhadora. A organização das mulheres nos partidos socialistas também cresceu, tendo como expoentes representantes Clara Zetkin que deu grandes contribuições quanto a necessidade de reivindicar a luta das mulheres na luta socialista; e Rosa Luxemburgo que travava disputas como dirigente do partido com os homens que não aceitavam essa posição para uma mulher, ambas se organizavam no Partido da Social Democracia Alemã (SPD). Na decorrência do século XX a luta pelo sufrágio feminino na Europa fortificou o cenário das lutas feministas, sendo a Nova Zelândia o primeiro país a conceder o direito ao voto feminino em 1893.

Ainda, com a ocorrência das duas grandes guerras, as mulheres conseguiram ampliar, mesmo que em condições precárias, sua inserção no mundo do trabalho. As

décadas de 1930 e 1940 foram determinantes para o avanço do sufrágio feminino, na luta pela escolarização e acesso ao mundo do trabalho. É nos anos 1960 que se inaugura a noção de que a hierarquia construída do sexo masculino sobre o feminino como uma fatalidade biológica. Além das fábricas, as mulheres lutam para o reconhecimento e pagamento do trabalho reprodutivo:

> [...] quando afirmamos que o trabalho reprodutivo é produção capitalista, estamos esclarecendo nosso papel específico na divisão capitalista do trabalho e as formas específicas que nossa revolta deve assumir. [...] quando afirmamos que produzimos capital, o que afirmamos é que podemos e queremos destruí-lo [...] (FEDERICI, COX, 2020, p. 13).

O feminismo no Brasil veio nas saias das mulheres europeias, com diferentes condições de vida e diferente cultura. Dessa forma, por reivindicar questões trabalhistas e de sufrágio, foi secundaria nesse momento o debate sobre as condições de vida da mulher, especialmente a violência de gênero contra as mulheres. A limitação do debate fez com que o feminismo chegue as salas das senhoras, mas não aos barracos e vielas onde estavam as mulheres pobres.

Ao passo que surge e se fortalece a noção de emancipação formal através dos direitos que até então só chegavam as mulheres burguesas com o feminismo norte-americano e europeu, também é presente a discussão das mulheres socialistas que reivindicam o feminismo como pauta nos partidos e sindicatos de base, nesse momento, são elas que conseguem aproximar o debate das mulheres da classe trabalhadora.

Com o passar do tempo é possível identificar que a luta feminista ganhou muito espaço junto às mulheres jovens, principalmente as mais escolarizadas. São comuns rodas de debates, mesas redondas, seminários e congressos acadêmicos sobre a temática. Desta forma, a grande problematização que objetivamos tecer é se a luta das mulheres através do feminismo chega igualmente a todas as mulheres. Em concordância com Saffioti (1992):

> A construção do gênero pode, pois, ser compreendida como um processo infinito de modelagem-conquista dos seres humanos, que tem lugar na trama de relações sociais entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens. Também as classes sociais se formam na e através das relações sociais. Pensar estes agrupamentos humanos como estruturalmente dados, quando a estrutura consiste apenas numa possibilidade, significa congelá-los, retirando da cena a personagem central da história, ou seja, as relações sociais. O resgate de uma ontologia relacional deve ser, portanto, parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência. Esta constitui também uma forma de repor os seres humanos no objeto da ciência; uma maneira, em suma, de tornar HUMANAS as Ciências Humanas (SAFFIOTI, 1992, p. 211).

No cotidiano incessante da classe trabalhadora, as mulheres mais pobres que tem diversas ocupações, muitas vezes ficam invisibilizadas na discussão do feminismo. Enquanto, para a maioria das mulheres escolarizadas e que frequentam as universidades é de "fácil" acesso leituras como Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Alexandra Kollontai,

para as mulheres que não tem condições mínimas de vida, é necessário que seja pensado a luta feminista com as suas particularidades.

É preciso analisar no cotidiano das mulheres da classe trabalhadora como expressão do feminismo. Quando as mulheres denunciam a violência que sofrem dentro de casa, quando se ajudam para garantir sua sobrevivência. O conhecimento sobre as obras produzidas pelo feminismo não necessariamente chega a essas mulheres, contudo, a construção teórica surge da realidade em que as mulheres estão situadas. Dessa forma, pensar a relação dialética da produção do conhecimento requer atenção a realidade.

Tendo como referencial a frase celebre de Rosa Luxemburgo (1974) na obra "A crise da social democracia", "[...] não estamos perdidos e venceremos, se não tivermos desaprendido a aprender", é preciso que através do movimento de pesquisa, busquemos conhecer a vida dessas mulheres, suas demandas, pensamentos e necessidades especificas de sua condição de vida.

Sabendo do avanço dos debates de sexo/gênero no espaço acadêmico, é preciso incluir as mulheres pobres, não apenas como objeto de estudo, mas como sujeitas ativas no processo de produção de conhecimento. É preciso diminuir distâncias. Ouvir as mulheres, e perceber que o que nos une, – sermos mulheres de uma mesma classe, extremamente exploradas por essa condição – é o que nos une e dá forças e esperança na superação dessa ordem.

Não é o objetivo dizer que as mulheres pobres sofrem mais que as mulheres não pobres nas relações patriarcais, mas que existem outros determinantes que precisam ser vistos e que a dimensão da classe não pode ser escamoteada nesse processo, visto que as desigualdades estruturais do sistema capitalista são violentas e tem foco na classe trabalhadora. Ainda, que é necessário construir uma análise do que o feminismo foi capaz até o presente momento, tendo olhar crítico e histórico para os avanços do movimento no Brasil. A necessidade de fortalecer espaços de diálogo, que a *práxis* seja concreta coalizando os elementos da teoria e pratica, e onde as mulheres se sintam seguras e possam escrever e transformar sua história sem que nenhuma seja deixada para trás.

Desta feita, é necessário compreender que com o avanço do modo de produção capitalista, especialmente com a ocorrência de suas crises estruturais, as expressões da Questão Social se amplificam e se apresentam de forma multifacetada. Quanto mais complexo o sistema em crise, mais complexas são as expressões da Questão Social. A principal alternativa do capitalismo para sair dos processos de crise é o aumento da exploração do trabalho e vida da classe trabalhadora, dando possibilidades de aumento de lucro para o capital.

Frente a essa superexploração da classe trabalhadora, as inflexões da crise se apresentam em perdas de direitos cotidianas. Isso é possível de ser identificado nos projetos e programas governamentais, que visão o desmonte das leis e direitos trabalhistas e da Seguridade Social brasileira. Também se expressa na focalização, descentralização e

privatização das Políticas Sociais brasileiras.

Não obstante, quando se recorre à composição da classe trabalhadora, é possível compreender que os diversos setores de classe sofrem de maneira diferente as manifestações da crise. Quanto às mulheres mais pobres do Brasil, onde a emergente necessidade é de comer e trabalhar para gerar o sustento de seu grupo familiar, a radicalidade de um projeto de vida é latente.

3 I CONCLUSÃO

A construção dessa pesquisa teve como objetivo principal analisar o movimento histórico da realidade e trazer elementos sobre a feminização da pobreza no Brasil e as possibilidades de resistência das mulheres pobres contra o sistema patriarcal-racista-capitalista, apreendendo suas implicações sócio espaciais e seus desafios políticos-organizativos.

O feminismo enquanto luta especifica (mas não exclusiva) das mulheres é uma grande força motriz de enfrentamento da cruel realidade que temos no Brasil contemporâneo, marcado por crises, retirada de direitos e alarmante complexificação das expressões das desigualdades. Dessa forma, é preciso articular radicalmente o debate de relações patriarcais de sexo à luta por uma sociedade dominada pelos desvalores do capitalismo. Dessa forma, trazemos como substrato a necessidade emergente de considerar as mulheres pobres do Brasil enquanto gente de direitos, e especialmente enquanto sujeitos políticos que tem capacidade de transformar a sua história.

Concluímos com o reforço de perceber o capitalismo articulado com o patriarcado e com o racismo. A luta unicamente pelo fim do capitalismo, assim como a luta pelos direitos específicos das mulheres não nos basta. É preciso que a radicalidade da nossa luta seja maior que a radicalidade dos ataques desse sistema maligno contra as nossas vidas. Compreender a classe trabalhadora como elemento central da nossa organização e também compreender a diversidade contida nela e que a vitória coletiva do povo é a que liberta as amarras do capital, do racismo e do patriarcado.

O convite a construção coletiva dessa nova realidade é cotidiano para aquelas que já não suportam carregar o fardo da realidade posta às mulheres, temos que explodir a luta feministas para fora dos muros das universidades, passando pelos bairros de periferia, pelas comunidades ribeirinhas, pelo campo e pela cidade, para que possamos caminhar juntas para o horizonte da transformação.

REFERÊNCIAS

BBC News. **O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em < https://www.bbc.com/portuguese/brasil- 43120953>

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**, São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social)

DELPHY. Christine. In: HITARA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora da Unesp, 2009b.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª. Centauro Editora, São Paulo, 2006.

FEDERICI, Silvia e COX, Nicole. **Contra-atacando desde a cozinha – Salários para o trabalho doméstico: uma perspectiva sobre o capital e a esquerda**. Ed. Terra sem amos. Brasil, 2020. 36p.

LAVINAS, Lena. **As mulheres no universo da pobreza. O caso brasileiro.** p. 464 - 479 Estudos Feministas nº02/1996.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.** Tradução: Luiza Sallera. – São Paulo. Editora Cultrix, 2019.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 356-377.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe social.** In: Uma questão de gênero / Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

SILVEIRA, Clara e COSTA, Renata**. Patriarcado e capitalismo: binômio dominação- exploração nas relações de gênero.** Acesso em 01 de abril de 2019. Disponível em: < https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%C3%94MIO_DOMINA%C3%87%C3%83O-EXPLORA%C3%87%C3%83O.pdf>

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

CAPÍTULO 12

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Data de aceite: 01/07/2021

Carla Cristina Marinho Piva
Mestra em Serviço Social pela UERJ, doutoranda em Serviço Social pela PUC RJ, assistente social

Chris Giselle Pegas Pereira da Silva
Doutora e Mestra em Serviço Social pela PUC RJ, assistente social

Cristiane de Barros Pereira
Mestra em Serviço Social pela PUC RJ, assistente social

RESUMO: O presente artigo visa mostrar alguns apontamentos sobre o trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Para atingir esse objetivo, é apresentada a concepção de trabalho e seus processos no cenário contemporâneo e são expostas algumas características da organização e das relações no espaço de trabalho além das estratégias/ desafios para execução dos serviços. As questões que perpassam pelo trabalho do CRAS influenciam diretamente no exercício do Serviço Social e as principais considerações indicam elementos significativos que possibilitam uma reflexão crítica sobre a importância da atuação profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, assistente social, CRAS.

THE WORK OF SOCIAL WORKERS IN CRAS: SOME NOTES ON PROFESSIONAL INTERVENTION

ABSTRACT: This article aims to show some notes about the work of the social worker in the Reference Center for Social Assistance (CRAS). In order to reach this objective, the conception of work and its processes in the contemporary scenario is presented and some characteristics of the organization and the relations in the work space are exposed, besides the strategies / challenges for the execution of the services. The questions that cross the work of CRAS directly influence the exercise of Social Work and the main considerations indicate significant elements that allow a critical reflection on the importance of professional performance.

KEYWORDS: Work, social worker, CRAS.

1 I INTRODUÇÃO

A história da sociedade brasileira, marcada pela luta dos setores democráticos rumo à consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados como a defesa dos direitos civis e o reconhecimento das peculiaridades individuais e sociais, veem adquirindo nos últimos anos novos estatutos, adensando as reivindicações de cidadania. Particularmente, para os assistentes sociais, esse cenário demonstra a importância do compromisso ético-político expresso no código de ética da categoria,

além de suscitar a reflexão e a avaliação da qualidade dos seus serviços prestados à população usuária. Nesse sentido, esse artigo é fruto de experiências profissionais dos autores em alguns CRAS do Município do Rio de Janeiro.

As mudanças nas políticas públicas a partir da constituição de 1988, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado, repercutiram sobremaneira no cotidiano profissional. A assistência social nas últimas duas décadas, ganha nova normatização baseada nos princípios dos direitos sociais, no entanto, são múltiplos os desafios e limites no enfrentamento das diversas, e cada vez mais complexas, expressões da questão social.

A Política Nacional de Assistência Social foi aprovada pela resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e se propõe a materializar as diretrizes preconizadas pela Lei Orgânica de Assistência Social e dos princípios inseridos na Constituição Federal de 1988 que destaca a assistência social como uma política social e um direito de cidadania. Na perspectiva de promover maior efetividade das ações dessa Política, aumentando sua cobertura, que se configurou o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). No SUAS, os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social são reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica (voltada à prevenção de situações de riscos pessoal e social, fortalecendo a potencialidade das famílias e dos indivíduos) e Proteção Social Especial (voltada à proteção de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social).

Os serviços da Proteção Social Básica devem ser oferecidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que atuam “[...] com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Obrigatoriamente o assistente social compõe a equipe de referência do CRAS (NOB-RH/SUAS, 2006).

A reconfiguração da assistência social no início do século XXI trouxe novos contornos para o trabalho, alterando a organização e relações que caracterizam o fazer profissional. É na regência dessa conjuntura que questões suscitadas no cotidiano do processo interventivo, conduziram à decisão de elaborarmos o presente artigo sobre o trabalho do assistente social no CRAS. Isso implicou revisitar o debate do Serviço Social sobre a categoria trabalho e conhecer de perto o modo como o sujeito profissional lida com o dilema da autonomia, a partir de uma pauta de produção de serviços delimitada gerencialmente.

Para compreendermos esse universo realizamos um mapeamento e análise mais ampla da categoria trabalho, considerando o exercício profissional a partir dos seus determinantes sócio-históricos, suas bases teórico-metodológicas, éticas e políticas. Essas foram às lentes que possibilitaram realizar um debate orientador acerca do processo interventivo e decifrar suas relações no campo empírico. Esse exercício materializou-se a partir de observações e indagações como assistentes sociais das unidades, revisões bibliográficas, aproximações com o instrumental técnico e com o material elaborado

pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), atual Ministério da Cidadania, O propósito central desse trabalho é possibilitar a percepção da lógica de produção dos serviços, bem como das práticas de organização do trabalho, assim como a apreensão das orientações referentes às relações com as demais categorias profissionais.

2 I TRABALHO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

O trabalho é interpretado aqui, como uma atividade racional orientada para um fim, para a produção de valores de uso e para a assimilação de matérias naturais para a satisfação de necessidades humanas. É, originalmente, metabolismo entre o homem e a natureza. Esse trabalho concreto, formador de valores de uso é condição da vida humana, independente das formas de sociedade. É atividade existencial do homem, como atividade livre e consciente.

Partimos da interpretação de que na dimensão social da vida se dá uma articulação entre o mundo da causalidade e da teleologia, ou seja, as ações humanas são determinadas por condições externas aos indivíduos singulares e, ao mesmo tempo, os homens tentam implementar projetos na vida social. O ponto de partida é a produção material, produção de um grau determinado de desenvolvimento social, em uma dada época histórica que é ao mesmo tempo produção de indivíduos sociais. Para tanto, apontamos a concepção de trabalho que referenda a base da reflexão:

> (...) um processo social de transformação que visa a atender necessidades sociais de reprodução humana. Manifesta-se como categoria central para a compreensão das diferentes formas de sociedade e apresenta determinado feixe de elementos passíveis de constituírem, de forma simples e abstrata, o trabalho humano em geral. (BARBOSA, ALMEIDA, GOMES, 1998, p. 111).

O trabalho implica, pois, mudanças também no sujeito e não só no objeto. Sob o ângulo material, é produção de objetos aptos a serem utilizados pelo homem, produção de meios de vida, através dos quais os homens produzem indiretamente a sua vida material. Sob o ângulo subjetivo, é processo de criação e acumulação de novas capacidades e qualidades humanas, desenvolvendo aquelas inscritas na natureza orgânica do homem, humanizando-as e criando novas necessidades. Enfim, é produção objetiva e subjetiva, de objetos materiais e de subjetividade humana.

Na ótica do capitalismo, o trabalho e seu processo respondem às exigências características do seu sistema de dominação. Neste sentido, o trabalho do assistente social enquanto processo laborativo, integrado na arquitetura da produção capitalista, está imerso no processo de dominação. A demanda em torno da prática do assistente social não se restringe à produção de conhecimentos. Apesar das concepções científicas sobre as carências sociais, materiais e imateriais da socialização urbano-industrial, o trabalho do assistente social está inserido na esfera da divisão social do trabalho, e responde às demandas concretas por resultados sobre práticas sociais.

A análise do processo de trabalho constitui um importante conjunto de reflexões sobre a organização do trabalho nas sociedades capitalistas e, desta forma, as diferentes perspectivas devem representar bases para fundamentação e construção de avanços na elaboração teórica mais complexa sobre as diversas questões que perpassam o processo de trabalho. Pensando-se especificamente no processo de trabalho dos assistentes sociais duas questões parecem primordiais: controle e consentimento. Com essas ponderações, o exame dos meios através dos quais se materializa o trabalho do assistente social, se orienta por dois eixos: a competência política e teórico-metodológica para exercer o trabalho e a realidade sócio-institucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social. Duas dimensões subjetivas do fazer profissional, entendido como trabalho que visa atender necessidades sociais de reprodução do homem na sociedade.

> [...] se aquela natureza geral do processo de trabalho era passível de ser operada na relação simples de transformação entre sujeito, objeto e instrumentos tendo em conta um produto, sob o capitalismo, o trabalho e seu processo respondem exigências características do seu sistema de dominação baseado na propriedade do trabalho por parte do capitalista e o conseqüente controle sobre o modo de trabalhar; e, na propriedade sobre o produto que deixa de responder somente a necessidades sociais de reprodução (BARBOSA, ALMEIDA, CARDOSO, 1998, p. 112).

Na sequência dessas reflexões, evidencia-se que o Serviço Social não possui "um" ou "o" processo de trabalho, mas se insere em processos no campo da divisão sociotécnica do trabalho. Pode, dessa forma, se inserir em distintos espaços socioocupacionais, como o universo empresarial, onde tem uma atuação mais direta sobre a força de trabalho ou, outro exemplo, em órgãos públicos onde atua na reprodução social ampliada, destacadamente, mas não só, na perspectiva de democratização de acesso a serviços.

Barbosa, Cardoso e Almeida (1998) afirmam que é importante compreender as várias dimensões que dão forma às relações de trabalho: a dimensão política das relações com o Estado e os movimentos sociais; a dimensão econômico-institucional da posição da unidade produtiva específica na rede de produção e serviços; a própria dimensão institucional que transita nas atividades trabalhistas; a dimensão da organização do processo de trabalho; a dimensão tecnológica do processo de trabalho na apreensão do objeto, o uso dos meios, a configuração do produto do trabalho; a dimensão da gestão de recursos humanos; a dimensão simbólica representada pelos valores e ideias que atravessam o cotidiano formal das normas e regulamentos, além dos comportamentos informais no trabalho. Significa, portanto, vislumbrar a ampliação do conceito de processo de trabalho, buscando outros elementos que possibilitem compreender esse universo problematizando questões relativas à autonomia e controle do técnico na ação profissional.

Por isso, a interpretação dos diferentes contextos sócio-históricos é de fundamental importância, pois é a partir deles que se constituem os processos de trabalho. Seja no que tange à questão tecnológica, assim como no contexto de sua resposta aos interesses sociais

numa dada conjuntura específica. Nessa direção, mencionamos o conceito apresentado por Almeida (1995) de processo de trabalho como "uma combinação da forma e do espaço de realização da produção, efetivada sob certas condições, condições estas determinadas pelas condições sociais vigentes numa dada formação social. " (ALMEIDA, 1995, p.16)

Nesse sentido, a objetividade do trabalho é atravessada pelo conteúdo tecnológico identificável nos processos de trabalho composto por dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas que definem a forma de apropriação e utilização dos meios de trabalho na transformação de um dado objeto. Além disso, a relação profissional/ instrumento de trabalho dependerá ainda de fatores que colaboram para constituição dos processos de trabalho como o nível de autonomia que o profissional possua na instituição para desenvolver sua intervenção, o maior ou menor grau de burocratização das relações, a relação entre objetivos profissionais e institucionais, entre outros.

3 I CATEGORIAS EM EXAME: ORGANIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES NO ESPAÇO DE TRABALHO

Com relação à tônica que configura o processo de trabalho do assistente social e suas conexões com o campo dos serviços, projetos e programas, cabe sinalizar que não se trata de negá-lo em sua essência, mas compreendê-lo a partir de sua dualidade. Se por um lado temos um trabalho que se converte em um esforço marcado pela produção técnica, sabemos que ao mesmo tempo necessitamos do trabalho humano e seu potencial de transformação da realidade social.

Para elaborarmos uma interpretação analítica acerca da relação do trabalho do assistente social no CRAS, a discussão foi conduzida tendo em conta o panorama que marca os desafios prioritários de enfrentamento para todos os segmentos de trabalhadores do Centro de Referência da Assistência Social. A estratégia de trabalho social com as famílias aponta para o desafio de garantir a participação frequente das famílias nos grupos e reuniões coletivas, aspectos que envolvem o enfrentamento da pobreza como expressão da questão social, os reflexos da violência social e seu impacto no universo domiciliar e territorial.

O trabalho do assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é realizado em prol da contribuição da superação das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias e se executa de diversas formas (através de acolhida, entrevistas aos usuários, reunião com famílias e com a equipe do CRAS, estudo de casos, visitas domiciliares, reuniões institucionais, encaminhamentos, articulação da rede, busca de parcerias com cursos e projetos de capacitação profissional e geração de renda, ações nas comunidades, participação em eventos visando à qualificação profissional). Nesse sentido, a atuação profissional se materializa através de ações técnicas em prol do efetivo acompanhamento dos usuários inseridos no Programa. O trabalho social com famílias requer uma escuta qualificada e cuidadosa, buscando entender as reais demandas dos usuários, a fim de

identificar os pontos de vulnerabilidade, mas também a existência de recursos disponíveis.

A família constrói sua própria história em que expressa à explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetivos e subjetivos da cultura em que vive (SARTI, 2008). Perguntar pela afetividade que une a família é mais importante que analisar a estrutura familiar (SAWAIA, 2008). A família precisa se sentir acolhida e confortável para expor suas vulnerabilidades, por isso o primeiro atendimento é muito relevante. Nesse momento, a família é ouvida, são apresentados os programas e serviços oferecidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e realizados os primeiros encaminhamentos e orientações. O desafio, muitas vezes, está no comparecimento da família aos próximos atendimentos e reuniões propostos pelos profissionais do CRAS, por isso é importante criar estratégias para o fortalecimento de vínculos entre a instituição e a família.

As três principais categorias elencadas como eixos para a elaboração da análise do processo de trabalho do assistente social no contexto explicitado foram: *Organização do Trabalho*, *Caracterização do Trabalho Profissional e as Relações no Espaço de Trabalho.*

A primeira categoria *Organização do Trabalho* **implica** pensar o serviço produzido pelos trabalhadores, os aspectos relacionados à coordenação técnica do trabalho, a qualidade do trabalho e mecanismos de monitoramento e avaliação das ações interventivas.

A categoria *Caracterização do Trab*alho busca reconhecer como o trabalho se configura no cotidiano interventivo. De maneira geral, as ações transitam no formato de atendimentos e encontros temáticos, materializados por atividades sociopedagógicas e culturais.

Por último, a categoria *Relações no Espaço de Trabalho,* reúne quesitos sobre a estrutura de gerenciamento, a avaliação das relações de trabalho, a representação dos trabalhadores no espaço laborativo e a comunicação com os segmentos internos e externos. Neste eixo, vislumbra-se conhecer as estratégias dos assistentes sociais - enquanto parte de um processo de trabalho coletivo - de enfrentamento dos desafios impostos pelo cotidiano do trabalho, assim como as possibilidades de qualificação profissional.

O referencial teórico-metodológico do CRAS assume uma tônica fundamentada no acompanhamento familiar, na articulação intersetorial, coordenação das redes e o reconhecimento da amplitude da Proteção Social, atentando para as formas como a assistência social pode contribuir para um atendimento pautado nas necessidades da população. De forma complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento à Família (PAIF) em que se efetiva o trabalho com famílias no CRAS, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem por eixos de atuação a promoção da participação social, da convivência familiar e comunitária.

4 I O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: APONTAMENTOS DAS EXPERIÊNCIAS

É relevante mencionar que o quadro societário de intensificação da desigualdade econômica e luta da população pela reprodução social nesse século, aponta para importância de pensarmos o sentido social da constituição da política pública. Nesse contexto, a pauperização, a não inserção no mercado formal de trabalho, a informalidade caracterizada pela ausência de direitos sociais e baixa qualidade de empregos, além da retração das políticas sociais como consequências do ajuste que o capital vem realizando nos últimos anos para atender a sua crise de acumulação, provocam graves danos sociais.

Sinalizamos aqui, a importância de um exercício intelectivo profissional que precede à metodologia estabelecida para implementação da produção técnica. Considerando que o planejamento das ações no processo de trabalho do CRAS deve ser gestado a partir de uma tônica gerencial e de organização dos profissionais nos espaços coletivos, ressaltamos a importância de estudos e capacitação para todos os atores envolvidos no processo de trabalho, inclusive para os gestores conforme salienta Silva:

> [...] gerir essas unidades significa administrar os mais diferentes níveis de complexidade e as múltiplas expressões da questão social em nível local. As reflexões sumárias indicam também que, para implementação do SUAS, é fundamental, dentre outros fatores, o reconhecimento da importância da profissionalização dos quadros (2012, p. 198).

O SUAS, enquanto um sistema público, apresenta novas propostas para execução da assistência e seus mecanismos para enfrentamento da questão social. Representa um novo modo de gestão dos serviços e do trabalho na assistência social, visando à profissionalização e a diminuição da fragmentação da política de assistência social. Exemplos desse novo modo de concepção e atuação da política de assistência social são as regulamentações acerca das ações e procedimentos, bem como a sustentação dos serviços em estudos de realidade.

Nesse sentido atribuiu-se especial atenção à produção de informação, o monitoramento e a avaliação. A produção de informação sobre a realidade da população brasileira bem como o monitoramento e avaliação dos serviços, sem dúvida contribui para o que Yasbek destaca a partir do movimento de regulamentação e de materialização da assistência social enquanto política pública, conforme destacado na PNAS, "*(...) configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação do seu protagonismo.*" (2004, p. 12-13).

Torna-se oportuno elencar ainda, a presença e prevalência dos programas de transferência de renda no campo técnico-operacional, enquanto ações que abarcam uma parcela significativa do trabalho dos assistentes sociais no interior dos CRAS. Esse panorama é marcado pelas políticas sociais do século XXI:

> Trata-se de transformações geradoras de um profundo rearranjo do mercado

> capitalista, cuja maior manifestação são os processos de globalização e regionalização dos mercados, com concentração cada vez maior do capital financeiro. Daí decorrem situações que demandam ações do Estado para proteção do amplo contingente de trabalhadores que passam a vivenciar o desemprego estrutural ou a precarização do seu trabalho. (YASBEK, 2006, p. 13).

Nessa conjuntura, constata-se a manutenção dessa prevalência da transferência de renda nos processos de trabalho no CRAS o que demonstra a dificuldade de articulação de serviços e benefícios no campo da assistência social. Superar essa dicotomia requer ampliar a dimensão teórica-técnica, crítica e reflexiva para qualificar cada vez mais o trabalho social com famílias.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões apontadas, identifica-se que um dos desafios para o trabalho de assistente social no CRAS hoje, envolve a elaboração de novas propostas de práticas sociais críticas articuladas ao enfrentamento das distintas formas de desigualdade expressas pela conjuntura atual. No contexto em que se encontra a população que acessa os serviços, lutar por avanços efetivos nas condições materiais de existência dos sujeitos pressupõe uma interpretação dos processos sociopolíticos em voga, além da comunicação com a rede de atores que não só reconhece o território como o compreende em suas particularidades. Outro desafio que está posto para os assistentes sociais, refere-se à necessidade do trabalho coletivo. É preciso instigar o movimento interventivo dentro da própria categoria e demais segmentos profissionais que estão nesse campo do labor. Um terceiro desafio, refere-se a relevância de um planejamento tanto da gestão central quanto local, que dialogue com a realidade objetiva dos trabalhadores e a população como etapa que marca o desenho para construção de estratégias para execução da política pública de assistência social.

Por fim, as pautas aqui apresentadas estão longe de encerrarem em si mesmas. Dessa forma, representam um movimento de esforço crítico de análise atribuído ao trabalho no campo da política de assistência social, enquanto política pública, bem como a reafirmação dos compromissos expressos pelo projeto ético-político dos assistentes sociais, a partir de posições democráticas e lutas intransigentes rumo um novo projeto societário.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres de e DUARTE, Marco José de Oliveira (org). **Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARBOSA, R.N; CARDOSO, F.G; ALMEIDA, N.L. **A categoria processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social. Serviço social e sociedade**, São Paulo, nº. 58, Cortez, 1998.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),** 2009.

______. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Resolução n° 109 de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília (DF), p. 1-43, 25 nov. 2009.

CARDOSO, I ; FRANCISCO, E.M. **Considerações ao debate da teoria do processo de trabalho** (Syn)thesis. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1999.

______. **Serviço social em tempo de capital fetiche, capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortês, 2007.

LOPES, Maria Helena Carvalho. O tempo do SUAS. Revista serviço social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

MOTA, A. E.; AMARAL, **A. Reestruturação do trabalho e Serviço Social**. In: MOTA, A. E. (org). A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, n.50, 1996.

PIVA, C.C.M. **O Trabalho na Assistência Social Carioca NA Era Maia**/ Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

RAMALHO, J.R. **Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho:** um balanço do debate. Boletim informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais n. 32, Rio de Janeiro, 1991.

RAMOS, M.H.R.; GOMES, M.F.C.M. **Trabalho produtivo e trabalho improdutivo: uma contribuição para pensar a natureza do Serviço Social enquanto prática profissional.** Temporalis, Brasília, Abepss, n.2, p.59-87. Jul./dez, 2000.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais Trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

SARTI, Cyntia. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 2008. p. 21-36.

SAWAIA, Bader B. **Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades**. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez; PUC-SP, 2008. p. 39-50.

SILVA,V.P. **A Gestão dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS em foco: um estudo do município do Rio de Janeiro**. O Trabalho Social nas políticas Públicas / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2015.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva ; Silva ; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2006.

_______, Maria C. **Mudanças atuais no capitalismo e perspectivas para as políticas públicas**. Revista de Políticas Públicas, São Luiz, v. 14, 2010.

CAPÍTULO 13

RESULTADO PARCIAL DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO REALIZADO NO DEINFRA – FLORIANÓPOLIS/SC

Data de aceite: 01/07/2021

Jozadake Petry Fausto Vitorino
Pós-graduanda em Saúde Pública pela Universidade EducaMais EDUCA (São Paulo). Membro do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família (NECAD/UFSC)

PALAVRAS-CHAVE: Resultado Parcial. Estágio Não Obrigatório. DEINFRA.

PARTIAL RESULT OF THE NON-MANDATORY INTERNSHIP REPORT HELD IN DEINFRA — FLORIANÓPOLIS/SC

KEYWORDS: Partial result. Internship not mandatory. DEINFRA.

1 I INTRODUÇÃO

Relato parcial da experiência de estágio realizado no Departamento Estadual de Infraestrutura — DEINFRA[1], de 17/08/2015 a 15/03/2016, obedecendo às determinações do Plano de Ensino do Estágio Curricular Não Obrigatório, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS/UFSC), totalizando 560 horas.[2] Lembrando que a concessão da vaga de estágio ocorreu por meio do Programa de Estágio — Novos Valores.[3]

Na unidade empírica (DEINFRA/SC), em 2003, mediante a Reforma Administrativa, foi efetivada a fusão do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) com o Departamento de Edificações e Obras Hidráulicas (DEOH), que em 30/01/2003 por meio da Lei Complementar 244/2003 (SANTA CATARINA, 2003) passou a se chamar Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA). O Excelentíssimo Sr. Governador, Luiz Henrique da Silveira, em 17/01/2008, pelo Decreto nº 1.023 (SANTA CATARINA, 2008), aprovou o Regimento Interno do DEINFRA e, concomitantemente, criou as Secretarias Regionais. A fonte de financiamento da Instituição era realizada com o auxílio de dinheiro público do Governo do Estado de Santa Catarina. Já a estrutura institucional do DEINFRA, durante a vigência do estágio, contava com um corpo funcional de 628 funcionários ativos. O número de servidores inativos era superior ao de servidores ativos. E assim, como os demais órgãos públicos, o

1 É uma autarquia organizada e instituída pela Lei Complementar n º 382, de 7 de maio de 2007, dotada de cunho jurídico e de direito público interno. O Departamento Estadual de Infraestrutura desenvolve suas atividades com autonomia administrativa, operacional, financeira, patrimonial e jurídica. Tendo sua atuação voltada para o transporte, edificações e obras hidráulicas com a esfera da Secretaria de Estado da Infraestrutura (SANTA CATARINA, 2007).

2 Este artigo foi publicado nos Anais do II Seminário de Integração do Curso de Serviço Social Volume II, 2020. Disponível em: https://petservicosocial.ufsc.br/files/2021/02/Anais-II-Semin%C3%A1rio-de-Integra%C3%A7%C3%A3o-do-Servi%C3%A7o-Social--PETSSO-2.pdf.

3 O programa — "Novos Valores" visa a qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Saiba mais pelo *site*: http://portal.estagios.ufsc.br/novos-valores/ e/ou por meio da leitura do Decreto nº 2.113, de 18.02.2009 (SANTA CATARINA, 2009).

DEINFRA vem se readaptando com uma crescente terceirização de ponta.

O Serviço Social (SSO), inserido na Gerência de Recursos Humanos (GEREH) da Diretoria Administrativa, oferece diversos atendimentos, tendo como usuários os servidores ativos e inativos lotados na Sede e nas Superintendências Regionais. Identificação do perfil socioeconômico da população atendida: todas as classes sociais — Cidadãos Catarinenses.

O Serviço Social do DEINFRA teve início em 1976, quando a Instituição ainda era denominada de DER/SC, dirigida pelo Engenheiro Antônio Carlos Werner. A princípio, o trabalho social junto aos servidores era realizado por uma pedagoga. Entretanto, para que houvesse uma atuação mais adequada na relação cliente-trabalho e suas respectivas famílias, o referido Diretor sentiu a necessidade da intervenção de profissionais que tivessem formação em Serviço Social.

Neste estudo, o método adotado foi o bibliográfico e documental, pois a partir dos textos das disciplinas em conjunto com documentos do campo de estágio, proporcionam ao(à) aluno(a), conhecimento da unidade empírica e o aprimoramento teórico-prático “crítico” da realidade que o cerca. Permite, também, ao discente, durante a jornada de estágio/trabalho, traçar parâmetros entre a teoria e a prática, contribuindo assim, para alcançar o conhecimento e, posteriormente, a formação profissional.

O objetivo inicial foi o de conhecer o contexto histórico do Serviço Social, na Instituição (DEINFRA), em seguida, conhecer o trabalho do Assistente Social, e por último, identificar quais atividades que eram desenvolvidas pelo Estagiário(a) de Serviço Social — UFSC.

2 | BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

O Serviço Social foi instituído no DEINFRA em 1976, na época a Instituição era denominada Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SC. Cabe dizer, que conforme relatos encontrados na Instituição, o Diretor Geral, Engenheiro Antônio Carlos Werner, era conhecido por sua competência profissional e pela valorização de seu quadro funcional, trazendo para o ambiente laboral, bem como, para os seus subordinados, a harmonia e a satisfação em trabalhar, tanto individualmente quanto em equipe. No início, o trabalho da Assistência Social foi desenvolvido por uma pedagoga; entretanto, no decorrer do mesmo ano, foi criado o setor de Serviço Social vinculado à GEREH e efetivada a contratação de uma profissional de Serviço Social. Segundo informações, na época, as atividades realizadas pelo profissional de Serviço Social eram voltadas para práticas imediatistas e assistencialistas, não sendo levada em consideração a atitude teórica-crítica e metodológica da atuação do Assistente Social. No momento atual, o Serviço Social utiliza-se de vários instrumentos em sua atividade, como a linguagem, que é sempre a favor de uma comunicação por excelência, articulada com as competências que o Assistente Social precisa dominar: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, articulando

sempre as três competências, pois são indissociáveis nas situações de mediação e nas relações de trabalho (SOUZA, 2008).

3 I O TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NA INSTITUIÇÃO

Atualmente, o Serviço Social do DEINFRA tem como objetivo principal atender e promover servidores ativos e inativos da Sede e das Superintendências Regionais, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial, o qual reflete diretamente no desempenho pessoal e profissional dos servidores. O DEINFRA tem sua política de ação social pautada em dois níveis: **Macro:** Efetua trabalho em nível superior, mediante pesquisas. Além disso, elabora projetos para o atendimento das realidades apresentadas; **Micro:** Orienta, encaminha, acompanha, conscientiza e avalia servidores e familiares de acordo com as necessidades apresentadas. Ainda, o Serviço Social realiza entrevistas, contatos telefônicos, visitas domiciliares e hospitalares, e desenvolve relatórios e pareceres. Faz uso da linguagem direta, face a face, tanto individual — com o servidor, como quando necessário, comunica-se também, com a sua família.

> O homem se comunica pelos signos, e estes são organizados por códigos e linguagens. Pelo processo socializador, ele desenvolve e amplia suas aptidões de comunicação, utilizando os modos e usos de fala que estão configurados no contexto sociocultural dos diferentes grupos sociais dos quais faz parte (MAGALHÃES, 2003, p. 22).

O Serviço Social desenvolve o seu trabalho junto com os funcionários ativos e inativos do órgão DEINFRA, quais sejam:

PAI (Programa de Atendimento Individualizado): É um Programa realizado pelo Serviço Social, voltado para o atendimento em conjunto com os servidores, como forma de plantão. A Assistente Social necessita articular as competências ético-políticas, teórico-metodológicas, e técnico-operativas para desvendar algo que muitas vezes o funcionário do DEINFRA, traz como relato de maneira pouco aparente, ou seja, não ficando muito claro em um primeiro momento. Para tanto, requer do profissional um serviço humanizado, que busque a garantia de um atendimento de qualidade. O referido Programa tem como meta atender o funcionário ativo, seja de forma direta seja de forma indireta, de maneira a esclarecer o enfrentamento de seu problema, e não só isso, busca desenvolver com o servidor um trabalho de reflexão abrangente das alternativas que podem ocorrer em prol da resolutiva dessa dificuldade ou desse enfrentamento.

Campanha da Vacinação da Influenza (Gripe): Esta Campanha é realizada no auditório 11º andar da sede do DEINFRA, desde 2011 até a presente data, e tem como principal objetivo cuidar dos funcionários (ativos) do órgão, no que diz respeito à prevenção contra a gripe, salvaguardando assim, a saúde de todos os servidores que se encontram na vida laborativa. Cabe ressaltar, que não há recursos financeiros para a realização do trabalho

do Serviço Social e, por isso, necessita da parceria de outros órgãos governamentais e/ou prefeituras. Somente no caso específico das vacinas, há dotação orçamentária própria.

Acidente de trabalho: Cabe ao Serviço Social, quando acontecem acidentes de trabalho, desenvolver serviços de cunho investigativo mediante a abertura de processo para a caracterização oficial junto à perícia do Estado sobre o que ocorreu com o servidor, ou seja, se foi um acidente leve (temporário), ou se necessita de afastamento (permanente), seguindo as orientações das Leis n º 6.745 de 1985 (SANTA CATARINA, 1985) e nº 6.844 de 1986 (SANTA CATARINA, 1986). Uma vez caracterizado acidente de trabalho, conforme art. 140 da Lei 6.844 de 1986 (SANTA CATARINA, 1986), as despesas hospitalares, os medicamentos e demais tratamentos são custeados pelo Estado.

Licenças para tratamento de saúde: O assistente Social marca as perícias para o afastamento do próprio servidor, ou quando esse necessita se afastar do local de trabalho para cuidar de um familiar. Para concretizar o afastamento, faz-se necessário preencher um formulário, pelo telefone, efetua-se o agendamento da perícia, momento em que são informados à perícia a matrícula e o CPF do servidor. Logo, cabe ao Serviço Social tomar todas as providências associadas à perícia do Estado, bem como orientar, encaminhar e acompanhar a situação do servidor através do sistema.

Programa "Sempre Amigos": Esse Programa é realizado em parceria com o Setor dos Aposentados da GEREH, e está voltado ao atendimento do servidor aposentado com o intuito de preservar o contato e o vínculo do servidor com o ambiente de trabalho e com seus colegas. Ademais, os servidores inativos do DEINFRA são **obrigados** a realizar recadastramento como prova de vida todos os anos por ocasião de seu aniversário; caso contrário, o pagamento mensal fica bloqueado. Mas após a efetivação da prova de vida, o pagamento é efetuado.

4 | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA(O) ESTAGIÁRIA(O) DE SERVIÇO SOCIAL

A(O) estagiária(o) elabora e/ou acompanha a Assistente Social em projetos realizados com os servidores; participa como ouvinte mediante a observação dos casos atendidos pela Assistente Social, Supervisora de Estágio, verificando o diálogo estabelecido, os procedimentos quanto aos encaminhamentos dos casos surgidos; observa a metodologia de trabalho, como processo de ensino e aprendizagem. Sendo o objetivo do Serviço Social, as interrelações existentes na vida do trabalhador(a), seja no campo profissional e/ou familiar, cabe à(ao) estagiária(o) nesta abordagem, prestar apoio ao Assistente Social quando este atuar em situações funcionais ou sociais do servidor(a); ao atendimento de plantão; encaminhamentos e providências relativas aos benefícios oferecidos por Instituições, tais como: Policlínicas (SUS), Secretarias da Saúde das Prefeituras do Estado, Clínicas Especializadas, SES, orientação, marcação de consultas médicas, exames, visitas domiciliares, óbitos; atendimento e acompanhamento em casos de dependência química;

encaminhamento e acompanhamento de funcionários à GESAO/SEA, para obtenção de licenças médicas; orientação aos procedimentos necessários em casos de Acidentes de Trabalho e registro no diário de campo.

5 | RESULTADOS

Observamos que, durante a vigência do Estágio não Obrigatório, o atendimento aos servidores era executado somente para quem chegava em busca de orientações e encaminhamentos na área da saúde, isto é, para servidores concursados ativos e inativos do órgão. Ressaltamos, também, que o referido órgão não desenvolvia nenhum trabalho com terceirizados, tampouco apresentava Programa de Preparação para a Aposentadoria dos Servidores que estavam aptos a se aposentar, fato esse que nos motivou a apresentar Projeto de Intervenção e iniciar um trabalho voltado para a preparação e o planejamento desses profissionais que já cumpriram o seu tempo de serviço dentro do órgão, podendo requerer a sua aposentadoria.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do Serviço Social possui diversas peculiaridades, e por isso o Estágio se tornou amplo e muito rico. Primeiro, porque partiu da observação-participante no decorrer de todas as atividades realizadas no atendimento das demandas dos servidores, pois permitiram ao discente traçar parâmetros entre a teoria e a prática, agregando assim, por intermédio do processo de ensino aprendizagem, o conhecimento. Mas, para apreender e compreender a dinâmica do trabalho do Serviço Social, foi necessário conhecer o Organograma da Instituição (DEINFRA) e sua relação com os demais setores do órgão. Diante disso, constatou-se que os objetivos se diferem, uma vez que o público-alvo do DEINFRA "os cidadãos catarinenses", *a priori*, inclui todos os cidadãos que transitam pelo Estado de Santa Catarina. Em contrapartida, o trabalho realizado pelo Serviço Social ocupa um lugar privilegiado no decorrer da sua atuação considerado como meio, e não fim, porquanto não compactua com os mesmos objetivos e ações da Instituição, tendo em vista que seu público-alvo trata somente dos servidores do DEINFRA e seus familiares, os últimos em casos específicos.

Conclui-se então, que o Estágio não Obrigatório foi permeado de desafios, pois é nesse espaço que o discente tem a oportunidade de desenvolver as suas habilidades frente ao instrumental, a ética e a teoria apreendidas em sala e reproduzi-las no campo de estágio, e agregar, sobretudo, conhecimento para o longo da sua vida profissional.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Selma Marques. *Avaliação e linguagem:* relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

SANTA CATARINA. *Lei n º 6.745, de 28 de dezembro de 1985*, que possui informações manifestas sobre o Estatuto dos Funcionários em Regime Público do Estado. Disponível em: http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1985/006745-011-0-1985-000.htm. Acesso em: 7 de jun. 2016.

SANTA CATARINA. *Lei n º 6.844, de 29 de junho de 1986.* Dispõe sobre o Estatuto do Ministério Público Estadual do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://www.concursosed.ufsc.br/sed2005_01/index.php?pgna=lei_6844. Acesso em: 8 de jun. 2016.

SANTA CATARINA. *Lei Complementar nº 244, de 30 de janeiro de 2003/SC*. Disponível em: http://www.deinfra.sc.gov.br/download/leis/244_2003_Lei_complementar.pdf. Acesso em: 8 de jun. 2016.

SANTA CATARINA. *Lei Complementar nº 382, de 07 de maio de 2007.*Dispõe sobre a organização do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA e estabelece outrasprovidências. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2007/382_2007_lei_complementar.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do,DEINFRA%20e%20estabelece%20outras%20provid%C3%AAncias.&text=A%20infra%2Destrutura%20de%20transportes%2C%20afeta%20ao%20DEINFRA%2C%20compreende,instala%C3%A7%C3%B5es%20portu%C3%A1rias%20e%2 0as%20aerovi%C3%A1rias. Acesso em: 13 nov. 2020.

SANTA CATARINA. *Decreto nº 1.023, de janeiro de 2008.* Aprova o Regimento Interno do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e estabelece outras providências. Disponível em: http://www.deinfra.sc.gov.br/download/leis/Decreto1023-17-01- 2008RegimentoInternoDEINFRA.pdf. Acesso: 10 de jun. 2020.

SANTA CATARINA. *Decreto nº 2.113, de 18 de fevereiro de 2009.* Regulamenta o Programa "Novos Valores", para o estágio de estudantes em órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual, previsto pela Lei Estadual nº 10.864, de 29 de julho de 1998 e Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, e suas alterações posteriores. Disponível em: http://www.catolicasc.org.br/arquivosUpload/1237436911296147127.pdf. Acesso em: 7 de jun. 2020.

SOUZA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, 2008, v. 8 (1), p.119 – 132. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/119. Acesso em: 9 de jun. 2020.

SOBRE OS ORGANIZADORES

EDUARDO JOSÉ DA SILVA TOMÉ MARQUES - É professor em Serviço Social na Universidade dos Açores – Portugal, onde leciona diversas unidades curriculares no âmbito do Serviço Social. Também leciona no Curso de Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais. Foi diretor do Curso da Licenciatura em Serviço Social na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade dos Açores. Ao nível das suas qualificações académicas, é Doutor Europeu em Serviço Social pela Universidade Complutense de Madrid – Espanha (2016), Mestre em Familia e Sistemas Sociais pelo Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra - Portugal (2000) e Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra - Portugal (1991). Atualmente é investigador afiliado no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais - Pólo da Universidade dos Açores, CICS.NOVA.UAc e anteriormente fez parte do C3i - Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação. Ao longo da sua actividade docente e de investigador tem colaborado com diversas Revistas e Editoras. Nesse contexto é membro do Comité Editorial Internacional da Revista "Espacios Transnacionales - Revista Latinoamericana-Europea de Pensamiento y Acción Social e é membro do Comité Editorial da Revista Científica UISRAEL. Colabora como Revisor de artigos científicos da Revista "Cuadernos de Trabajo Social" (Espanha) e da revista "Veredas: Revista del pensamiento Sociológico" (México). Faz parte do Comité Científico de la Red de Investigación de Diversidad en Organizaciones, Comunidades y Naciones. Como professor colaborou em Universidades de Verão: Vorarlberg University of Applied Siences, Dornbirn – Austria e Universita Degli Studi Di Parma – Italy, tendo participado como orador nas semanas internacionais da Thomas More University na Bélgica e da Inholland University of Applied Sciences na Holanda. Também lecionou em diferentes cursos de licenciatura, mestrados e/ou desenvolveu workshops em contextos internacionais, designadamente na Western Norway University of Applied Sciences (Noruega); Universidad Complutense de Madrid (Espanha), Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (Espanha); Universidad Nacional de Educación a Distancia (Espanha); University of Michigan - School of Social Work (USA); Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco (México), Bergen University College (Noruega). Alice Salomon Hochschule Berlin (Alemanha); Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique (Moçambique), etc. Ao longo da sua actividade esteve sempre envolvido em projetos de cooperação internacional. Actualemnte participa no Projeto Erasmus+ ESCUTA-Empreendedorismos Social Comunitário Universitário Transnacional-Açores. Esteve envolvido na concepção, desenvolvimento e participou como e-professor na VIRCAMP - Social Work Virtual Campus, projeto pioneiro no ensino internacional do serviço social que envolve várias universidades europeias e de fora da europa (https://vircamp.net). Desde de 2008 que tem desenvolvido projetos e trabalho no âmbito da intervenção psicossocial em catástrofes, serviço social ambiental e intervenção comunitária criativa. Têm experiência profissional em Gestão de Projetos, foi dirigente associativo em várias organizações da economia social, Consultor da Skillent/i9social, Revisor de candidaturas no âmbito do Programa Cidadãos Ativ@s e avaliador externo do programa ERASMUS +.

Atualmente o autor é Embaixador do Pacto Europeu para o Clima” no âmbito da iniciativa da União Europeia para o clima (DG CLIMA).

ADRIANA REGINA VETTORAZZI SCHMITT - Doutoranda em Educação do PPGEDU URI. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Federal em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Graduação em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC - 2009). Assistente social no Instituto Federal de Santa Catarina campus de São Miguel do Oeste (IFSC). Membro do Grupo de Pesquisa em Ensino, Experiências Docentes e Interdisciplinaridade (GPEEDI) CNPQ área de Ciências humanas e Educação. Membro do Grupo de pesquisa “Rede Iberoamericana de Estudos em Docência, Emancipação e Direito Educativo - RIEDEDE” CNPQ. Membro do Grupo de pesquisa “Gerações: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Sujeitos da EducaçãoProfissional e Tecnológica (EPT)”. Membro da comissão editorial da Atena editora. Membro do (NEIPS) Núcleo Especializado na Integração dos Programas Sociais do IFSC. Membro do (NAPNE) Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais do IFSC. Integrante permanente da Comissão de Permanência e Êxito do IFSC -SMO. Membro da Comissão de Avaliação de Ingressantes Cotistas no IFSC - SMO. Experiência Profissional na área de Serviço Social, atuando principalmente na educação, trabalho, serviço social e direitos fundamentais.

ÍNDICE REMISSIVO

Q

R

S

T

U

V

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena Editora
Ano 2021

SERVIÇO SOCIAL:

Aplicação da ciência e seus antagonismos

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena Editora
Ano 2021